



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
PPGCOM – UFRB**

**ÉVERTON LEANDRO LAZARO SUZART**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA:  
A EXPERIÊNCIA DO *PROGRAMA SABERES CRUZADOS* NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**CACHOEIRA**

**2023**

ÉVERTON LEANDRO LAZARO SUZART

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA:  
A EXPERIÊNCIA DO *PROGRAMA SABERES CRUZADOS* NA UNIVERSIDA-  
DE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mídia e Formatos Narrativos – da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para à obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Reichert Coelho.

Linha de Pesquisa: Comunicação e memória.

**CACHOEIRA**

**2023**

L431 Lazaro Suzart, Éverton Leandro  
Extensão universitária em comunicação e cidadania: a experiência do  
Programa Saberes Cruzados na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.  
/ Éverton Leandro Lazaro Suzart. -- Cachoeira, 2023.  
124 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,  
Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-graduação em  
Comunicação, 2023.

Orientadora: Lilian Reichert Coelho

1. Extensão Universitária. 2. Comunicação Social. 3. Cidadania. 4.  
Universidade Pública. I. Coelho, Lilian Reichert. II. Título.

CDU 378

ÉVERTON LEANDRO LAZARO SUZART

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA:  
A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA SABERES CRUZADOS NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em  
Comunicação da UFRB para obtenção do grau de Mestre,  
sob orientação da Profa. Dra. Lilian Reichert Coelho.

Aprovado, 19 de junho de 2023.

Comissão Examinadora  
Documento assinado digitalmente  
 LILIAN REICHERT COELHO  
Data: 04/07/2023 06:09:08-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


---

Profa. Dra. Lilian Reichert Coelho (UFSB- PPGCOM/UFRB –  
Orientadora)

Documento assinado digitalmente  
 DANIELA ABREU MATOS  
Data: 04/07/2023 11:48:12-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Daniela Abreu Matos (UFRB – Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente  
 EVELYN IRIS LEITE MORALES CONDE  
Data: 05/07/2023 01:19:12-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profa. Dra. Evelyn Iris Leite Morales Conde (UNIR – Examinadora  
Externa)

Cachoeira-Ba

2023

### **Dedicatória**

A minha esposa, Jessica Suzart, meus pais Edson e Valdeci Suzart e minha irmã Verônica Suzart, que sempre me apoiaram e incentivaram as minhas caminhadas; as minhas avós Raimunda Suzart e Lúzia Santos (*in memoriam*) que me deixaram durante este período, mas continuam me dando força do céu!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por estar comigo do início ao fim, gratidão! Agradeço a minha esposa Jessica Suzart, por todo apoio e carinho, que sempre me estimulou a ingressar no mestrado e me incentivou diariamente à realização deste trabalho.

Agradeço a meus pais, Edson Suzart e Valdeci Suzart pelo empenho e esforço que dedicaram a minha educação e a minha irmã, Verônica Suzart, por participar dos momentos mais importantes da minha vida.

A minha orientadora, Prof. Dr. Lilian Reichert Coelho, pela confiança que depositou em mim e no meu projeto e pela tranquilidade, parceria e paciência neste processo. Às Professoras Daniela Matos e Evelyn Morales, que prontamente aceitaram participar da banca e, através de suas críticas e sugestões, contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Agradeço aos professores do curso, com os quais tive o privilégio de conviver e aprender e aos colegas que compartilharam de muitos momentos cansativos, porém alegres e enriquecedores.

À equipe da PROEXT do UFRB, em especial a Alana Sampaio, pela valiosa ajuda na coleta dos dados que permitiram a realização desta pesquisa.

À equipe da NUGEX do CAHL, em especial Suzana Ribeiro e Marina Falconeri, por todo companheirismo, conselhos, ajuda e orientações na coleta de dados para realização do projeto.

Agradeço a Professora Dr. Martha Rosa Queiroz, pelo convite a participar do Programa Saberes Cruzado e todos os discentes que participaram da WebTV Saberes Cruzados.

À Universidade Federal do Recôncavo Baiano, primeiro por ter me apresentado e permitido conviver com a Extensão Universitária, segundo pela oportunidade de ser servidor da UFRB e realizar este curso de Mestrado. Agradeço aos colegas de trabalho do CAHL e do meu Núcleo – NUGTESP, pelo convívio e troca de experiências.

Agradeço, por fim, mas não menos importante, a todos os amigos, que com grande carinho, foram peças fundamentais nessa conquista. Obrigado pelo cuidado, pelas palavras de conforto e demonstração de afeto.

## RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, na linha de pesquisa Comunicação e Memória. Teve por objetivo analisar as contribuições da WebTV Saberes Cruzados como produto da extensão universitária orientada pela cidadania comunicativa na relação entre a universidade e pessoas, grupos e comunidades do Recôncavo da Bahia. A leitura empreendida considerou as ações realizadas no Centro de Artes, Humanidades e Letras/UFRB no período de 2016 a 2021, por meio de um levantamento quantitativo e qualitativo, de acordo com as políticas de extensão universitária da UFRB e a Política Nacional de Extensão Universitária. A metodologia utilizada incluiu pesquisa quali-quantitativa dos formulários dos registros disponibilizados no SIPAC e SIGAA da UFRB na temática comunicação do CAHL e um estudo de caso sobre a WebTV Saberes Cruzados relacionando sua produção com a temática cidadania, a partir da Análise de Conteúdo Temática/Categorial. Os resultados demonstraram que as atividades tipo evento são maioria entre as ações desenvolvidas; além disso, os/as discentes têm participação ativa no geral das ações, embora docentes ainda representem a maioria na coordenação dessas atividades. A participação de pessoas da comunidade externa e as parcerias com instituições locais também foram destaque no período analisado, constituindo aspecto relevante para se criar diálogo entre a universidade e a sociedade para o desenvolvimento da extensão dialógica em mão dupla. A WebTV Saberes Cruzados demonstra ligações com as comunidades externas e uma forma de exercício da cidadania comunicativa, pois foram realizadas parcerias com instituições locais que participaram da pré-produção, produção e divulgação dos programas. Essas produções se aproximaram na relação à temática cidadania em quatro vertentes: 1. Informação, considerada porta de entrada para outros direitos; 2. Parceria com instituições, que serve para a aproximação com as comunidades, ampliação na divulgação dos programas e valorização das manifestações culturais do Recôncavo Baiano; 3. Participação e Interação com as comunidades para a sugestão de pautas e a compreensão dos interesses dessas comunidades e 4. Protagonismo de discentes nas atividades práticas de redação jornalística, propiciando uma formação mais cidadã pela proximidade com a comunidade e desenvolvendo sua capacidade profissional. Os resultados alcançados possibilitaram visualizar que os programas se orientam por uma visão de cidadania na relação com as comunidades do território de atuação da UFRB. Entretanto, ponderações são feitas considerando que se trata de um processo de intensas mudanças e deve ser sempre aprimorado.

**Palavra-Chave:** Extensão Universitária; comunicação; cidadania; WebTV Saberes Cruzados; UFRB; Universidade Pública.

## ABSTRACT

The present study was developed in the Graduate Program in Communication at the Federal University of Recôncavo Baiano, in the line of research Communication and Memory. It aimed to analyze the contributions of WebTV Saberes Cruzados as a product of university extension guided by communicative citizenship in the relationship between the university and people, groups and communities in the Recôncavo da Bahia. The reading undertaken considered the actions carried out at the Center for Arts, Humanities and Letters/UFRB in the period from 2016 to 2021, through a quantitative and qualitative survey, in accordance with the UFRB university extension policies and the National University Extension Policy . The methodology used included a qualitative and quantitative research of the registration forms made available in the SIPAC and SIGAA of the UFRB on the CAHL communication theme and a case study on the WebTV Saberes Cruzados relating its production to the citizenship theme, based on the Thematic Content Analysis/ Categorical. The results showed that event-type activities are the majority among the actions developed; in addition, students have an active participation in general actions, although teachers still represent the majority in the coordination of these activities. The participation of people from the external community and partnerships with local institutions were also highlighted in the analyzed period, constituting a relevant aspect to create dialogue between the university and society for the development of two-way dialogical extension. WebTV Saberes Cruzados demonstrates links with external communities and a way of exercising communicative citizenship, as partnerships were established with local institutions that participated in the pre-production, production and dissemination of the programs. These productions approached the theme of citizenship in four aspects: 1. Information, considered a gateway to other rights; 2. Partnership with institutions, which serves to approach communities, expand the dissemination of programs and value the cultural manifestations of the Recôncavo Baiano; 3. Participation and Interaction with communities to suggest guidelines and understand the interests of these communities and 4. Protagonism of students in practical activities of journalistic writing, providing a more citizen formation by proximity to the community and developing their professional capacity. The results achieved made it possible to visualize that the programs are guided by a vision of citizenship in the relationship with the communities in the territory where UFRB operates. However, considerations are made about this issue, since it is a process of intense changes and must always be improved.

**Keyword:** University Extension; Communication; citizenship; WebTV Saberes Cruzados; UFRB; Public university.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCU	Núcleo de Comunicação, Coordenadoria da Cultura e Universidade
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CONAC	Conselho acadêmico
CPC	Centro Popular de Cultura
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
ESPM	Escola Superior de Publicidade e Marketing
EUA	Estados Unidos
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FORPOREX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
INCTI	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no Ensino Superior e Pesquisa
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LACOM	Laboratório de Comunicação
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
NUDOC	Núcleo de Memória e Documentação
NUGEDOC	Núcleo de Gestão de Documentação
NUGERE	Núcleo de Gestão de Recursos
NUGEX	Núcleo de Gestão das Atividades de extensão
NUGTEAC	Núcleo de Gestão Técnico Acadêmico
NUGTESP	Núcleo de Gestão Técnico Específico

ONU	Organizações das Nações Unidas
PDI	Plano de desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEXT	Pró-reitora de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECAD	Secretaria Administrativa
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades
SIPAC	Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e con- tratos
SURRAC	Superintendência de Registro das Atividades Acadêmicas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal do Vale do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Edições FORPROEX .....	32
Tabela 2 - Proporção de ações de Extensão por tipo (CAHL/UFRB) .....	55
Tabela 3 - Editais Bolsas PIBEX (UFRB) .....	60
Tabela 4 – Editais de Apoio a Eventos Acadêmicos (UFRB) .....	62
Tabela 5 – Recurso Bolsas Estudantil - UFRB (UFRB) .....	63
Tabela 6 – Atividades Saberes Cruzados 2017 .....	71
Tabela 7 – Atividades Saberes Cruzados 2018 .....	73
Tabela 8 – Atividades Saberes Cruzados 2019 .....	74
Tabela 9 – Participantes dos Saberes Cruzados 2017-2019 .....	75
Tabela 10 – Participantes da WebTV Saberes Cruzados .....	83
Tabela 11 – Parceiros da WebTV Saberes Cruzados .....	86
Tabela 12 – Programas: Divulgação de cursos e oficinas Saberes Cruzados .....	89
Tabela 13 - Programas: Espaços do CAHL .....	90
Tabela 14 - Programas: Cobertura das oficinas saberes cruzados e atividades de extensão do CAHL .....	92
Tabela 15 - Programas: Nossa WebTV Saberes Cruzados .....	94
Tabela 16 - Programas: Gravações externas sazonais .....	96
Tabela 17 - Programas: Gravações externas atemporais .....	98
Tabela 18 – Programas: Valorização e proximidade com o território .....	100
Tabela 19 – Programas: Protagonismo Estudantil .....	102
Tabela 20 – Programas: Direito a Informação .....	103

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organograma: Pró Reitoria de Extensão UFRB .....	44
Gráfico 2 - Ações de extensão no CAHL 2016-2021 .....	51
Gráfico 3 - Quadro de Pessoal no CAHL 2016-2021 .....	52
Gráfico 4 - Ações de extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021 .....	54
Gráfico 5 - Ações de extensão em Comunicação e Total no CAHL 2016-2021 .....	54
Gráfico 6 - Participações de docentes, técnicos e discentes na Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021 .....	64
Gráfico 7 - Coordenadores docentes, técnicos e discentes na Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021 .....	66
Gráfico 8 - Participações externas em grupos e parcerias na Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021 .....	67

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mosaico de fotos das ações realizada pelo Saberes Cruzados .....	73
Imagem 2 - YouTube, Facebook e Instagram do Saberes Cruzados .....	80
Imagem 3 - Equipe da WebTV Saberes Cruzados 2019.1 .....	82
Imagem 4 - Mosaico da equipe em gravações com convidados .....	83
Imagem 5 - Mosaico de publicações no Instagram Saberes Cruzado no período da pandemia de COVID-19 .....	85
Imagem 6 - Mosaico de frames do Programa Saberes Cruzados sazonais .....	97
Imagem 7 - Mosaico de frames do Programa Saberes Cruzados atemporais .....	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. COMUNICAÇÃO, EXTENSÃO E CIDADANIA</b> .....	<b>20</b>
1.2 A COMUNICAÇÃO COMO DIREITO: APONTAMENTOS SOBRE CIDADANIA COMUNICATIVA .....	26
1.3 A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO .....	31
1.4 POR UMA EXTENSÃO REALMENTE DIALÓGICA: A PROPOSTA DO “ENCONTRO DE SABERES” .....	36
<b>2. CIDADANIA NA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFRB</b> .....	<b>42</b>
2.1 MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO DO CAHL .....	50
2.2 PERFIL DAS AÇÕES DE EXTENSÃO COM BOLSAS OU APOIO FINANCEIRO .....	58
2.3 PERFIL DE PROPONENTES DAS AÇÕES DE EXTENSÃO .....	63
<b>3. PROGRAMA SABERES CRUZADOS: PROPOSTA E PRÁTICAS</b> .....	<b>70</b>
3.1 WEBTV SABERES CRUZADOS: PERCURSO DE PRODUÇÃO .....	76
3.2 PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS DA WEBTV SABERES CRUZADOS .....	81
3.3 ANÁLISE DA WEBTV SABERES CRUZADOS: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E CONTRIBUIÇÃO PARA A CIDADANIA .....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>110</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, instituição onde exerço minhas atividades profissionais como Diretor de Programa, foi criada em 2005, pela Lei 11.125 de 29 de julho de 2005 e tem sua reitoria situada na cidade de Cruz das Almas – BA. Ela fez parte do processo de expansão, democratização e interiorização das Universidades Públicas Federais, programa do Governo Federal que buscava garantir oportunidade de estudo superior gratuito a estudantes que vivem fora de grandes centros urbanos e capitais. Atualmente, além de Cruz das Almas, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia está presente em diversos municípios do interior da Bahia, com *campi* localizados nas cidades de Santo Amaro, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Cachoeira/São Félix.

O Recôncavo da Bahia, território em que a UFRB está localizada, conta com vinte municípios, ficando localizado a cerca de 100 quilômetros de distância de Salvador, capital da Bahia, segundo pesquisa IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizada em 2010, a população chega a 576,6 mil habitantes e tem como principal base econômica a indústria, conforme dados de 2015 divulgados pelo Governo do Estado da Bahia.

Nas cidades de Cachoeira e São Felix está localizado o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), o qual está vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O Centro ocupa três espaços na cidade de Cachoeira (Quartirão Leite Alves, Hansen e o Prédio Ana Nery), estando prevista a inauguração de sua mais nova sede, na cidade de São Félix. Atualmente [2023], o Centro oferece onze cursos de graduação: Comunicação Social/Jornalismo, Comunicação Social/Publicidade e Propaganda, Licenciatura em História, Museologia, Cinema e Audiovisual, Artes Visuais, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Artes Visuais e o Tecnológico em Gestão Pública; cinco Programas de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento e Mestrado em Comunicação: Mídia e Formatos Narrativos, Mestrado de Arqueologia e Patrimônio Cultural e o Mestrado de Política Social e Territórios.

Para atender as demandas dos cursos, o corpo docente do CAHL está organizado em cinco áreas de conhecimento - Arte e Patrimônio, Ciências Sociais Aplicadas, Comunicação e Linguagens, História, Historiografia e Ensino, e Sociedade, Cultura e En-

sino; essa divisão serve para auxiliar a diretoria nas decisões acadêmicas e administrativas. O CAHL tem 124 docentes em seu quadro e um corpo técnico com 48 funcionários, entre servidores/as e terceirizados/as, distribuídos/as pelos núcleos – Gerência Técnica, Núcleo de Gestão Técnico Administrativo (NUGTEAD), Núcleo de Gestão Técnico Específico (NUGTESP), Biblioteca Setorial, Secretaria Administrativa (SECAD) e o Núcleo de Gestão Técnico-Acadêmico (NUGTEAC), que conta com uma seção relacionada à extensão universitária, o NUGEX – Núcleo de Gestão das Atividades de Extensão. Esse núcleo serve de apoio à PROEXT – Pró-reitoria de Extensão da UFRB; foi no NUGEX do CAHL que foi criado o *Programa Saberes Cruzados*: extensão universitária, formação e conhecimentos tradicionais, no ano de 2017, idealizado pela Professora Martha Rosa Figueira Queiroz, na época, gestora do NUGEX.

O Programa teve como objetivo a realização de atividades de extensão em parceria com diferentes segmentos da comunidade do Recôncavo e deu continuidade às atividades do NUGEX de articulação da universidade com a comunidade externa. Dentre essas ações, foram realizados, no ano de 2016, diversos encontros com grupos sociais de Cachoeira (Grupos Culturais, Representantes de Escola Pública, Grupo LGBTQIA+, comunidade do candomblé), que resultaram em um levantamento de possibilidades de desenvolvimento de atividades em conjunto com a comunidade. Assim sendo, após uma avaliação das possibilidades de atuação e articulação das ações de extensão no CAHL e as necessidades dos públicos interno (UFRB) e externo (Comunidade), foi consolidado o *Programa Saberes Cruzados*: extensão universitária, formação e conhecimento tradicionais, como possibilidade de ação conjunta entre a comunidade e universidade.

O *Programa Saberes Cruzados*, inicialmente, foi realizado em dois períodos: a primeira etapa entre maio e outubro de 2017 e a segunda de novembro a abril de 2018, sendo ofertados cursos em diversas áreas de atuação de interesse das comunidades externas, seguindo as orientações das reuniões anteriormente realizadas. Ainda em 2018, foi idealizada a WebTV Saberes Cruzados, pelo servidor Éverton Suzart, o que fez o programa assumir uma vertente comunicacional. A WebTV Saberes Cruzados surgiu para registrar momentos de articulação da universidade com a comunidade, além de divulgar os cursos ofertados e dar visibilidade às comunidades locais e sua cultura, destacando pontos turísticos e atuação de representantes locais.

O primeiro programa foi publicado no Canal do YouTube e página do Facebook no mês de junho de 2018 e, atualmente [2023], são mais de 40 programas que, somados, já alcançaram 100 mil visualizações nas redes sociais, o que culminou em um convite



para uma temporada na TV Aberta, na TV Kirimurê, no ano de 2019, ampliando a visibilidade do programa e demonstrando o potencial regional e cultural do Recôncavo.

Essa tentativa de explorar o potencial da região está diretamente relacionada ao documento de implantação da UFRB, no qual a comissão responsável por pensar a criação da universidade ressaltou que seu caráter multicampi tinha como objetivo “[...] explorar o potencial socioambiental de cada subespaço do Recôncavo, bem como servir de pólo integrador desses subterritórios.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2003, p. 29). Um dos princípios da implantação da UFRB no território foi a busca pelo desenvolvimento socioeconômico, social, científico, tecnológico e cultural da região; nesse sentido, pode-se observar que a universidade, em seu processo de criação, sempre teve como objetivo a troca de saberes e a aproximação com as comunidades locais.

A partir do tripé universitário, que envolve a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, entende-se que a extensão é a atividade-fim que mais se aproxima do objetivo integrador entre universidade e comunidade. Para Sousa (2000, p.1), “Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira.”

Assim sendo, a extensão universitária é uma das principais responsáveis pela aproximação e troca de saberes com as comunidades locais e regionais, o que ocorre por meio de cursos, projetos, eventos, encontros, atividades culturais, sociais, entre diversas outras atividades que, quando pensadas e executadas, devem tecer um espaço de convivência, participação e apoio mútuo, favorecendo o diálogo entre a sociedade e a universidade, ampliando e aprofundando os valores humanos, a promoção cultura, a cidadania e a produção social do conhecimento.

A relação entre extensão universitária e cidadania local, também foi mencionada no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras - FOR-POREX, que abordou a necessidade da universidade brasileira de adotar uma postura que viabilize o pleno exercício da cidadania, já que a “afirmação da soberania nacional passa pela mediação da construção da cidadania e é imprescindível que a universidade em suas diversas atividades assumam um papel ativo neste processo”. (Programa Nacional Temático de Fomento à Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1999: s/p). No entanto, o próprio conceito de cidadania é amplo e, para conceituá-lo junto com a extensão em comunicação, dialogamos principalmente com autores/as como Eliza Ca-

sadei, a qual afirmar que

[...] muitos projetos de extensão universitária da área de comunicação se articulam e busquem justificativas [...] a partir da cidadania ativa (ao incentivar uma participação do público-alvo na própria produção da informação), seja a partir da produção de veículos voltados a posicionamentos ideológicos contra-hegemônicos (articulando suas publicações em torno da defesa dos direitos das classes populares e dando visibilidade a determinadas demandas ligadas a estas classes). (CASADEI, 2019, p.16).

A autora afirma que “Especificamente no que concerne aos projetos de extensão no campo da comunicação, existe sempre um apelo ao próprio direito à informação.” (CASADEI, 2019). Conforme se nota a partir da citação acima, a autora dá destaque ao termo cidadania ativa, pela qual a participação da comunidade seja voz ativa no desenvolvimento das atividades de extensão e sua produção. Outro termo relevante é o direito à informação, entendida como porta de entrada para outros direitos, pois permite às comunidades estarem informadas sobre como exercer os seus direitos e deveres.

Além de Casadei, dialogamos com Paulo Freire, incentivador da extensão universitária em “mão dupla”, não assistencialista. Freire (1983) diz que “Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com êste saber, os que habitam nesta.” Freire entende que a prática extensionista não pode ser de domesticação, e sim libertadora, sendo essa liberdade alcançada quando existe diálogo entre as partes, motivo pelo qual sugere a mudança de nome (e de compreensão) da extensão para comunicação, sendo a participação ativa na produção da extensão uma prática cidadã que garante a interação de forma dialógica e baseada na horizontalidade de conhecimentos, não hierarquizada ou impositiva.

Outro ponto importante que relaciona a extensão universitária à cidadania é a Política Nacional de Extensão Universitária, que entende a extensão como “instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (Política Nacional de Extensão, 2012, p.4), destacando a comunicação como uma das principais áreas de atuação da extensão. No documento da Política Nacional de Extensão, podemos identificar a preocupação da formação cidadã dos/as discentes, pois

o eixo pedagógico clássico “estudante - professor” é substituído pelo eixo “estudante - professor - comunidade”. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. (Política Nacional de Extensão, 2012, p.15).

A formação cidadã pode ser alcançada pelo envolvimento dos/as estudantes nos projetos de extensão, vistos como protagonistas e agentes de garantia de direitos e deveres de transformação social junto aos locais e às comunidades onde atuam.

A fim de entender como a extensão universitária na área de comunicação atua nas referências de cidadania, tal como citado no documento do FORPROEX, em Paulo Freire e em Casadei, esta dissertação propõe-se a mapear as ações de extensão da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, com ênfase no Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, localizada na cidade de Cachoeira/São Felix - BA, por meio de um olhar panorâmico sobre as atividades de extensão na área de comunicação, centrando a análise no *Programa Saberes Cruzados*, do qual sou um dos participantes e idealizadores da WebTV Saberes Cruzados. A ideia é relacionar essas experiências com a temática do exercício da cidadania local.

Para tanto, foi realizado, inicialmente, o levantamento das atividades de extensão, por meio de coleta de dados entre os períodos de 2016 a 2021 no *site*<sup>1</sup> da PROEXT da UFRB intitulado lista pública, pela qual foi possível ter acesso a uma planilha que permite visualizar todas as atividades de extensão produzidas na universidade. Nesse documento, constam o número de registro da atividade, centro, modalidade, tema/título, coordenação, período e uma aba de observações das atividades; porém, por ser uma lista única, as atividades de todos os centros da UFRB ficam organizados em ordem cronológica e, para iniciar nossa pesquisa efetivamente, foi feita uma primeira triagem, excluindo as atividades dos demais centros. Logo depois, pelo número do registro e do/a coordenador/a, foi realizada busca individual por ação no SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e contratos e no SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades.

Para localizar as ações desenvolvidas entre os anos de 2016 e 2020, foi realizada a busca dos formulários no SIPAC, enquanto sobre as atividades realizadas em 2021, foi feita diretamente no SIGAA. Essa mudança correu pela atualização do sistema, que passou a permitir o registro das ações de extensão no SIGAA no ano de 2021, através dos formulários disponíveis. Desse modo, foi realizada a segunda triagem, separando as ações relacionadas à temática comunicação. Para isso, foi necessário realizar o *download* desses arquivos e analisá-los manualmente; logo após, foi feito o estudo quantitativo

---

<sup>1</sup>Site PROEXT: <https://ufrb.edu.br/proext/registro-atividades#gid=61067588>

dos dados encontrados, separando-se as ações cadastradas por período, modalidade, participantes externos/as e internos/as, parceiros/as e coordenadores/as. Por fim, foi realizada a tabulação desses dados para a criação de gráficos e tabelas que permitem a visualização dos resultados.

A fim de compreender a dimensão dos valores disponíveis em editais que selecionam estudantes bolsistas e outros incentivos financeiros disponibilizados durante o período, foi consultado o *site* <<https://www.ufrb.edu.br/proext/plano-de-gestao>>, no qual pode ser localizado o Plano de Gestão da PROEXT e suas formas de fomento e captação de recursos para incentivo à extensão universitária, além de dados quantitativos e qualitativos dessas fontes financeiras. Pela análise desses relatórios, foram identificados valores e editais publicados para bolsas e diversas modalidades de extensão. Também foi analisada a aba “seleção” no *site* da PROEXT, <<https://www.ufrb.edu.br/proext/selecoes>>, identificando a participação das ações do CAHL na área de comunicação que submeteram projeto para esses editais e quantos foram selecionados. Com esses dados, foi possível tabular e analisar os incentivos financeiros disponibilizados e quantas ações foram contempladas com bolsas estudantis ou outros tipos de recursos.

Foram realizadas análises documentais, de resoluções, regimentos, portarias, normativas, orientações de fóruns de extensão e demais diretrizes institucionais que orientam a extensão na UFRB e em nível nacional. De modo mais específico e a fim de responder à questão central da pesquisa, optou-se pela metodologia de Análise de Conteúdo temático/categorial na análise dos programas da WebTV Saberes Cruzados, desenvolvida em três fases: mapeamento dos programas, análise descritiva e categorização de atuação dos programas no exercício da cidadania.

As informações elencadas nos parágrafos anteriores correspondem ao problema de pesquisa que norteou esta dissertação: de que modo(s) a extensão universitária praticada no CAHL/UFRB no eixo da Comunicação e a WebTV Saberes Cruzados dialogam com o tema da cidadania/cidadania comunicativa? A intenção dessa abordagem não foi atribuir à universidade pública o papel de resolver problemas sociais, concretos, relacionados à cidadania, mas, sim, investigar possibilidades efetivas para o cumprimento da sua função social e maneiras de promover o exercício da cidadania por meio de ações relacionadas à comunicação na vertente da extensão universitária.

Como objetivo geral desta pesquisa, temos: analisar o Programa WebTV Saberes Cruzados do CAHL/UFRB com foco na cidadania comunicativa e na relação universi-

dade/sociedade do Recôncavo da Bahia a partir da Análise de Conteúdo Temática/Categorial.

Foram definidos os seguintes objetivos específicos: Problematizar os conceitos de cidadania e de cidadania comunicativa em sua relação com a extensão universitária; Mapear as ações de extensão do CAHL na área de comunicação e classificá-las por atividade, a fim de identificar ações voltadas para a cidadania; Apresentar as concepções, princípios e diretrizes da extensão universitária brasileira, analisando suas relações com as diretrizes adotadas na política de extensão da UFRB.

O estudo tem relevância na medida em que pretende compreender o papel da universidade pública, em especial da extensão universitária em comunicação, em atividades relacionadas à cidadania local e, dessa forma, contribuir para a divulgação de ações de extensão sob a temática da comunicação desenvolvidas na UFRB/CAHL, com o foco específico de analisar uma iniciativa, o *Programa Saberes Cruzados*, e, assim, estimular, inspirar outras instituições com ações de aproximação com as comunidades similares a esta ação extensionista.

Do ponto de vista político, a relevância se dá pelo fato de permitir entrever como as políticas de extensão podem incentivar e direcionar as universidades públicas na prática de uma extensão realmente participativa, dialogada, em mão-dupla com as comunidades, incentivando a participação popular e o exercício da cidadania, seguindo a legislação vigente que delega à extensão o papel de aproximar universidade e sociedade.

Na construção do referencial teórico, a fim de refletir sobre as definições de cidadania e sua aproximação com a extensão universitária, foram consultadas/os Souza (2018), Silva (2012), Gadotti (2017), Casadei (2019) e Costa Filho (2020). Também foram consultadas a Política Nacional de Extensão (2012) e suas subsidiárias, bem como normativas internas da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e do Centro de Artes, Humanidades e Letras.

Em termos de sua estrutura, esta dissertação está organizada em quatro capítulos: no primeiro, contextualizamos o termo cidadania com um breve histórico do tema e também o termo cidadania comunicativa. Apresentamos um histórico da universidade pública brasileira em sua relação com a extensão universitária e as diretrizes relacionadas à Política Nacional de Extensão e cidadania, além de abordar, brevemente, a proposta do “encontro de saberes”.

No segundo capítulo, foram apresentadas as políticas de extensão na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com foco nos eixos da cidadania e da comunica-

ção, analisando-se os regimentos, portarias e normas internas. Além disso, foram apresentadas as ações de extensão desenvolvidas no período em estudo na área de comunicação do Centro de Artes, Humanidade e Letras (CAHL/UFRB), demonstrando o percurso metodológico utilizado na pesquisa e os dados quantitativos e qualitativos resultantes, evidenciando o perfil das ações e as atividades de extensão na área de comunicação desenvolvidas no CAHL.

No terceiro, apresentamos as ações desenvolvidas na execução do *Programa Saberes Cruzados*: extensão universitária, formação e conhecimentos tradicionais, por meio da análise do formulário de criação do programa, atividades e os programas produzidos pela WebTV Saberes Cruzados, quanto a sua produção, episódios, cenários, participantes e a aproximação com as comunidades.

Por fim, nas considerações finais, foram expostas contribuições para o conhecimento das ações da temática em comunicação desenvolvidas no Centro de Artes, Humanidades e Letras, bem como da WebTV Saberes Cruzados e sua ligação com o exercício da cidadania, buscando, dessa forma, inspirar outras pessoas e/ou instituições a desenvolverem mais ações de aproximação com as comunidades na perspectiva de encontro de saberes.

## 1. COMUNICAÇÃO, EXTENSÃO E CIDADANIA

É notório que o termo cidadania é complexo e envolve diversos contextos históricos, sociais e políticos tanto para sua definição quanto para sua efetivação. A concepção que, historicamente, no mundo moderno ocidental, leia-se, europeu, foi dominante é a da cidadania como direito político, restrita ao direito de votar e ser votado numa democracia representativa (SILVA, 2015, p. 153). Entretanto, em uma sociedade como a contemporânea, que passa constantemente por processos acelerados de mudanças nos campos culturais e dos direitos humanos, é importante reivindicar alterações profundas sobre o entendimento e a aplicação da cidadania no mundo e, principalmente, no Brasil, rumo a uma “cidadania plural” (BARATTA, 2008), bem como sua relação com a universidade pública e a extensão universitária.

Para que a cidadania seja efetivada, é necessário enfrentar tensões entre o estado e a sociedade civil, implicando em formulação de leis e ideias que reconheçam os direitos e deveres fundamentais para se exercer a cidadania ampliada, que inclua e favoreça a emancipação humana. Essas leis devem ser construídas e atualizadas de acordo com a historicidade da nação e sua contemporaneidade.

Alguns documentos merecem ser mencionados quando se debate a construção da cidadania, sendo considerada a maior referência no mundo ocidental a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)<sup>2</sup>, que serviu de base para a ampliação e o fortalecimento do conceito de cidadania moderno e liberal. Essa declaração demarcou o indivíduo como categoria que não comporta diferenças. Em seu artigo 6º, a declaração expressa que:

A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através dos seus representantes, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, quer se destine a proteger quer a punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade, e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E CIDADÃO, 1789, p.1)

---

<sup>2</sup> Vale pontuar que os direitos humanos são construção histórica inserida na cultura ocidental e nascem das reivindicações políticas e sociais especialmente da sociedade europeia, de acordo com determinado período e contexto de reivindicação. (LIMA, 2022). A mesma autora refere-se ainda a outros documentos, no contexto europeu, que constituem antecedentes na reivindicação de direitos, como a “*Magna Carta Libertatum* de 1215”, a “Petição de Direito de 1628”, a “Lei do Habeas Corpus de 1679”, a “Declaração Inglesa de Direitos de 1689”, a “Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia de 1776” e a “Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776”.

A declaração estabelecia como referência um indivíduo nacional, sendo a cidadania, portanto, “um vínculo unilateral instituído pelo Estado” (ANDRADE, 1993 *apud* SILVA, 2015, p. 156), ao afirmar que “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos [...]” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789, p.1). Há que se salientar que esses direitos foram adquiridos como resultados de reivindicações feitas no período da chamada Revolução Francesa, processo de mais de uma década que culminou em 1789 (GORCZEVSKI; MARTIN, 211, p. 58), influenciando na adoção de um modelo de cidadania liberal que, no entanto, não concretizava uma cidadania ativa para todos. Tratava-se de um avanço em relação aos Estados absolutistas, mas a crítica deve ser feita também, pois “Essa valorização do indivíduo como categoria atomizada, com autonomia referida a si e não à classe, grupo ou categoria, constitui o pressuposto do liberalismo, razão pela qual o modelo de democracia proposto é a representativa, e não a participativa.” (SILVA, 2015, p. 156).

Após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foi publicada, também no contexto europeu, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791. No século XX, a ONU – Organizações das Nações Unidas, em 1948, portanto, após a II Guerra, propôs a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento pretendeu alcançar os direitos dos homens e mulheres de forma universal, considerando essencial que os direitos fossem protegidos legalmente com fundamentos na dignidade, igualdade e na dignidade da pessoa humana.

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, p.1)

O documento foi considerado importante passo para a universalização da cidadania, comprometendo os países membros a cooperar com a implantação do respeito aos direitos e liberdades expressos. Essa declaração ainda serviu de base e inspiração para o surgimento de constituições nacionais que positivaram a cidadania e os direitos do cidadão em suas nações. Sempre relevante destacar que tudo isso diz respeito a alguns países europeus, que, após a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do



Cidadão, instituíram comissões, comitês, estatutos, tribunais e tratados que culminaram na cidadania europeia, complementar à cidadania nacional. Conforme apontam Gorzevski e Martin (2011, p. 107): “A cidadania europeia garante aos cidadãos a universalidade dos direitos fundamentais, a nacionalidade lhes garante as diferenças. Não há dúvidas da evolução e progresso quanto às conquistas sociais, econômicas e políticas, mas ainda há um longo caminho até a utopia da cidadania plena e universal.”

Um dos teóricos que entendeu a necessidade e propôs a revisão do conceito de cidadania pensando no contexto pós II Guerra foi Thomas Marshall, que publicou, em 1949, o ensaio hoje clássico *Cidadania, Classe Social e Status*. O sociólogo britânico afirmava que “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (MARSHALL, 1967, p.76). Foi ele que sugeriu a tipificação das noções de cidadania em três principais elementos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, “universalizados, respectivamente, nos séculos XVIII, XIX e XX.” (SILVA, 2015, p. 153).

Os direitos civis correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, direito à vida, segurança; os direitos individuais dizem respeito à participação política e eleitoral, à liberdade de associações e de reunião, de organização política e sindical e o sufrágio universal; e os direitos sociais dizem respeito aos direitos de trabalho, saúde, educação, previdência, moradia, alimentação, etc. Os direitos civis foram os primeiros a serem conquistados, depois os direitos políticos, e, por último, os direitos sociais. O autor ainda destaca que, ao longo do tempo, houve retrocessos e avanços (MARSHALL, 1967).

A pesquisadora Vera Regina Pereira de Andrade faz uma crítica a Marshall, desvelando ambiguidades na noção de cidadania e na tipologia de direitos por ele proposta.

O processo histórico de institucionalização dos direitos e que permeia a cidadania é marcado, segundo Andrade, por uma profunda ambiguidade, consubstanciada pelos seus potenciais transformadores (emancipatórios) e conservadores (legitimadores, reguladores), porquanto se condensam as necessidades estruturais da lógica de funcionamento e reprodução do capitalismo e a história de luta dos sujeitos sociais. (SILVA, 2015, p. 165)

Trata-se de considerar as relações entre Estado e sociedade permeadas pelo capitalismo, muitas vezes a ele servindo mais do que a todos os cidadãos. No sentido crítico e reivindicatório por uma cidadania plural, verdadeiramente universal, uma das pautas de autores/as e de movimentos sociais diz respeito à democracia participativa.

Um dos avanços nessa direção, em nosso país, é considerada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF-88), reconhecida como uma das mais cidadãs, começando pelo seu processo constituinte, pelo qual ficou evidente a participação popular, institucionalizada por vários instrumentos, o que foi um importante passo para incluir objetivos e interesses comuns dos cidadãos, visto que a sociedade brasileira é complexa e demarcada pela existência de diferentes formas de exclusão social. O processo e o texto final ganharam ainda mais relevância por terem acontecido com o fim de uma ditadura civil-militar que durou aproximadamente 21 anos.

A intensificação da participação social, entendida aqui como a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado, reflete a configuração de um tecido social que foi se tornando mais denso e diversificado desde meados dos anos 70, período de surgimento dos novos movimentos sociais. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local. (ROCHA, 2008, p. 131)

Intitulada Constituição Cidadã, a CF-88 expõe, em seus primeiros capítulos, um rol com diversos direitos e garantias fundamentais, demonstrando a importância dos direitos fundamentais. Em que pese isso, deve-se lembrar também que, paralelamente à conquista da CF-88, muito derivado das lutas de segmentos populares e movimentos sociais, as elites mantiveram-se no poder, que não foi de fato partilhado (MIGUEL, 2017).

A CF-88 destaca, em seu art. 6º, os direitos sociais, que são a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade; entretanto, apesar das questões relacionadas à cidadania estarem presentes na Constituição Brasileira e em outros documentos, é sabido que, na realidade, eles não são desfrutados de forma plena pela sociedade. Apesar dos inegáveis avanços alcançados pela Constituição, não há consenso, regulação e proteção jurídica que possibilitem o cumprimento de todos os direitos nela elencados, impossibilitando que esses direitos sejam efetivamente garantidos, pois não há isonomia nas disputas pelo poder. Nesse contexto, pode-se afirmar que não basta apenas a promulgação de leis e decretos, sendo necessárias ações governamentais e a vontade política para tornar efetivas essas normas para além do papel, além do fortalecimento de espaços participativos efetivos no que diz respeito à deliberação, à tomada final de decisões (MIGUEL, 2017, p. 95).

A garantia da cidadania não é a realidade para todos, embora o reconhecimento da importância da cidadania tenha aumentado no Brasil, a falta de políticas públicas continuadas ou a revisão de instrumentos de efetividade dificulta o exercício pleno da cidadania. Para compreender o contexto brasileiro, Carvalho (2002) faz uma reflexão histórica sobre cidadania no Brasil, na tentativa de demonstrar sua complexidade.

O autor considera importante referenciar o caminho que a cidadania seguiu no Brasil para desenvolver uma visão ampla sobre o tema. Em relação ao período colonial (1500-1822), Carvalho cita a escravidão e a herança nefasta que os portugueses deixaram em relação à educação, questão agrária, economia baseada na monocultura como os principais pontos negativos a impedir para a cidadania.

Escravidão e grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. (CARVALHO, 2002, p. 27).

Com o Império (1822 -1889), pouco se avançou; apenas em 1888 ocorreu a abolição da escravatura e a extensão dos direitos dos cidadãos, embora mais formal do que prática, conferindo alguns direitos civis aos escravos (CARVALHO, 2002). Durante esse período, apenas 16% da população era alfabetizada e a situação não era muito diferente na educação superior.

Em contraste com a Espanha, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades na parte espanhola da América, três delas no México. Umas 150 mil pessoas tinham sido formadas nessas universidades. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes. Na parte portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisessem, e pudessem seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobretudo a Coimbra. Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparado com os 15 o mil da colônia espanhola, o número é ridículo. (CARVALHO, 2002, p. 23).

Desse modo, os direitos continuavam a beneficiar poucos. Com a República Velha/Primeira República (1889-1930), os direitos continuavam a ser limitados e restritos a pequenos grupos. Com a formação da classe operária urbana veio uma das principais conquistas do período: a instituição das caixas de aposentadoria e pensão dos ferroviários (CAPs), em 1923 (CARVALHO, 2002). Sob o ponto de vista da cidadania, o mo-

vimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis.

A partir de 1930 começaram a ser reconhecidos os direitos sociais, em sua maioria relacionados ao trabalho, com o estabelecimento do salário mínimo, do direito à associação sindical, da jornada de trabalho de oito horas, da isonomia salarial, entre outros. Contudo este reconhecimento não era válido para todos/as os/as trabalhadores/as, sendo excluídos os/as trabalhadores/as rurais, autônomos/as e domésticos/as. (CARVALHO, 2006). Além dos/as negros/as, que continuaram sem direitos.

Com a Constituição de 1946 e o fim da era Vargas (1945), os direitos políticos começaram a ganhar mais espaço. Carvalho (2002) afirma que esse momento foi marcado pela política populista e o nacionalismo e, na oposição, estavam os militares e liberais que desejavam estar no governo até que, em 1964, deflagrou-se o Golpe Militar.

Durante a ditadura, mais uma vez os direitos civis e políticos foram arbitrariamente restritos e, embora o crescimento econômico possa ter de fato ocorrido, as desigualdades sociais e econômicas aumentaram. A partir de 1975, inicia-se o processo de reabertura política, por motivos econômicos e institucionais. Com isso, a oposição volta a ter certa expressão. Conforme Carvalho (2002), o maior movimento popular aconteceu em 1985, quando se buscavam eleições diretas para presidente. O autor conclui afirmando que a luta não se concretizou da forma esperada, porém surtiu efeitos que, posteriormente, foram importantes. Com o processo de redemocratização, a partir de 1985, aumentou a participação política e a sociedade se fortaleceu, principalmente com a constituição de 1988, que contemplou direitos até então inexistentes, como os direitos sociais, e esses se tornaram direitos fundamentais.

Conforme Silva (2013, p. 119), “Um dos pontos fundamentais do esforço democratizante dos anos de 1980, iniciado nos anos de 1970 com a luta contra um Estado autoritário e centralizador, foi a batalha contra a concepção “estadista” de poder e de política, em prol de uma visão ampliada da política e de seus agentes.”

Carvalho (2002) reconhece os direitos civis, políticos e sociais como direitos contemplados na cidadania ampliada e, com base em pesquisas realizadas na década de 1990, comprova que a sociedade, em sua maioria, desconhece seus direitos. O autor associa esse desconhecimento à precariedade de investimentos em educação, acesso à justiça e aos altos índices de desigualdade e pobreza. A educação é fundamental para a garantia da cidadania porque

[...] cidadania se torna também num constante processo de formação política que não pode prescindir da distribuição de recursos cognitivos. Ser incluído significa também ter acesso ao conhecimento produzido socialmente e contribuir com essa produção. Somente com a compreensão da realidade social e das garantias individuais e coletivas, é possível exercer a cidadania participativa que exige, para isso, processos educativos horizontais. A educação é concebida, nesta abordagem, como o respeito aos múltiplos à ação (FREIRE, 1968). Assim, a inclusão para a participação significa o reconhecimento jurídico e social, construído pelo pertencimento cidadão, criado através de um processo educativo dialógico. (COSTA FILHO, 2020, p. 8)

Outra dimensão importante que impede ou dificulta o pleno alcance da cidadania está ligada à gestão pública desenvolvida no Brasil ao longo dos anos 1990 e início dos 2000, que negligenciou a participação popular. Entretanto, a participação foi reconhecida como necessária e urgente com a chegada do Partido dos Trabalhadores, em 2003, à Presidência da República. Foi nesse momento que houve expansão e amadurecimento de instrumentos participativos como conselhos e conferências, antes limitados às áreas de saúde e assistência social (AVRITZER, 2016, p. 49-51).

O exercício da cidadania permite que as pessoas usufruam de seus direitos, e isto está relacionado ao conhecimento e conscientização que têm dos direitos e deveres e como podem cobrar para que sejam efetivados. Cabe também à universidade pública, importante instituição social responsável pela formação profissional, pessoal e política cidadã, refletir sobre esse tema, avaliando sua contribuição para a construção de uma sociedade que possa usufruir de seus direitos. Um dos caminhos para isso é a extensão universitária, caracterizada como

[...] uma atividade e uma função da universidade é sua relação com o processo de produção de conhecimentos e de formação. Para fazer isso, ela pode dedicar-se a construir o ambiente acadêmico mediado pelo diálogo dos diferentes saberes em presença e pela boa convivência dos atores internos entre si e da instituição com outros setores sociais. A riqueza da extensão está em suas dimensões menos formalistas, em sua gramática menos burocrática e na expressão de arte política que ela carrega. (SILVA, 2013, p. 127).

## **1.2 A COMUNICAÇÃO COMO DIREITO: APONTAMENTOS SOBRE CIDADANIA COMUNICATIVA**

Com a expansão do conceito de cidadania e a multiplicidade de pautas e reivindicações da sociedade, surge também a luta pela “cidadania comunicativa” que, para Mata (2006), é constituída por uma série de direitos, como liberdade de expressão, direito de resposta e transparência governamental, “valores de oportunidades, qualidade de

vida, solidariedade e não discriminação e o direito social à informação, sendo o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e de demanda no terreno da comunicação pública, e o exercício desse direito” (MATA, 2006, p. 13, tradução minha). Segundo a autora, a cidadania comunicativa requer uma abordagem complexa e multidimensional, ampliando-se para além da visão clássica e político-jurídica de cidadania.

No Brasil, principalmente no período marcado pela ditadura militar, o termo cidadania comunicativa era utilizado, prioritariamente, para descrever a comunicação popular e comunitária. Conforme Peruzzo (2011), até os anos 1990, a cidadania comunicativa era vista como demanda específica dos movimentos e grupos sociais marginalizados que, por não serem representados ou não terem suas necessidades atendidas pelos grandes meios de comunicação, entenderam a necessidade de direitos específicos para terem acesso aos meios de comunicação e informação. Nota-se, também, que mesmo após o fim da ditadura no Brasil, o autoritarismo midiático continuou, visto que as grandes mídias ainda são controladas por uma minoria, em um cenário marcado pela concentração e oligopólio midiáticos, apesar de ser uma prática proibida pela CF-88 em seu Art. 220, “§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” Esses meios atendem a uma lógica produtivista e hegemônica, silenciando e/ou criminalizando vozes e dificilmente admitem contestação ou aberturas. Eles também

[. . .] limitam a possibilidade de reivindicar os direitos a livre expressão e a informação sem os quais dificultam a aparição no espaço público mediatizado, de sujeitos capazes de disputar desde a perspectiva desses direitos no sentido da ordem estabelecida. (MATA, 2009, p. 183) [tradução minha].

A autora ainda ressalta a importância de pensar a cidadania comunicativa como estratégia política, reconhecendo a importância da dimensão jurídica e requerendo amparo legal, porém, ressalta que é preciso lutar pela democratização dos meios e a possibilidade de ações reais dos sujeitos populares para atender a suas demandas no campo comunicacional.

Nessa perspectiva, as mídias alternativas são uma possibilidade para se exercer a cidadania. Peruzzo (1988) destaca que essas mídias podem favorecer o processo de manifestação cultural do povo, pela informação, mobilização e conscientização. A autora ressalta que essas mídias podem ser canais de expressão, denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida.

A cidadania comunicativa não está delimitada apenas no tensionamento relacionados a oligopólios e à democratização dos meios, mas também se refere à formação para o exercício da cidadania comunicativa. Segundo Peruzzo (2013), essa capacitação é delimitada por dois caminhos: o primeiro é o diálogo entre as comunidades, movimentos sociais e os profissionais de comunicação (jornalistas, relações públicas, publicitários, produtores de audiovisual e mídias digitais), método pelo qual esses agentes realizam intercâmbios de forma horizontal com as comunidades em uma troca entre o conhecimento técnico e as produções áudio/visuais locais, de forma que ambos possam aprimorar seus conhecimentos, especializando a comunicação popular e democratizando as técnicas de comunicação social utilizadas por esses profissionais. O segundo caminho citado pela autora é por tentativas de acerto e erro desenvolvidas por grupos sociais, sem necessariamente o apoio de profissionais da área. Em suma, os dois caminhos levam a experiências práticas da cidadania comunicativa, favorecendo a participação de grupos sociais nos meios e o protagonismo na produção e recepção desses sujeitos na participação em espaços públicos da comunicação.

Costa Filho (2020) afirma que, para se efetivar a conquista da cidadania comunicativa, é necessário haver participação social; sendo assim, a cidadania comunicativa exige a qualificação dos sujeitos para a produção e a gestão comunicativa, aprendizado que pode fazer as pessoas envolvidas no processo adotarem posturas em favor da visibilidade de demandas mais amplas, possibilitando, dessa forma, a representação de si próprias, de suas ideias e opiniões nos espaços públicos.

Desse modo, pode-se dizer que a cidadania comunicativa “envolve dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não discriminação”. De acordo com Mata (2009, p. 186, tradução minha), as práticas da cidadania comunicativa capazes de difundir uma cultura democrática, dando voz e vez para os excluídos das mídias hegemônicas, gerando espaços para participação nas discussões políticas, constituindo-se ainda como meio para as transformações e a promoção e valorização social. Cabe destacar ainda que Mata (2009) afirma que a cidadania comunicativa é realizada em quatro níveis: formal, reconhecida, exercida e ideal, articuladas entre si na sua processualidade.

A cidadania formal refere-se aos direitos dos indivíduos à informação e a comunicação, sendo o primeiro nível da cidadania comunicativa, relacionado aos direitos legalistas no campo da comunicação, a exemplo do processo de legalização de emissoras de rádio e TV para exibição de produções locais feitas por cidadãos que, devido à

burocracia para obtenção da concessão e licenciamento, distanciam a legislação da sua aplicabilidade, dificultando o processo de legalização de emissoras comunitárias/populares engajadas em uma comunicação plural e comprometida com a transformação social do país.

A cidadania comunicativa reconhecida enfatiza o processo pelo qual os sujeitos e os grupos sociais passam a entender os direitos como fundamentais para sua condição humana, reconhecendo os seus direitos, lutando por eles e colocando-os em prática. Almeida (2010) afirma que a cidadania comunicativa reconhecida pode ser conduzida a partir de dois movimentos: de fora e de dentro. O movimento de fora é protagonizado por sujeitos que não fazem parte da comunidade, porém percebem a necessidade de lutar e instalar emissoras comunitárias para atender a demandas coletivas, enquanto a cidadania comunicativa de movimento de dentro, a própria população entende a necessidade de implantação de uma emissora para veicular informações de interesse dos moradores e da região.

Já a cidadania comunicativa exercida desenvolve-se nas lutas e nas ações sociais coletivas, sendo a própria prática do exercício da cidadania. A comunicação serve como espaço de existência, de possibilidades e de valorização das experiências da comunidade, garantindo aspectos de mais interação entre as pessoas e divulgação das tradições culturais, religiosas e de interação social, as quais não têm espaço nos meios hegemônicos.

A cidadania comunicativa ideal é o tipo mais visionário dessa comunicação, pois busca algo ainda a ser realizável, podendo ser entendida como a possibilidade de democratizar a direito à informação e todo o processo comunicativo, não se limitando a aspectos do acesso aos espaços midiáticos, estando presente em todas as formas de comunicação: oralidade, gestos, danças, olhares, formas de socialização e sociabilidade. No entanto, tais transformações só são possíveis se as comunidades tomarem ciência da sua condição e conquistarem veículos que atendam as populações marginalizadas pelas grandes mídias, dominando todo o processo comunicativo.

Assim, o reconhecimento da cidadania comunicativa reivindica o direito de inclusão de diversos grupos sociais na visibilidade midiática para além das leis que garantem a participação nas mídias. Para isso, é imprescindível o incentivo ao acesso pleno das comunidades em todo o processo comunicativo, desde a produção, a gestão e o planejamento, consagrando a comunicação como política pública que exige a gestão participativa de todos os interessados. Esse processo é complexo e envolve aspectos sociais,



culturais, políticos e econômicos. Isso considerado, conclui-se que a cidadania comunicativa é uma luta social constante pela conscientização, organização e concretização desses direitos, que devem incidir nas práticas comunicacionais e envolver a ampla participação social.

Além da luta legítima pela democratização da comunicação<sup>3</sup>, da participação de atores populares nas mídias hegemônicas e da apropriação direta dos meios de comunicação pelas comunidades e grupos populares, há, com a comunicação digital, outras questões, com possibilidades e entraves, a serem analisadas em relação à cidadania comunicativa.

A ruptura digital abre caminho para produções de mídia colaborativa e em rede, que podem fornecer às mídias populares um novo status na esfera midiática. Há, no entanto, outro elemento que deve ser considerado e que está relacionado com aspectos mencionados por Peruzzo (1998), que determinam se a voz da comunidade por trás da ação comunicativa é silenciada ou evidenciada por meio do trabalho dos comunicadores, ou, ainda, se as produções de mídia popular contribuem para constituir o coletivo em si. O grau de participação se associa, assim, com a medida da representação de uma comunidade por meio de suas mídias. (SUZINA, 2019, p. 66)

Os movimentos sociais populares compreenderam a possibilidade de dar visibilidade a suas pautas e ações também pela internet e suas redes sociais, associando ações e estratégias *offline* a iniciativas *online*. Suzina (2019, p. 68) destaca dois níveis de comunicação: 1. entre a equipe de comunicadores populares e os militantes; 2. entre os comunicadores e as audiências na sociedade. A autora destaca também que os “fluxos de participação” em cada movimento social dependem mais de uma cultura do que propriamente da tecnologia, de acesso. Peruzzo (2018, p. 47) explica que

Essa tendência de empoderamento dos canais de comunicação faz parte da história das organizações e movimentos sociais porque a necessidade de comunicar é parte constitutiva da dinâmica social. Assim sendo, em conformidade com as condições do desenvolvimento tecnológico de cada momento histórico e com as circunstâncias vividas pelos grupos sociais mobilizados, ou em processo de articulação, agregam-se formas e canais comunicativos como parte dos processos de consciência, organização e ação para fortalecer laços internos, tornar pública sua situação, defender seus interesses e dar visibilidade às suas reivindicações e conquistas.

---

<sup>3</sup> Peruzzo (2018, p. 46) destaca que, “Para o exercício desse direito, além da apropriação direta de canais de comunicação pelos referidos segmentos, há todo um movimento amplo pela democratização dos meios de comunicação, no caso da sociedade brasileira. Referimo-nos ao movimento articulado em torno do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), criado em 1991, e possui atualmente 20 Comitês Estaduais ou Regionais pela Democratização da Comunicação.” *Link* para o *site* do FNDC: <http://fndc.org.br/> A autora enfatiza também, no mesmo texto, iniciativas como o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação. *Link* para o *site*: <https://intervezes.org.br/>

Num cenário neoliberal de inegáveis retrocessos sociais e de avanço tão agressivo do capitalismo, nessa relação que vimos abordando entre cidadania, comunicação e universidade, nós, do campo da comunicação social, podemos pensar modos de atuar na extensão universitária (sendo a comunicação um de seus eixos) no sentido de criar ou consolidar as alianças e as redes necessárias, com as comunidades e movimentos sociais populares, articulando ativismo, participação e políticas públicas, a fim de compartilhar saberes e experiências no rumo da emancipação humana, da formação cidadã e da transformação social.

### **1.3 A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO**

Em 1987, houve um avanço na Política Nacional de Extensão no Brasil devido à criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, depois renomeado como Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior – FORPROEX. Esse coletivo atua a partir do entendimento de que a “extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.” (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 15).

O documento, produzido no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, está dividido em três seções e uma parte complementar, produto das conclusões aprovadas em plenárias ocorridas durante o evento. Deriva desse documento uma nova definição de Extensão universitária, segundo a qual:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p. 11).

Essa definição buscou demarcar o território da extensão e superar seu caráter assistencialista e hierarquizado, estabelecendo a referida “via de mão-dupla” ou seja, não encerrada em si, mas aberta à colaboração mútua pautada em um trabalho interdisciplinar e integrado socialmente, além de fortalecer o elo entre extensão, ensino e pesquisa. Seu viés social e cidadão também foi fortemente conceituado na elaboração dessa proposta, segundo a qual a troca de experiência e o foco das atividades de extensão devem concentrar-se em questões sociais, observando-se a realidade nacional e regional e a formação cidadã do/a estudante.

Pensando no desenvolvimento da extensão universitária, o Fórum vem discutindo os rumos da Extensão no Brasil ao longo de três décadas. De caráter itinerante, o evento já foi realizado em diversas regiões do país, conforme tabela 1:

Tabela 1: Edições da FORPROEX. Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da Rede Nacional de Extensão (RENEX)

1°	1987	Brasília - DF
2°	1988	Belo Horizonte - MG
3°	1989	Belém - PA
4°	1990	Florianópolis - SC
5°	1991	São Luís - MA
6°	1992	Santa Maria - RS
7°	1993	Cuiabá-MT
8°	1994	Vitória - ES
9°	1995	Fortaleza - CE
10°	1996	Belém - PA
11°	1997	Curitiba - PR
12°	1997	Brasília - DF
13°	1998	Brasília - DF
14°	1998	Natal - RN
15°	1999	Campo Grande - MS
16°	2000	João Pessoa - PB
17°	2001	Vitória - ES
18°	2002	Florianópolis - SC
19°	2003	Manaus - AM
20°	2004	Recife - PE
21°	2005	São Luís - MA
22°	2006	Porto Seguro - BA
23°	2007	Brasília - DF
24°	2008	Curitiba - PR
25°	2009	João Pessoa - PB
26°	2009	Rio de Janeiro - RJ
27°	2010	Fortaleza - CE
28°	2010	Santo André - SP
29°	2011	Maceió - AL
30°	2011	Porto Alegre - RS
31°	2012	Manaus - AM

32 °	2012	Brasília - DF
33 °	2013	Rio de Janeiro - RJ
34 °	2013	Palmas - TO
35 °	2014	Belém - PA
36 °	2014	Goiânia - GO
37 °	2015	Gramado - RS
38 °	2015	João Pessoa - PB
39 °	2016	São Bernardo do Campo - SP
40 °	2016	Ouro Preto - MG
41 °	2017	Porto Seguro - BA
42 °	2017	Florianópolis - SC
43 °	2018	Natal - RN
44 °	2018	Vitoria - ES
45 °	2019	Brasília - DF
46 °	2019	São Luís - MA
47 °	2021	On-Line
48 °	2021	On-Line
49 °	2022	Uberlândia - MG
50 °	2022	Salvador - BA

A partir desses encontros, que ocorrem de forma semestral, foi elaborada a Política Nacional de Extensão, publicada em 2012. O documento foi produzido coletivamente pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) entre os anos de 1999 e 2012 e apresenta diversas reflexões sobre a extensão universitária, consolidando uma série de conceitos e expondo, de forma didática, as diretrizes para a elaboração das propostas no âmbito nacional da extensão.

Nos primeiros parágrafos da Política Nacional de Extensão Universitária, há uma definição da extensão universitária, entendida como “um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, [que] caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira.” (Política Nacional de Extensão, 2012, p.18). Nesse mesmo parágrafo, o documento enfatiza que esses desafios devem ser enfrentados por meio de políticas públicas que busquem a justiça social para as comunidades. Além disso, pode-se observar que as políticas públicas nas quais a extensão deve pautar as ações propostas devem

priorizar práticas voltadas para o atendimento das necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho (Política Nacional de Extensão, 2012, p.10).

A prioridade ao atendimento social estabelece a extensão como propulsora da busca pela solução de grandes problemas sociais e da cidadania no país, devendo sua atuação ser dialógica e de aproximação aos problemas sociais concretos e às comunidades, sem confundir a universidade com nenhuma das três esferas do poder público. “Para que os atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação [...]” (Política Nacional de Extensão, 2012, p.33). Nessa perspectiva, somente com a participação ativa de docentes, discentes e técnicos/as-administrativos/as e com o entendimento dos valores de uma comunidade ou grupo social e de suas necessidades, pode-se alcançar bons resultados em relação a demandas concretas.

O documento relaciona ainda algumas áreas temáticas para atuação da extensão no Brasil, dentre as quais está a comunicação. As “Áreas Temáticas têm por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a focos principais de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.” (Política Nacional de Extensão, 2012, p.44). O destaque à comunicação na diretriz demonstra a importância de projetos de extensão na área de comunicação. Portanto, como visto, a Política Nacional de Extensão prevê ligações explícitas entre a função da extensão universitária e as políticas sociais ligadas à cidadania e a área da comunicação aparece como um dos eixos principais para alcançar esse objetivo.

Ainda é possível notar a proposta da educação cidadã, ao propor um deslocamento fundamental: “O eixo pedagógico clássico ‘estudante- professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante - professor – comunidade’”. (Política Nacional de Extensão, 2012, p.33). Dessa forma, o/a estudante não seria mero/a espectador/a das ações de extensão, assim como as comunidades, mas todos/as seriam partícipes em todas as etapas do processo. Assim, todos os atores devem participar do processo de desenvolvimento das ações da extensão de forma ativa. Além disso, a proposta da mudança nesse eixo educacional impacta a formação e a ação profissional dos/as estudantes universitários/as, que se aproximam das demandas da sociedade, fortalecendo sua formação e reverberando, posteriormente, em sua atuação profissional, também cidadã.

Os alunos precisam conhecer o entorno da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas... precisam descobrir *in loco* como vivem os brasileiros, as mulheres,

as crianças, os doentes, os idosos. A realidade, o mundo é nosso primeiro grande educador. (GADOTTI, 2017, p.13)

Gadotti conclui dizendo que “Precisamos ter um pé dentro e um pé fora da universidade.” Com isso, entende-se que, para o/a estudante, a extensão torna-se também lugar de reconhecimento e aceitação do outro, de suas diversidades, costumes e culturas locais.

Percebe-se também que o FORPROEX continua atuante e sensível à realidade nacional e às especificidades regionais/locais; além da criação da Política Nacional de Extensão, alguns outros documentos foram publicados de forma a subsidiar essa política, como: Avaliação Nacional de Extensão Universitária, que inclui parâmetros de avaliação da própria universidade para consolidar as práticas extensionistas; Extensão universitária e Flexibilização Curricular, que tem o princípio da indissociabilidade entre ensino –pesquisa – extensão e a autonomia universitária como pilar, baseando-se na Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo Art. 207, diz que “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Constituição Federal, 1988). Ao utilizar a CF-88 como base legal, o documento propõe uma nova estruturação curricular, construída pela maior participação dos/as estudantes e com a inserção curricular da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação, Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001, que apresentou como um dos objetivos para a educação superior

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (PNE, 2001, p. 36).

Apesar da previsão, esse objetivo apenas se tornou normativa em 2018, com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão superior Brasileira e trouxe, em seu artigo 4º: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (RESOLUÇÃO nº 7, 2018, p.1). A resolução ainda informa que as instituições de ensino superior terão prazo de 3 (três) anos, a partir de 2018 para implantação da curricularização. Esse prazo foi prorrogado para dezembro de 2022.

Na UFRB, o processo para implementação da curricularização foi iniciado em 2016, com debates nas reuniões do Comitê do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas, Comitê de Governança Digital e com representações da PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação, PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão, SURRAC - Superintendência de Registro das Atividades Acadêmicas, COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação e PROPLAN- Pró-Reitoria de Planejamento, além da participação institucional ativa nas atividades organizadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX e pelas Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES. Após esse percurso, foi concebido e publicado o Guia da Curricularização<sup>4</sup>, em 2021, que apresenta as orientações gerais para inserção curricular da extensão na UFRB, objetivando orientar sobre a operacionalização da Resolução nº 025/2021 CONAC/UFRB e regulamentar a política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRB. Após a publicação do guia, em 2022, foi oficializada uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação da implantação da curricularização nos projetos pedagógicos, pela Portaria nº 107, de 17 de fevereiro de 2022.

No decorrer desse período, 2016-2021, a UFRB implementou seu processo de curricularização da extensão em todos os centros de ensino; entretanto, ainda é preciso avançar para alcançar a meta de ter 10% do currículo dedicado à extensão universitária em todos os cursos de graduação da Universidade. A fim de melhor dialogar com a comunidade acadêmica, a Pró-Reitoria de Extensão, em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação, promoveu o Ciclo de Formação em Curricularização<sup>5</sup>, entre junho e setembro de 2021, conforme informações disponibilizadas no *site* e nas redes sociais da universidade.

#### **1.4 POR UMA EXTENSÃO REALMENTE DIALÓGICA: A PROPOSTA DO “ENCONTRO DE SABERES”**

*Encontro de Saberes* consiste em um projeto de renovação epistêmica e pedagógica iniciado em 2010 na Universidade de Brasília (UnB) pelo Instituto Nacional de

---

<sup>4</sup> Link para o Guia: <https://www.ufrb.edu.br/proexc/curricularizacao> Acesso em 13 de maio de 2023.

<sup>5</sup> Os diálogos ocorreram de forma remota, foram gravados e estão disponíveis no canal TV UFRB na plataforma YouTube,

Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e Pesquisa (INCTI), tendo como um de seus principais idealizadores e coordenador o professor José Jorge de Carvalho, titular no Departamento de Antropologia da UnB e responsável pelo INCTI. Foi fruto de um intenso trabalho executivo e reflexivo de uma rede composta por mestres e mestras dos saberes populares, professores/as e estudantes das mais variadas áreas do saber acadêmico.

O *Projeto Encontro do Saberes* surgiu como uma experiência piloto no Departamento de Antropologia da UnB, pela oferta de uma disciplina ministrada por mestres e mestras oriundos de comunidades quilombolas, terreiros, agroextrativistas, sociedades indígenas, grupos urbanos de diferentes culturas e demais povos tradicionais para atuarem como docentes na universidade, ministrando aulas sobre um conteúdo com base em diferentes epistemologias e proporcionando o ensino de saberes negados secularmente. Um dos principais objetivos do projeto é justamente a descolonização do conhecimento universitário, que acontece por meio do diálogo entre as matrizes epistemológicas indígenas, afro-brasileiras e científicas no espaço acadêmico, representadas pelos mestres e pelas mestras dos saberes da tradição e docentes doutores/as parceiros/as que, juntos/as, elaboram as ementas, o programa do curso e ministram aulas com base em diferentes epistemologias. (LIMA *et al.*, 2020).

Essa intervenção no sistema acadêmico cresceu articulada com outras demandas de inclusão epistemológica impulsionadas pela Lei nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, e pela Lei nº 11.645, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena e o sistema de ingresso dos estudantes por meio de cotas sociais e étnico-raciais pelas universidades públicas, consolidada pela Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Para o professor José Jorge de Carvalho,

Temos um desafio epistemológico, um desafio político, um desafio institucional! É preciso mudar o perfil das universidades, arranjar meios para que os mestres e mestras possam estar dignamente em igual posição com os professores. Precisamos considerar os desafios interpessoais. As hierarquias também vão ter que ser refeitas. As redes que haviam sido formadas terão que ficar porosas e incluir outras pessoas. São vários os desafios. (CARVALHO, 2005, p.9).

O autor conclui afirmando que, durante muito tempo, desenvolveu-se um verda-



deiro silenciamento crônico frente à exclusão racial no mundo acadêmico, desde a consolidação das primeiras universidades públicas no Brasil, na década de 1930. Ainda conforme Carvalho (2005), é necessário destacar que os saberes dessas comunidades silenciadas frequentemente estão presentes nas universidades, porém, com abordagens a partir da análise de outros, geralmente como forma de estudos e através da pesquisa e, com esses avanços constitucionais, foi permitida maior participação dos segmentos da sociedade que foram silenciados, invisibilizados.

Essa inclusão se dá inicialmente através de inserção desses saberes através dos mestres das comunidades nos ambientes acadêmicos. Gerando assim a criação de múltiplos protocolos de diálogo e mobilizando, em alunos e professores, o aprendizado de diferentes lógicas epistêmicas por meio da experiência oral, corpórea e espiritual (Encontro de Saberes, 2015).

O *Projeto Encontro de Saberes* foi crescendo a ponto de alcançar universidades em todo Brasil e na América Latina. Além da UnB, participam a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Vale do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade da Música de Viena e a Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá. (CARVALHO; VIANNA, 2020). Essas instituições buscam, através do projeto, realizar intervenções no mundo acadêmico, epistêmica e institucionalmente, gerando uma revolução pedagógica.

Porém, para a consolidação do projeto, são necessárias mudanças em dimensões étnico-raciais, políticas e administrativas, com a inclusão dos povos originários e comunidades tradicionais nas universidades, apoiadas em ações afirmativas para a inclusão de discentes negros/as e indígenas por meio das cotas raciais nos cursos de graduação e pós-graduação. Contudo, ainda não se alcançou a inclusão de mestres e mestras dos saberes populares como docentes nas disciplinas que incluem os próprios saberes, pois existem entraves burocráticos e administrativos ou mesmo má vontade política. De qualquer modo, permanece a luta pela inclusão e pela revolução epistemológica nas universidades.

É nesse sentido que a metodologia do Projeto Encontro de Saberes se entrelaça com os princípios pós-coloniais, quando novas epistemologias de diferentes matrizes (indígenas, afro-brasileiras, populares) ocupam o espaço de poder da ciência moderna a partir de seus representantes, os quais, mestres e mestras, falam sobre seus saberes por si próprios, e não pelos cientistas, quando expõem dados de suas pesquisas sobre esses sujeitos. Na arena dessa complexa relação pedagógica e social, os mestres e mestras apresentam dimensões diversas sobre a realidade, fundadas em seus saberes ancestrais a serem ensinados; não mais a se restringirem como objeto de pesquisa de um pensamento dual. (LIMA *et. al.*, 2020, p.13).

A proposta orienta-se pela inserção desses saberes por meio da participação de mestres e mestras das comunidades nos ambientes acadêmicos. Isso gera a criação de múltiplos protocolos de diálogo mobilizando, em estudantes e professores/as, o aprendizado de diferentes lógicas epistêmicas, por meio da experiência oral, corpórea e espiritual (Encontro de Saberes, 2015).

A dimensão pedagógica se baseia na inserção de grupos e saberes no espaço universitários, representados por mestres e mestras de matrizes epistemológicas populares em diálogo horizontal com os saberes acadêmicos. “A proposta do encontro dos saberes é baseada em uma perspectiva que integra o pensar, o sentir e o fazer, além de buscar inserir na matriz curricular as artes, ofícios, as ciências tecnológicas, as práticas espirituais relacionadas às cosmovisões indígenas, afro e populares” (CARVALHO; ÁGUAS, 2015, p. 6). Trata-se, portanto, de uma intervenção no mundo acadêmico pela qual os mestres e as mestras das comunidades, detentores/as de saberes populares, preparam a proposta da disciplina, que será ministrada em um diálogo com o/a professor/a parceiro/a da instituição, que fica responsável pela elaboração das ementas, utilização dos instrumentos pedagógicos e a forma de condução dos/as discentes com os mestres e as mestras.

É necessário destacar que as maneiras de transmissão de conhecimento utilizadas pelos povos tradicionais são muito variadas e, na maioria das vezes, baseadas na oralidade, na escuta e na prática do cotidiano, o que gera um novo desafio para a universidade. Coloca-se para os/as professores/as parceiros/as o desafio de construir a interface dos saberes tradicionais com as áreas acadêmicas, na combinação de métodos utilizados na academia com instrumentos usuais utilizados nas comunidades tradicionais de cada mestre e mestra. “O *Encontro de Saberes* acadêmicos com os saberes tradicionais nos ambientes universitários implica, assim, na inovação curricular e na criação de dis-

ciplinas que se realizam conforme esse novo horizonte, ancorado na incorporação plena da oralidade e no exercício da polimatia<sup>6</sup>” (CARVALHO; VIANNA, 2020, p. 11).

Após iniciativas e tratativas institucionais, a UFRB publicou a resolução CONAC/UFRB n. 088 de 22 de março de 2023, para regulamentar o *Programa Encontro de Saberes* no âmbito da instituição e, dessa forma, assegurar a oferta de componentes curriculares para os cursos de graduação e de pós-graduação. A resolução apresenta os objetivos e o desenvolvimento da política operacional para contratação de mestres e mestras tradicionais e populares, orientando a comunidade acadêmica no processo de contratação e desenvolvimento das atividades.

Um desafio para a implantação de políticas como essa diz respeito à necessidade de mudança no modelo ocidental universitário, que exige uma série de critérios para que um/a professor/a possa atuar; é necessária a obtenção de títulos acadêmicos, publicações científicas e experiência docente, o que inviabiliza a atuação dos mestres e das mestras. Por esse motivo, muitas vezes, a estratégia inicial para a abertura desses caminhos é pela extensão universitária. Para Carvalho (2020), só é viável a realização do projeto com um rearranjo dos procedimentos institucionais para que pessoas não diplomadas possam lecionar no lugar dos professores doutores. Ele destaca também que o caminho seguido até o momento acumula soluções temporárias, até que o aparato legal/administrativo permita garantir a presença de mestres e mestras com a mesma capacidade que já garante a presença dos/as professores/as substitutos/as ou visitantes.

Uma das maneiras mais eficientes e eficazes para a contratação de mestres e mestras é pela outorga do título de Notório Saber, que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/1996, em seu artigo 66, parágrafo único: “O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, que poderá suprir a exigência de título acadêmico” (BRASIL, 1996). Para sustentar essa lei, em 2010, foi instituída outra, a de n. 12.343, que implantou o Plano Nacional de Cultura, tendo como um dos princípios norteadores o reconhecimento “da atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de ‘notório saber’” (BRASIL, 2010).

Para que os mestres e as mestras das tradições originárias e populares recebam esse título, é necessário dominar e ter conhecimento amplo sobre uma área de conhecimento, reelaborando novos saberes e comprometendo-se a ensiná-los às comunidades;

---

<sup>6</sup> Para Carvalho e Viana (2020), a polimatia se baseia na capacidade de dialogar com diferentes áreas do estilo fragmentado do conhecimento científico, sendo uma forma de conhecer generalizada nas comunidades tradicionais, exercendo a condição de mestre aquele que exerce com uma habilidade excepcional.

são saberes que, no geral, não estão registrados em livros e, sim, em memórias seculares.

Diante disso, a presença de mestres e mestras dos saberes tradicionais e populares nos espaços acadêmicos, por meio do *Projeto Encontro de Saberes*, pode ser considerada uma experiência prática da descolonização, por promover saberes tradicionais não eurocêntricos nas universidades, incluindo saberes silenciados ao longo dos séculos, buscando um regime de diálogo com os saberes científicos, através da equanimidade e colaboração mútua entre mestre-aluno/a-professor/a, estimulando o diálogo e possíveis confrontos entre diferentes epistemes (a da tradição e a científica).

Esse movimento, que deveria ter sido iniciado há um século, quando foram instaladas as primeiras universidades, está aproximando as comunidades das universidades e iniciando um novo processo de ocupação dos espaços docentes. Mesmo que de forma ainda inicial, o projeto revela novas experiências e possibilita o complemento em reciprocidade entre os diferentes saberes, construindo um espaço acadêmico mais dialógico e democrático. A UFRB já teve algumas iniciativas nesse sentido, como a realização de um evento, em 2018<sup>7</sup>, dentre outras estratégias de aproximação orgânica com comunidades e lideranças populares do Recôncavo, inclusive, por seus programas de pós-graduação, a exemplo do PPGCOM/UFRB.

---

<sup>7</sup> <https://www.ufrb.edu.br/portal/component/chronofoms5/?chronofom=ver-evento&id=591> Acesso em 13 de maio de 2023.

## 2. CIDADANIA NA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA UFRB

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB é umas das principais instituições públicas localizadas no interior da Bahia e suas atividades de extensão antecedem sua data de fundação, 2005. Isso se deve graças ao desdobramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, instituição centenária integrada à UFRB, que já realizava diversas ações de extensão com as comunidades desde sua criação<sup>8</sup>.

No documento “Subsídio para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (2003)”, está evidente que algumas atividades de extensão desenvolvidas pela Escola de Agronomia da UFBA, na década de 1990, através da AGRUFBA, que contava com um Grupo PET do MEC/SESU<sup>9</sup>, com onze estudantes bolsistas e mantinham convênios com a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Cooperativas e Associações de produtores, bem como outras instituições de ensino como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade da Flórida e a Universidade da Geórgia nos Estados Unidos (EUA).

De acordo com o mesmo documento, o projeto visava ao treinamento dos/as trabalhadores/as rurais e à conscientização para o uso de novas tecnologias. Conforme o pensamento da época, essa capacitação era necessária para o desenvolvimento da agricultura local. Paulo Freire (1973) tecia críticas a esse modelo de extensão rural, por entender que as ações de treinamento e capacitação eram impositivas. O autor defendia que o processo de extensão/comunicação deveria ser baseado em diálogo e troca de saberes entre a comunidade acadêmica extensionista e o/a produtor/a rural.

---

<sup>8</sup> Conforme informações do *site* do curso de Agronomia da UFRB: “O Curso de Agronomia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é fruto de um processo histórico que se inicia em 1859 com a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, primeira instituição *stricto sensu* de ensino e pesquisa agropecuária do Brasil, situado na localidade conhecida como São Bento das Lages. Em 1920, o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura é transformado na Escola Agrícola da Bahia e é transferido para o município de Cruz das Almas em 1945, passando a funcionar em propriedade com 1660 ha. de área. Em 1970 a Escola Agrícola da Bahia é incorporada a Universidade Federal da Bahia – UFBA e recebe a denominação de Escola de Agronomia da UFBA que formou Engenheiros Agrônomos até 2005. Em 2006, a Escola de Agronomia da UFBA é incorporada a recém criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tornando o Curso de Agronomia o maior e mais antigo curso de graduação desta instituição.” Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/agronomia/curso> Acesso em 02 mai 2023.

<sup>9</sup> Grupo PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizado a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior do País orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

Para além desse modelo de extensão, o documento de criação e implantação da UFRB ainda revela mais um programa de destaque da extensão universitária da época: a AGRUFBA, que mantinha um curso pré-vestibular para 150 estudantes carentes do município de Cruz das Almas e localidades circunvizinhas. Esse programa incentivava jovens e adultos/as da região a ingressarem no ensino superior o que, conseqüentemente, impulsionava o desenvolvimento dos municípios e criava oportunidades para a população mais vulnerável.

A partir da criação da UFRB (2005), a AGRUFBA foi extinta e quem assumiu a coordenação da extensão universitária foi a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), que atualmente foi modificado para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)<sup>10</sup>, setor responsável por planejar, supervisionar e avaliar a extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sendo um dos principais órgãos responsáveis pela elaboração e ampliação da política de extensão da universidade.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que funciona na sede da universidade, em Cruz das Almas-BA, desenhou sua política considerando as características da multicampia da Universidade. Do ponto de vista administrativo e organizacional, o setor conta com as seguintes unidades: Coordenadoria de Cultura e Universidade (CCU), O núcleo de Gestão do Measb, que tem o objetivo de gerir o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia; Secretaria administrativa, Núcleo de Educação e Ações Comunitárias (NUEDAC), Núcleo de Cultura e Territórios (Nuculter), Núcleo de Cultura e Territórios (Nuculter), Coordenadoria de Extensão Universitária (CEU), Núcleo de Programas e Projetos, Núcleo de Gestão de Documentação (Nugedoc) e o Núcleo de Gestão de Documentação (Nugedoc) e o Núcleo de Gestão de Recursos (NUGERE).

Além dessas unidades, a PROEXC também mantém diversos Núcleos de Gestão de atividades de extensão – NUGEX, localizados nos Centros Universitários, que contribuem para a aproximação das atividades de extensão nos *campi*, assessorando as atividades acadêmicas na operacionalização da extensão, orientando sobre registro de projetos e contribuindo para o fortalecimento da extensão de acordo com as diretrizes dos

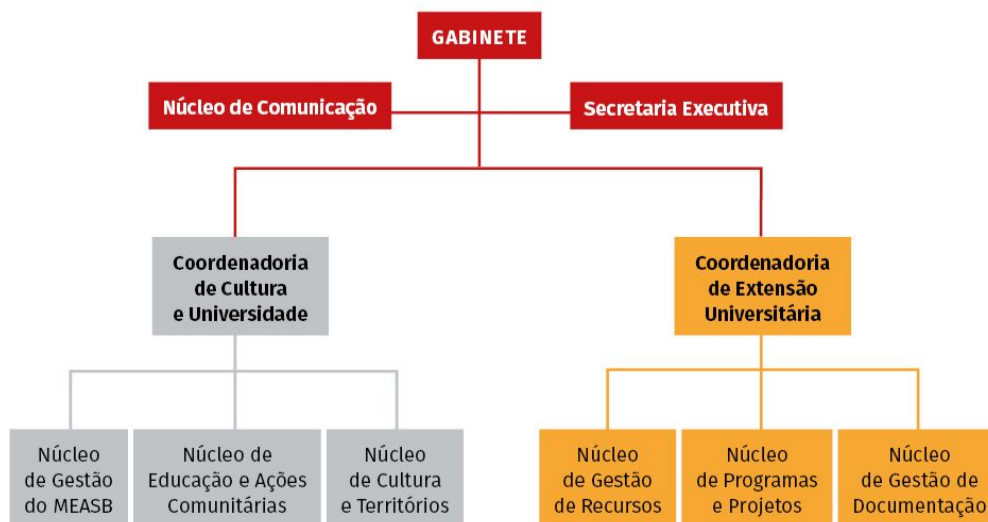
---

<sup>10</sup> Foi oficializada a troca da nomenclatura de Pró-Reitora de extensão (PROEXT) para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) pela Portaria n. 199, de 09 de fevereiro de 2023, no evento MOVA CULTURA, realizado no dia 10 de fevereiro, que teve programação diversa, constituindo um marco para celebrar e demarcar a extensão e a cultura como elementos essenciais da relação entre universidade e sociedade, traduzida também na mudança institucional de nome da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

centros e da UFRB.

Gráfico Organograma 1: Pró Reitoria de Extensão UFRB

Fonte: *Site da PROEXC/UFRB*



A extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia orienta-se pela Política Nacional de Extensão. Suas diretrizes e conceitos foram e são referências para a criação das normas que disciplinam as ações de extensão da UFRB. A mais recente resolução, de 23 de maio de 2022, de nº 57/2022, foi aprovada pelo Conselho Acadêmico – CONAC da instituição e dispõe sobre as normas que disciplinam as ações de extensão universitária da UFRB. Logo em seus primeiros parágrafos, o documento estabelece que a extensão deve ser “processo educativo, artístico, cultural e científico que articulada ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e os demais setores da sociedade, orientada por princípios de dialogicidade e ética, favorecendo a interculturalidade e perspectivas pluriépistêmicas sobre os saberes.” (Resolução nº 57/2022 – UFRB). Além disso, para melhor conceituar a extensão da UFRB, o documento enfatiza que a extensão universitária praticada na instituição constitui-se “como um meio de formar profissionais cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às necessidades da sociedade”.

É possível ler ainda que a extensão

Representa um trabalho em que a relação universidade – docente – estudante

- técnicos administrativos - comunidade torna-se uma possibilidade eficaz de diálogos, intercâmbios, interação, transformação mútua, desafios e complementaridade (Resolução nº 57/2022 – UFRB, p.1).

Dessa forma, favorece a renovação e a ampliação do conceito de sala de aula, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de estudantes, servidores/as técnicos/as e docentes e outros segmentos da sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade. (Resolução nº 57/2022 – UFRB).

Percebe-se que, em seus conceitos mais fundamentais, a extensão prima por uma ligação visceral entre a universidade e a sociedade. Outro ponto central da resolução está vinculada às demandas por cidadania, destacando-se os trechos em que se estabelece que a extensão universitária tem como objetivo: “Promover a socialização e o compartilhamento entre as comunidades acadêmica e não-acadêmica do conhecimento produzido pela Universidade e pelos demais grupos sociais”; “Colaborar para a resolução dos problemas sociais, o desenvolvimento regional e territorial, sociocultural e melhoria da qualidade de vida da população”. Em tais demandas por cidadania, por meio da extensão, estão previstos também os seguintes objetivos:

- Incentivar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da Universidade;
- Contribuir para reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade, bem como para a sistematização do conhecimento produzido;
- Promover a socialização/ troca de tecnologia na forma de inovação de processos e produtos;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento das habilidades, competências e da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos;
- Contribuir para o desenvolvimento artístico-cultural da comunidade acadêmica e de outros espaços culturais da sociedade em geral;
- Valorização e reconhecimento de saberes produzidos fora do âmbito acadêmico.

Como visto, os objetivos da extensão na UFRB são articulados de forma direta ao desenvolvimento local e ao atendimento de demandas sociais, além de primar pela for-



mação cidadã de seus/suas discentes, priorizando a formação de profissionais cidadãos/ãs, que tenham consciência social e respeito ao outro. Com isso, a instituição espera atuar na promoção e valorização dos conhecimentos locais e suas produções, dentro e fora da universidade, devem se desenvolver de forma dialogal com as comunidades.

Destaca-se também, no incentivo à formação cidadã, o Art. 15º, o qual prevê que “As ações de extensão [...] desta resolução, poderão ser coordenadas por docentes, técnicos-administrativos e estudantes da UFRB”. A prerrogativa de que os/as discentes possam propor atividades de extensão constitui uma forma de incluir os /as estudantes como protagonistas de sua formação, processo que lhes permite angariar competências para sua atuação profissional e sua formação cidadã conduzindo-os/as, dessa forma, a se reconhecer como agentes na transformação social na sua área de atuação.

Na Política de Extensão da UFRB, cabe destacar algumas resoluções subsidiárias à resolução 57/2022. Uma delas é a Resolução nº 33/2019, que dispõe sobre as normas das ligas acadêmicas, “entidades sem fins lucrativos, registradas na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB (PROEXT), criadas, organizadas e conduzidas essencialmente por discentes, que apresentam interesses em comum, sob supervisão geral de um docente efetivo da UFRB.” Essa normativa incentiva os/as discentes que tenham interesses em comum a promover a extensão por meio de atividades que contemplam ensino, pesquisa, ações afirmativas e culturais.

A Resolução nº 006/2016 regulamenta as bolsas de extensão – PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – na UFRB, “um programa que destina bolsas a estudantes de graduação vinculados/as a um projeto ou programa de extensão, orientado e acompanhado por um/a professor/a no efetivo exercício de suas funções”. Seu principal objetivo é a viabilização da participação dos/as discentes no processo de interação entre a universidade e a sociedade, através das atividades acadêmicas extensionistas, além de fomentar e incentivar talentos potenciais entre estudantes contribuindo, assim, para a formação e qualificação de cidadãos/ãs socialmente comprometidos/as.

A Resolução nº 034/2019 apresenta as diretrizes do Plano de Cultura e a instituição do Fórum de Cultura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, “instrumento de gestão que planeja a política cultural a ser desenvolvida pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia por um período de dez anos.” O documento contribui para o planejamento e desenvolvimento de ações na pesquisa, ensino, extensão e ações afirmativas relacionadas ao campo das artes e da cultura, que poderão ser desenvolvidas pela admi-

nistração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de “contribuir com o desenvolvimento simbólico e a promoção do direito cultural das populações e de promover intervenções na sociedade”, possibilitando o intercâmbio em pesquisas e ações na área da cultura e artes. Cabe destacar os principais eixos de atuação cultural citados na resolução: Artes e Cultura; Tecnologias e Culturas Digitais; Economia da Cultura e Sustentabilidade; Memória e Patrimônio; Cultura e Sociabilidade; Conexões de Saberes; Diversidade e Cidadania Cultural; Fomento e Gestão Cultural na UFRB e Cultura e Educação. Pela atuação nesses eixos, a UFRB contribui para o desenvolvimento de uma política colaborativa e participativa, envolvendo o ensino, pesquisa, extensão e ações afirmativas, assim como as comunidades interna e externas.

A Resolução nº 87/2023 aprovou as normas e disciplina os procedimentos para a formação e funcionamento das Atléticas Acadêmicas, coletivos de discentes em caráter desportivo e social com a finalidade educacional e cultural, sendo registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFRB (PROEXC), mas que não se constitui como entidade representativa de classe.

A regulamentação da política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRB é regulamentada pela Resolução nº 025/2021, que dispõe sobre. Ela segue determinações da Resolução n. 7/2018 do MEC/CNE, que exige o cumprimento de, “no mínimo, dez por cento da carga horária total do curso vinculado aos Programas e Projetos de Extensão Universitária, com orientação de sua ação, prioritariamente, para áreas de pertinência social [...]”. Portanto, deve ser incluída a formação extensionista no projeto pedagógico dos cursos de graduação (PPC), submetido também à Pró-Reitoria de Extensão da UFRB.

Pelo brevemente descrito, pode-se observar a explícita ligação das normativas institucionais com o compromisso do desenvolvimento cultural da região, previsto em planejamentos atualizados periodicamente. Isso faz a UFRB ter maior aproximação com as comunidades, o que é indispensável para se produzir melhores ações na extensão, pois cria

condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas (Política Nacional de Extensão, 2012, p.10).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)<sup>11</sup> exemplifica o modelo de planejamento e, no caso da UFRB, o compromisso com o desenvolvimento local. O último plano, publicado em 2019, será vigente por doze anos (até 2030) e avaliação quadrienal. Ele apresenta, entre outras informações, a proposta de desenvolvimento da extensão na instituição, o que inclui diversas metas, dentre as quais estão ampliar os recursos aplicados na extensão; aumentar o número de ações de extensão; realizar anualmente o registro de 100% das atividades de extensão, mantendo um sistema de avaliação, monitoramento e acompanhamento; implantar sistema para automatizar recepção e registro de projetos, programas e ações de extensão; implantar um programa de avaliação da Extensão Universitária; ampliar o número de Bolsas de Extensão; aumentar o número de pessoas e entidades envolvidas nas atividades de extensão; desenvolver projetos em parcerias com outros sujeitos e atores sociais; fomentar o campo da cultura, sobretudo no que tange à gestão, com ênfase nos Territórios Recôncavo, Portal do Sertão e Vale do Jiquiriçá; implementar a curricularização da Extensão na UFRB; implantar o Programa Universidade Aberta à maternidade; editar e publicar a revista Extensão; publicar livro, em dois volumes, sobre os 10 anos da Extensão na UFRB; reabrir o MEASB para visitação; dinamizar culturalmente a vida universitária; contribuir para a promoção do desenvolvimento Territorial (Plano de gestão – UFRB, 2019).

Na primeira avaliação, no que diz respeito à extensão, segundo dados divulgados no Resultado do PDI 2015-2019, foram previstas 13 metas, das quais 31% foram cumpridas, 54% foram cumpridas parcialmente e 15% não puderam ser atendidas. Essas metas e acompanhamentos demonstram o esforço da instituição em fortalecer a extensão universitária e seu compromisso com o desenvolvimento territorial.

Outro ponto importante do desenvolvimento institucional refere-se à conscientização dos/as servidores/as, técnicos/as e docentes e discentes para o papel da universidade, que não é só de transformar os/as alunos/as em profissionais competentes, mas também em torná-los/as cidadãos/ãs comprometidos/as com a realidade.

Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico. Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, excelentes cidadãos. Sim, porque para mudar o mundo, no novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos (que podem inclusi-

---

<sup>11</sup> O PDI, instituído pela Lei Federal n. 10.861, de 14 de abril de 2004, constitui ferramenta formal de planejamento, monitoramento e avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. São referências: a Resolução CNE/CES n. 10/2002 e os Decretos n. 3860/2001, 5.773/2006, e 9.235/17.

ve reproduzir e ampliar, com perversa eficiência, desigualdades e injustiças existentes). (RIBEIRO, 2009, p.3)

Posto isso, entende-se que a universidade precisa ser capaz de educar profissionalmente seus/suas discentes, que, por sua vez, devem ser comprometidos/as com as diversas causas culturais e sociais existentes nas comunidades. A autora citada afirma ainda que “A formação do profissional do século XXI impõe a superação de uma visão puramente instrumentalista ou tecnicista do conhecimento, rejeitando os reducionismos inerentes à linearidade e fragmentação do saber.” (RIBEIRO, 2009, p.3).

Evidentemente, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) segue as mesmas diretrizes da instituição. Conforme a Resolução nº 57/2022, em seu artigo 6º, as ações de extensão podem ser desenvolvidas em seis modalidades: Programa, Projeto, Prestação de serviço e Consultoria, Curso, Evento e Produção de Publicação e outros produtos acadêmicos. Programa é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente, integrado às ações de pesquisa e ensino, sendo executado em médio e longo prazos. Projeto é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo estar ou não vinculado a um programa. Curso diz respeito a ações com duração determinada, de caráter educativo, social, cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, que permitam a relação teoria-prática, potencializando o processo de interação Universidade-Sociedade. Pode ser presencial ou a distância, ofertado à comunidade acadêmica e/ou externa, desde que objetive a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação Universidade-Sociedade, garantindo a participação do público externo, com carga horária mínima de 04 (horas) horas de duração. Evento deve ser oferecido com o propósito de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação. Prestação de serviço e Consultoria é a realização de trabalho oferecido pela UFRB ou contrato de terceirizados e se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade do processo/produto e não resulta na posse de um bem. Produção de publicação e outros Produtos Acadêmicos visam à difusão e divulgação cultural, artística, científica e tecnologia. (Resolução nº 23/2022 – UFRB).

O documento menciona ainda que as atividades de extensão devem ser consideradas trabalho social, ou seja, ações deliberadas propostas a partir de uma realidade pro-

duzindo, assim, conhecimentos úteis e que visem à transformação social e cidadã das comunidades interna e externa.

Dessa maneira, ao analisar a política de extensão da UFRB, pode-se observar a preocupação com o desenvolvimento cultural e social dos municípios do Recôncavo baiano e a busca pelo entendimento das demandas sociais para que, em conjunto com as comunidades e a sociedade em geral, possam ser estudadas e, se possível, resolvidas. Esse acompanhamento fica claro nos planejamentos para a década e é norteado pelas normativas que direcionam a extensão na universidade.

Considerando todo o exposto até aqui, anunciamos que a próxima seção apresenta um mapeamento das ações de extensão universitária desenvolvidas na temática de comunicação no CAHL cadastradas na PROEXC no período de 2016 a 2021. O levantamento foi feito com dados disponíveis na SUPAC e SIGAA, utilizando-se da análise quantitativa para mapeamento e tabulação dessas informações e qualitativa na análise dos formulários para compreensão do perfil das atividades desenvolvidas no centro.

## **2.1 MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO DO CAHL**

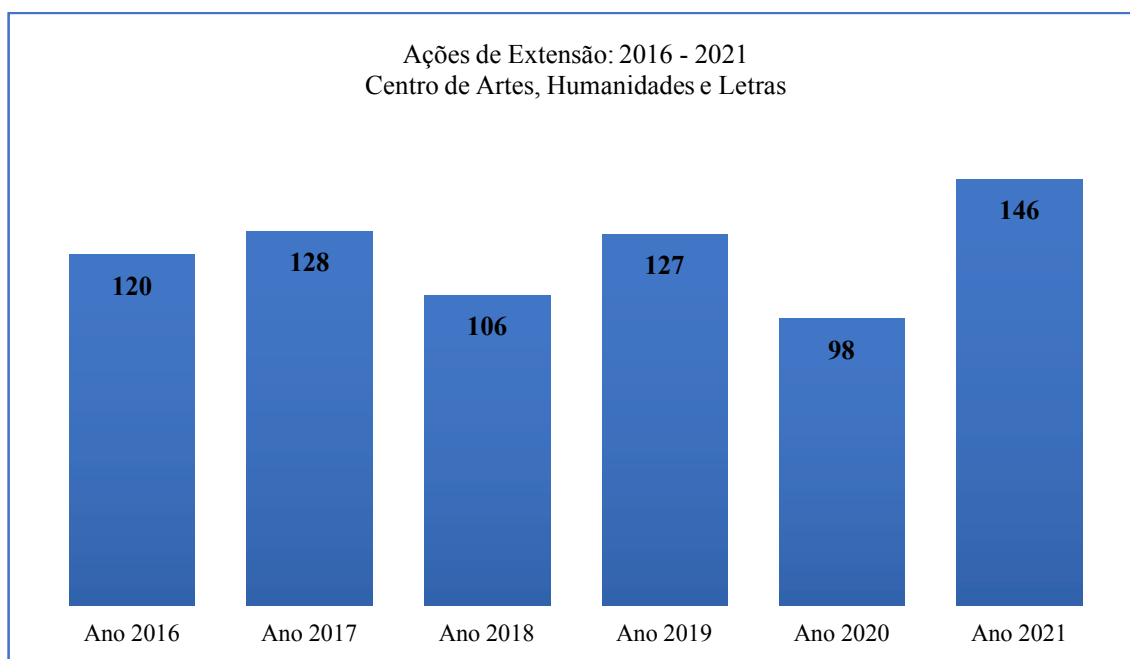
No ano de 2006 foi fundado o Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL. Com a criação desse centro universitário, foi criado o NUGEX – Núcleo de Gestão das atividades de extensão, responsável por assessorar a comunidade acadêmica: discentes, docentes, técnicos/as e pessoas das comunidades externas com informações sobre as atividades de extensão, orientando sobre registro das ações, construção de propostas e certificação, de acordo com as diretrizes do Centro e normas da universidade.

Para mapearmos as práticas de extensão desenvolvidas pelo CAHL, pesquisamos os dados disponíveis no SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos e SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de atividades da UFRB, partindo das informações disponibilizadas pelo NUGEX – Núcleo de Gestão das atividades de extensão do CAHL e pela Pró-reitoria de Extensão da UFRB, por meio do NUGEDOC – Núcleo de Gestão de Documentação.

A primeira etapa objetivou identificar o quantitativo total de ações desenvolvidas pelo Centro durante os anos de 2016 a 2021. De acordo com os dados compilados, nesse período foram desenvolvidas 725 ações de extensão no Centro de Artes, Humani-

dade e Letras, sendo 120 no ano de 2016; 128 em 2017; 106 em 2018; 127 em 2019; no ano de 2020 foram 98 e 146 no ano de 2021, conforme Gráfico 2.

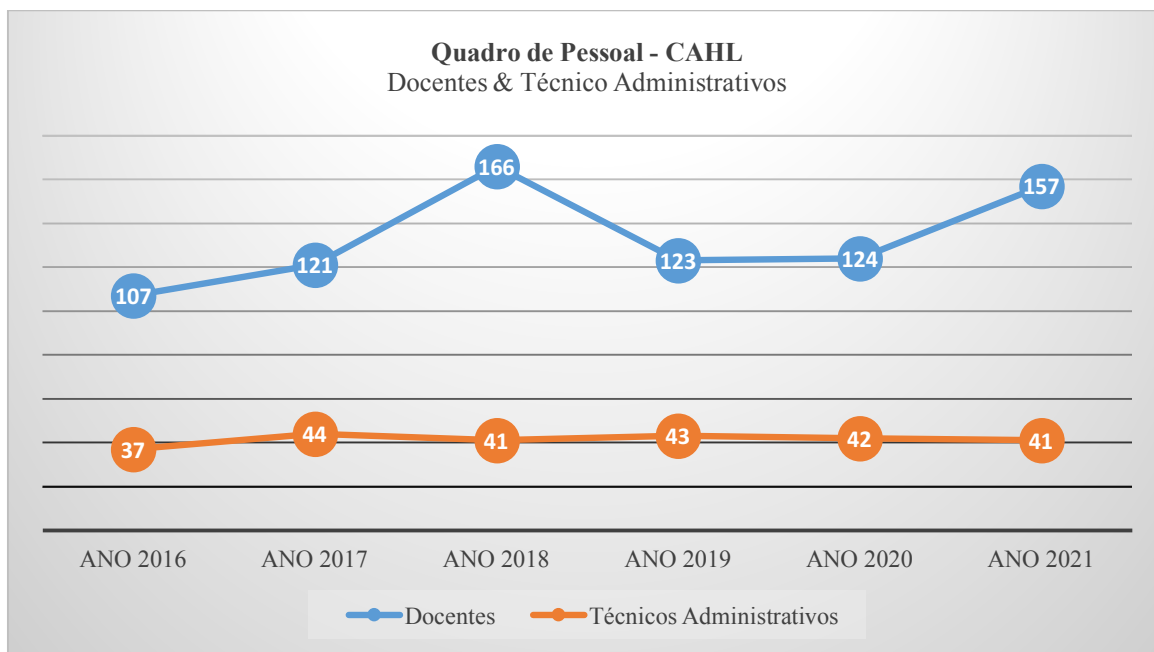
Gráfico 2: Ações de extensão no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base nas Planilhas NUGEDOC

Ao observar os dados do Gráfico 2, percebe-se que, em número de ações, o CAHL tem média de 121 atividades desenvolvidas por ano, o que corresponde a mais de 10 ações desenvolvidas por mês; quando analisada a relação das ações ao quadro de pessoal, de acordo com os dados disponibilizados pela PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento da UFRB, o CAHL tinha, em 2016, 37 técnico-administrativos/as; em 2017, foram 44, 41 em 2018; 43 em 2019; 42 em 2020 e 41 no ano de 2021. Entre os/as docentes, eram 107 no ano de 2016; 121 em 2017; 166 em 2018; 123 em 2019; 124 em 2020 e 157 no ano de 2021, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3: Quadro de Pessoal no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PROPLAN

Esses/as servidores/as atuam na pesquisa e extensão do centro e nos cursos ofertados de: Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Museologia, Serviço Social, História, Gestão Pública e Museologia; além dos cursos de pós-graduação, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas; Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos; Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural; Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios.

O cenário descrito nos Gráficos 2 e 3 demonstram o quanto o Centro é atuante na área de extensão universitária, pela quantidade expressiva de ações cadastradas e seu quadro de servidores/as. Além disso, o único ano que ficou abaixo de 100 ações de extensão foi o de 2020; a suspeita para essa baixa nas atividades foi a eclosão do cenário de pandemia de COVID-19 visto que, durante o início do ano de 2020, aconteceu a paralisação das atividades<sup>12</sup> e houve o replanejamento do calendário acadêmico<sup>13</sup>; em con-

<sup>12</sup> Portaria nº 322/2020, de 17 de março de 2020 - Suspensão de atividades acadêmicas e administrativas

<sup>13</sup> Resolução CONAC nº 08/2020 - Dispõe sobre a suspensão do Calendário Acadêmico 2020

sequência, nesse primeiro momento, as atividades de extensão também foram suspensas.

Outro ponto importante para a análise são as áreas temáticas das atividades de extensão, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária. Para proceder a essa classificação, o/a coordenador/ da atividade proposta deve observar os objetos ou assuntos a serem enfocados; essas áreas temáticas ficam disponíveis no formulário de preenchimento obrigatório para cadastro da atividade de extensão, conforme anexo I e, no SIGAA, na aba informes gerais, opção área temática de extensão, conforme anexo II. O FORPROEX ainda indica que, mesmo que a atividade de extensão não se identifique com nenhuma das áreas, deve-se associá-la à mais aproximada, de forma que todas as ações sejam classificadas.

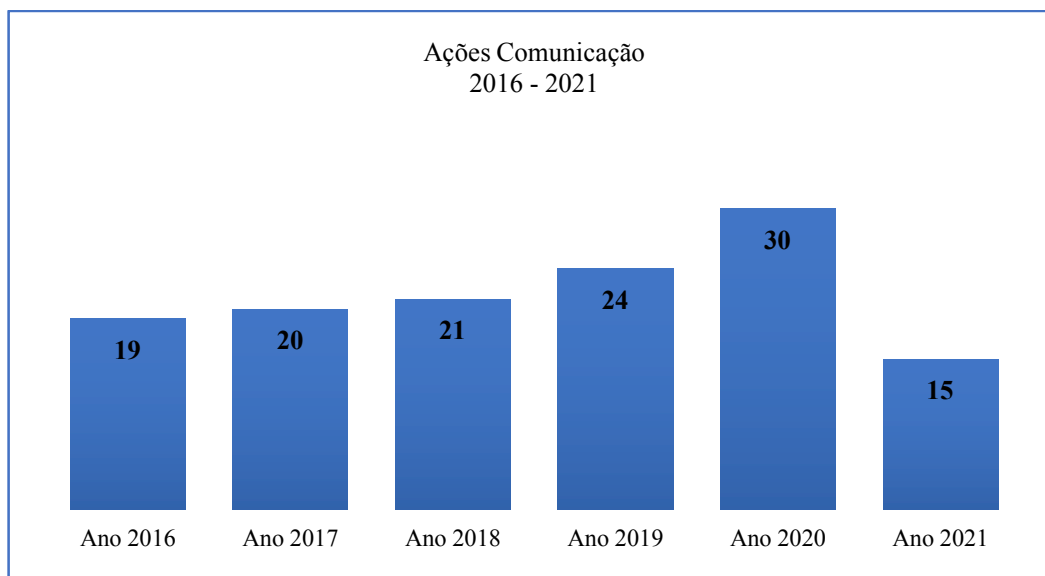
A finalidade da classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática (FORPROEX, 2007, p.24).

Uma das áreas temáticas para a classificação citadas no documento é a comunicação; neste grupo, segundo o próprio documento, as ações mais frequentes são: elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil. Esses exemplos não excluem outras maneiras de atuação e são citados apenas de forma exemplificativa de possíveis atividades que possam ser desenvolvidas na área.

Para compreendermos as práticas de extensão na área de comunicação do Centro de Artes, Humanidades e Letras, foram analisados todos os formulários disponíveis no SIPAC e SIGAA, de forma quali-quantitativa. Inicialmente, buscamos compreender o quantitativo das ações de extensão que têm como área temática a comunicação. Ao analisarmos o quantitativo, notamos que foram realizadas 129 ações de Comunicação entre os períodos de 2016 a 2021, conforme Gráfico 4:



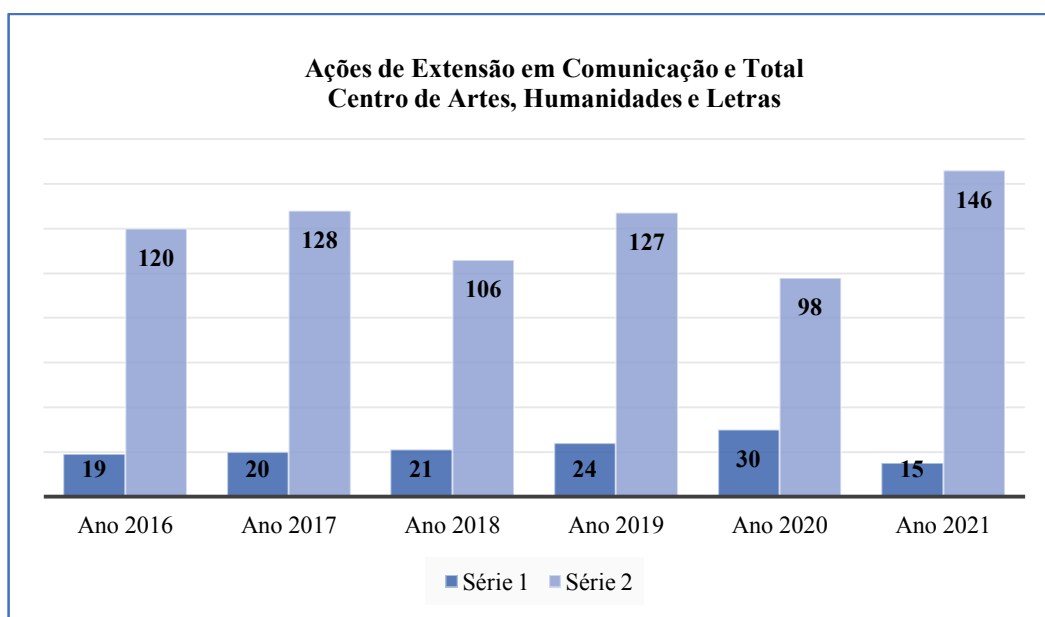
Gráfico 4: Ações de Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPAC e SIGAA

Essas 129 ações foram cadastradas com a temática principal Comunicação: foram 19 no ano de 2016; 20 em 2017; 21 em 2018; 24 em 2019; 30 em 2020 e 15 no ano de 2021, com média anual de 20 ações por ano, se observarmos os Gráficos 2 e 3. Pelos dados brutos, pode-se perceber o quanto as ações de extensão na área de comunicação são relevantes, pois representam 17% das atividades desenvolvidas na instituição no período estudado.

Gráfico 5 Ações de extensão em Comunicação e Total no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPAC e SIGAA

Visto que, no formulário para cadastramento das ações de extensão (Anexos 1 e 2), estão disponíveis oito áreas principais (Comunicação, Cultura, Direitos e Humanidades, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Trabalho), esse percentual de 17% em comunicação pode ser considerado relevante. Podemos observar, no Gráfico 4, que no ano de 2020 esse percentual chegou a 30%. Uma hipótese levantada para o aumento desse percentual é a familiaridade dos/as professores/as de comunicação com as plataformas *on-line* visto que, durante esse período, estávamos na pandemia e as atividades presenciais foram suspensas. Destacam-se nesse período também as ações realizadas pelo *Programa Saberes Cruzados*, que realizou, entre os anos de 2018 e 2019, cursos nas áreas de educação, arte e cultura, museologia e patrimônio e informática. Os cursos foram desenvolvidos junto com as comunidades locais, com os temas sugeridos pelos/as participantes.

Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, as ações de Extensão são classificadas em seis modalidades, como citado anteriormente, recebendo denominações específicas: Programa de Extensão, Projeto, Evento, Prestação de serviço e Consultoria e Produção de Publicação. Retomamos isso para ressaltar que “ação de extensão” e “atividade de extensão” são termos genéricos que servem para indicar toda e qualquer proposta de Extensão institucionalizada, devendo o/a coordenador/a especificar.

Para prosseguir com a análise das práticas de extensão desenvolvidas na temática de comunicação no CAHL, tentamos compreender como as ações são classificadas considerando o tipo de ação proposta de acordo com as modalidades. Conforme os dados compilados, das 129 ações de extensão na temática de comunicação, 100 são eventos, o que corresponde a 77,51%; cursos somam 12, correspondendo a 9,30%; já os projetos são 10, representando 7,75%; 4 programas representam 3,10%, enquanto publicação ou produção somam 2,32% e prestação de serviço não houve ações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Proporção de ações de Extensão por tipo

Posição	Tipo de ação	Frequência	(%)
1 °	Evento	100	77,51
2 °	Curso	12	9,30
3 °	Projeto	10	7,75

4 °	Programa	4	3,10
5 °	Publicação ou Produção	3	2,32
6 °	Prestação de serviço	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPAC e SIGAA

Observando-se os dados da Tabela 2 percebe-se que, em número de ações, a prestação de serviço, as publicações ou produções são minoria, seguidas pelos programas. Em terceiro lugar aparecem os projetos, em segundo os cursos e, em primeiro, com margem alta de diferença, estão os eventos. A hipótese para a preferência por esse tipo de ação pode estar relacionada ao formato de produção. Segundo o FORPROEX, evento é um tipo de ação pontual que tem como características ser uma apresentação ou exibição pública, podendo estar relacionada a diversos temas, como apresentação cultural, artística, esportiva, científica e tecnológica. A Resolução n. 57.2022 produzida pela UFRB informa que os eventos podem ser desenvolvidos em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada. Outro ponto que se deve ressaltar para a utilização dessa modalidade pelos/as coordenadores/as de extensão é a classificação desse tipo de ação. Conforme o FORPROEX (2012), o evento pode ser classificado em oito tipos: congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival, outros.

O Congresso é considerado evento de grande proporção, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla; seminário, evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias) quanto de número de participantes; já o seminário é um evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias) quanto de número de participantes, que engloba encontros simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, etc; Ciclo de debates são encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico, incluindo ciclo, circuito e semanas temáticas; o termo exposição está relacionado à exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc, incluindo feiras, salão de mostras e lançamentos; Espetáculo é a demonstração pública de eventos cênicos musicais, a exemplo de recital, concerto, *show*, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical; evento esportivo está relacionado a campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva;

já Festival são edições periódicas de eventos e contam com uma série de ações. O FORPROEX ainda traz a classificação com a nomenclatura “outros”, relacionada à ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. A abrangência e as diversas propostas de classificação das atividades de extensão do tipo evento faz com que ele se relacione com inúmeras ações, atendendo a demandas científicas ou culturais, produzidas dentro ou fora da instituição.

Quanto aos cursos de extensão, têm como uma das regras principais a carga horária mínima de 04 (quatro) horas de duração, podendo ser realizados de maneira presencial ou a distância, objetiva a socialização do conhecimento acadêmico, permitindo a relação teoria-prática e potencializando o processo de interação universidade-sociedade. Esta modalidade de extensão está em segundo lugar no quantitativo de ações de extensão do CAHL.

Em relação a ações do tipo programa, o baixo número de ações pode estar relacionado ao fato de que os programas de extensão exigem um tempo mais longo de execução, com a obrigatoriedade de três projetos vinculados. De acordo com o Art. 10 da resolução CONAC/UFRB nº 057, de 23 de maio de 2022, os projetos podem estar vinculados ou não a programas. Assim como os projetos, os programas devem ter prazo determinado e objetivos específicos; o programa requer mais dedicação, pois deve articular-se com projetos e outras ações. Sendo assim, o programa é um tipo de ação que deve agregar ações satélites em torno de um objetivo comum, tornando-se mais abrangente e complexo, devendo ser mais explorado pelas atividades desenvolvidas na área de comunicação, pois

A função social da comunicação a faz indubitavelmente ligada à construção da cidadania e das mediações políticas, de forma que os projetos de extensão da área, em suas mais diversas formas de estruturação e gestão, nunca estejam apartados dessa característica (CASADEI, 2016, p.16).

Consequentemente, a duração maior da modalidade programa de extensão favorece as atividades relacionadas à cidadania, pois com a abrangência temporal maior se conhece melhor o público externo, facilitando troca de conhecimento e experimentando métodos de atuação, proximidade e reciprocidade.

Sobre publicação e produção, mesmo com a criação, pela PROEXT da universidade, da revista de extensão para publicação de resultados de atividades, o número de cadastros é baixo; a suposição levantada é que não se cadastra esse tipo de ação para

publicação na revista da própria UFRB e em outros periódicos, podendo esse número ser bem maior do que foi levantado. O próprio *Programa Saberes Cruzados* teve publicação na revista de extensão da UFRB e, para isso, não foi necessário o cadastro dessa atividade.

Em último lugar ficou a ação de prestação de serviços, que é a realização de trabalho oferecido pela UFRB para a comunidade, empresas, órgãos públicos, etc. Não se pode afirmar qual o motivo de não existirem atividades cadastradas nessa modalidade, visto que poderia ser a experimentação dos ensinamentos vistos em sala de aula pelos/as discentes, para clientes reais, o que iria melhorar seu desenvolvimento profissional. Uma das hipóteses para a falta de atividades de prestação de serviço e consultoria é a classificação desse tipo de extensão. Segundo o CONAC/UFRB nº 057, de 23 de maio de 2022, só pode ser classificado em: atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia e serviços eventuais, os quais devem ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, devendo ser encarado como trabalho social útil, produzindo conhecimentos que visem à transformação social. Portanto, essa classificação limitada pode ser um empecilho para o desenvolvimento desse tipo de ação, que pode ser um fator para o afastamento dos/as coordenadores/as dessa modalidade.

Desse modo, pode-se observar que o CAHL é atuante na área de extensão, destacando-se, entre os anos pesquisados, os de 2016 e 2017, nos quais a quantidade de ações de extensão foi maior do que o número de docentes lotados/as no Centro, principais coordenadores/as das atividades, conforme Gráfico 5.

O quantitativo de ações na área de Comunicação faz toda diferença para o exercício da cidadania, aproximação e desenvolvimento das comunidades locais. As diversas modalidades de extensão propostas para construir essa aproximação, seja através de cursos, congressos, seminários, debates e festivais, de forma *on-line* ou presencial, aumentaram as oportunidades para participação do público externo, que pode ser alcançado de diversas maneiras. Com isso, eleva-se ainda mais o alcance das relações da universidade com a sociedade.

## **2.2 PERFIL DAS AÇÕES DE EXTENSÃO COM BOLSAS OU APOIO FINANCEIRO**

O fortalecimento da extensão universitária depende também de formas de finan-

ciamento, com a garantia de recursos para a execução das atividades propostas com possibilidade de realização continuada no desenvolvimento das ações. Com esse intuito, a extensão universitária foi incluída no Decreto nº 7.233, de 2010 (Brasil, 2010), que regula a matriz de alocação financeira para as universidades federais, sendo uma iniciativa importante para garantia do financiamento público às ações de extensão. Além desses recursos, quatro outras iniciativas foram pensadas pelo FORPROEX com a finalidade de fortalecer e garantir recursos públicos para a extensão

A primeira refere-se à inclusão da Extensão Universitária nos planos plurianuais do Governo Federal, de forma a possibilitar o planejamento de ações de longo prazo e a continuidade de seu financiamento. A segunda iniciativa é a inclusão da Extensão nos orçamentos das Universidades Públicas, o que, se atendida a reivindicação da ANDIFES de institucionalização de orçamentos universitários plurianuais e autônomos, também pode gerar efeitos positivos sobre a qualidade do financiamento público das ações extensionistas. A terceira iniciativa aqui propugnada se refere à criação de um Fundo Nacional de Extensão, para o qual sejam alocados os recursos provenientes dos órgãos públicos, inclusive de agências de fomento. Os repasses dos recursos desse fundo para as Universidades Públicas deverão ser feitos por meio de regras claras e amplamente pactuadas, de forma a imprimir a necessária transparência à sua gestão. Por último, a quarta iniciativa que poderá favorecer o financiamento público é a ampliação do escopo dos editais das agências de fomento, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais. Essa ampliação deve ocorrer no sentido de incorporação do financiamento da Extensão Universitária de forma complementar e integrada ao financiamento da Pesquisa. (Política Nacional de extensão, 2012, p.51)

O FORPROEX ressalta que esses meios de financiamento público não excluem a possibilidade de captação de recursos privados e parceria com órgãos e instituições ligadas à área temática de atuação da ação.

A UFRB, por meio da PROEXT, vem procurando exercer ativamente seu papel social, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico e cultural; para isso, assegura programas de bolsas de extensão universitária, um dos instrumentos fundamentais para execução e consolidação das atividades de extensão desenvolvidas na universidade. Segundo a Lei de Diretrizes Bases, no artigo 77, inciso IV, parágrafo segundo, que determina que as atividades universitárias de extensão, assim como as de pesquisa, poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive através de concessão de bolsas de estudo. (BRASIL, 1996). Em que pese isso, enquanto a pesquisa dispõe de instrumentos legais que permitem repasse direto de recursos aos/às pesquisadores/as, por exemplo, na extensão isso é mais complicado, carecendo ainda de amparo legal.

Para regulamentar os editais internos da UFRB, foi publicada a Resolução nº 006/2016, referente ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX, que financia, por meio de bolsas, estudantes de graduação vinculados/as a um projeto ou programa de extensão, orientados/as por um/a servidor/a. A publicação de editais é anual, tendo como um de seus principais objetivos “a viabilização de alunos nos processos de interação entre a universidade e a sociedade; fomentar o interesse por extensão universitária e incentivar novos talentos potenciais entre os estudantes da graduação e incentivar os processos culturais, educativos, científicos e tecnológicos, viabilizando a relação transformadora entre a universidade a sociedade, contribuindo de forma qualitativa para a inclusão social” (UFRB, Resolução nº 006/2016).

Ao analisar os editais PIBEX publicados entre os anos de 2016 e 2021, pode-se observar sua relevância, tendo sido esse edital o que mais contemplou as atividades de extensão na área temática da Comunicação, segundo tabela 3.

Tabela 3 – Editais Bolsas PIBEX

Ano	Edital PIBEX	Bolsas aprovadas – Área temática Comunicação
2016	EDITAL 02/2016	-
2017	EDITAL 06/2017	3 Bolsas
2018	EDITAL 03/2018	-
2019	EDITAL 02/2019	-
2020	-	-
2021	EDITAL Nº 01/2021	2 Bolsas

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PROEXT

Nos anos de 2016, 2018 e 2019 não foram contemplados/as projetos e programas com participação discente nas ações de extensão na área temática de Comunicação pelas bolsas PIBEX, assim como no ano de 2020, por não haver lançamento do edital. Em 2017, foram contemplados três alunos/as bolsistas, através dos projetos: Crítica da mídia; Linha de abraço: arte e memória e o *Programa Saberes Cruzados* que, naquele ano, contou com o único estagiário bolsista do programa. Cada projeto foi contemplado com 1 (uma) bolsa. Os/As estudantes contemplados receberam bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com a duração de 6 (seis) meses e, para essa concessão, deve ter disponibilidade de dedicar no mínimo 12 (doze) horas e, no máximo, 20 (vinte) horas por se-

mana às atividades do projeto ou programa, conforme Resolução n. 57/2022. Esse incentivo permite ao/à discente se envolver mais com essas atividades e o programa ganha mais espaço em sua carga horária estudantil e formação cidadã.

Além disso, outros editais internos contemplaram discentes na área de Comunicação durante o período: no ano de 2018, o Programa Viver sem Limites – Libras, foi contemplado com uma bolsa; em 2020, o projeto Tecnologia em vendas e escoamento da produção de quintais produtivos das comunidades quilombolas de Santo Antônio e Vidal foi aprovado pelo Edital 04/2020, que tem como diferencial a parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT e a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, que apoiou ações de extensão em caráter afirmativo, não presenciais, durante a pandemia de COVID-19. Esse projeto da área temática de Comunicação realizado no CAHL teve como coordenador o discente Flávio dos Reis dos Santos e orientação de dois docentes; em 2021, o projeto Inspirações culturais foi contemplado pelo Edital nº 12/2021 de Arte e Cultura, que concede bolsas de extensão universitária para discentes de graduação da UFRB para participação em programas e projetos de extensão com planos de trabalho dedicados a atividades de adaptação ao ambiente digital dos processos de criação, produção e difusão da arte e da cultura produzida pela comunidade acadêmica da UFRB.

Em virtude da pandemia, tais ações deveriam ser realizadas virtualmente. No total, foram sete bolsas disponibilizadas durante o período de 2016 a 2021, um número baixo, principalmente quando analisada a quantidade de editais internos disponibilizados. Dessa forma, deduz-se que o baixo número de bolsas pode ser responsável também pela baixa quantidade de projetos e programas desenvolvidos, pois projetos e programas são ações de extensão de caráter contínuo executados e, médio e longo prazos; nesse sentido, as bolsas podem ter relação direta com o baixo número desse tipo de ação.

Como observado na tabela 2, as ações de extensão do tipo evento são a maioria das atividades desenvolvidas na área temática Comunicação, somando 100 ações cadastradas, o que representa 77,51% das atividades desenvolvidas durante o período de 2016 a 2021. Nesse quesito, outro edital interno que se destaca pela temporalidade é o Edital de Apoio a Eventos Acadêmicos, que tem como objetivo colaborar com a realização dessa modalidade na UFRB e é lançado anualmente, segundo tabela 4.



Tabela 4: Recursos para Extensão

Edital	Ano	Recursos
EDITAL 01/2016	2016	R\$ 140.620,00
EDITAL N° 05/2017	2017	R\$ 67.032,00
EDITAL N° 02/2018	2018	R\$ 47.673,00
EDITAL N° 03/2019	2019	R\$ 47.637,00
EDITAL N° 03/2020*	2020*	R\$ 12.199,50*

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PROEXT

No período analisado, foi disponibilizado o montante de R\$ 294.529,00 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais), sendo que o edital n° 03/2020\* foi suspenso por tempo indeterminado e, no ano de 2021, não houve lançamento do edital de apoio direto a eventos acadêmicos. O que chama atenção é o financiamento de apenas dois eventos na área temática de Comunicação do Centro de Artes, Humanidades e Letras, o primeiro em 2017, com a coordenação da docente Jussara Peixoto Maia - Historicidades dos Processos Comunicacionais - VI Encontro dos Grupos de Pesquisa Brasileiros. Tema: Movimentos do Tempo – político, cultural e epistêmico e, em 2019, o evento que teve o técnico-administrativo – Diretor de Som, Saulo Leal Ferreira, com o VI COMÚSICA: Congresso de Comunicação e Música. Mesmo tendo o maior percentual de atuação nessa modalidade, os eventos de extensão em Comunicação tiveram pouco apoio financeiro dos editais da PROEXT.

Outro meio de financiamento incentivado pelo FORPROEX são os editais de agências, conselhos e fundações estaduais e federais. Por esses modelos de editais, duas ações na área de extensão do CAHL foram contempladas. O primeiro foi no ano de 2016, com o Seminário Comunicação e Processos Históricos – ReCOM, coordenado pelo professor Jorge Cardoso Filho. Esse evento foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), com um montante no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Além dessa ação, o evento Reconexo: Simpósio de Comunicação e Cultura, coordenado pela discente Thainá Dayube Sales Souza, foi vencedor do Edital Pontos de Mídia Livres, do Ministério da Cultura, com um montante no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais). Essas quatro ações foram as únicas com incentivo financeiro e vencedoras de editais para fortalecimento de seus eventos, o que representa 4% do total de eventos realizados.

Outro ponto importante para a consolidação das ações de extensão são as bolsas estudantis que, no total, tiveram 7 (sete) alunos/as contemplados/as, sendo um participante do *Programa Saberes Cruzados*. Pode-se observar que esses números estão aquém do esperado devido à quantidade de discentes e ações desenvolvidas na temática Comunicação e que a própria universidade foi a principal fonte de financiamento, conforme tabela 5.

Tabela 5: Recurso Bolsas Estudantis - UFRB

Ano	Recursos
2016	R\$ 1.121.122,60
2017	R\$ 593.232,24
2018	R\$ 384.803,69
2019	R\$ 262.179,32
2020	R\$ 110.800,00
2021	R\$ 749.721,41

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PROEXT/ NUGERE e UFRB

Os recursos disponibilizados para incentivar as atividades de extensão são advindos, principalmente, de emendas parlamentares, recursos internos da UFRB, recursos internos da PROEXT e pelo PROEXT/MEC-SESu, “instrumento que visa apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas e o fortalecimento da extensão universitária.” (Ministério da Educação, 2018)

Vale destacar que a maioria das ações desenvolvidas na área de Comunicação no CAHL não possui financiamento, sendo esta uma das maiores dificuldades para programas e projetos com ações continuadas. Na verdade, para se desenvolver qualquer ação de extensão. Dessa forma, adverte-se para a necessidade de se discutir alternativas para a participação mais efetiva das ações de extensão em editais de financiamento, garantindo, assim, espaço maior nas atividades que serão desenvolvidas com a temática comunicação.

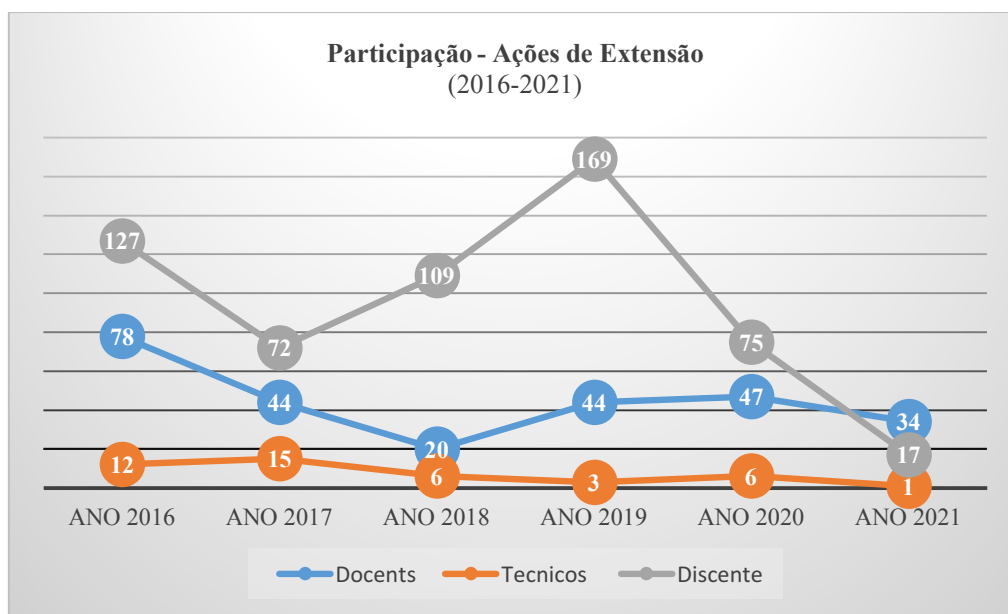
### 2.3 PERFIL DE PROPONENTES DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Para que as ações de extensão aconteçam, é necessária a figura de um/a coorde-

nador/a da ação. Essa função deve ser assumida por servidor/a da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), podendo ser docente, técnico-administrativo/a ou da categoria discente. Os/As coordenadores/as são responsáveis pelo cadastro da atividade e pela escolha do tipo da ação que será desenvolvida, seu direcionamento, parceria e a organização da equipe de trabalho.

Este estudo busca investigar a força de trabalho utilizada nas ações de extensão para traçar um perfil dessas ações e sua proximidade com a cidadania. Segundo Schmitz (1984), “uma das formas mais práticas de cumprir o papel crítico e criativo na comunidade é a atividade de extensão” (p.182), onde a universidade, bem como os/as formados/as por ela, torna-se presente na comunidade e esta na universidade, pela convivência, participação, apoio mútuo e elaboração de objetivos comuns. Portanto, a extensão universitária é uma das principais maneiras se alcançar essa ligação com a comunidade. Do ponto de vista da participação acadêmica, observou-se que o segmento discente é a mais participativa, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 Participações de docentes, técnicos e discentes na Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPAC e SIGAA

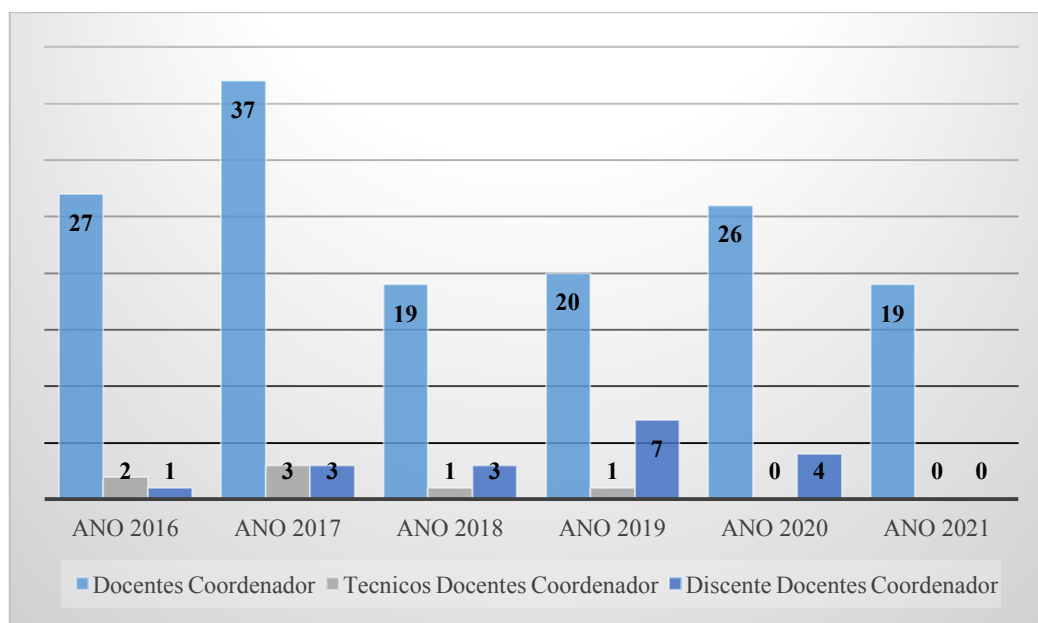
No total das participações analisadas entre 2016-2021, somaram 569; 65% do total de participação foram do segmento discente nessas atividades, o que permitiu aos/às estudantes se prepararem para o futuro de maneira crítica, sendo capazes de reconhecer os desafios sociais e enfrentá-los a partir do aprendizado permanente fora da sala de

aula. Esse percentual deve ser ainda maior com a implantação da curricularização da extensão que, segundo Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as metas para o Plano Nacional de Educação, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo 10% da carga horária total curricular estudantil, nos cursos de graduação.” Conforme Morim (2000), os projetos de extensão, vistos como uma das formas de aprendizagem, devem contribuir para a implementação dos quatro pilares da educação contemporânea, ou seja, aprender a ser, a fazer, a viver juntos, e a conhecer. Esses pilares devem refletir na vida profissional futura desses/as alunos/as. Essa colaboração também soma-se a horas extracurriculares necessárias para a conclusão do curso e servem de incentivo para que os/as alunos/as participem das equipes de extensão.

Os/As docentes representam 30%, com um total de 267 participações, que ocorre principalmente na função de coordenador/a, como podemos observar no Gráfico 5. São os/as maiores responsáveis pelo direcionamento das ações e, conseqüentemente, pela aproximação com o público externo, por meio de parceiras ou apoio. Os/As técnicos/as-administrativos/as tiveram a menor participação entre as três categorias, com o total de 43 participações, representando apenas 5%. Essa baixa participação, em hipótese, dá-se pela não contabilização para nível de progressão funcional, conforme Lei nº 11.091/05, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Outra hipótese é a dificuldade de negociação com as chefias imediatas para a liberação para essas atividades durante o horário de trabalho, devendo haver maior conscientização de chefes imediatos/as e servidores/as técnicos/as sobre a importância da participação nessas atividades.

Quando analisada a figura da coordenação das ações de extensão desenvolvidas, a estrutura se inverte, o/a docente tem destaque, deixando os/as discentes na segunda colocação, enquanto a disparidade aumenta ainda mais para a quantidade de técnicos/as, o que coloca os/as docentes como protagonistas. Foram 173 coordenadores/as de atividades no período, número maior do que as atividades de extensão desenvolvidas, visto que, em cada, ação pode haver mais de um/a coordenador/a. Nessa função, os/as professores/as representam 86% das coordenações, com 148 participações, enquanto os/as discentes foram coordenadores/as 18 vezes, representando 10%, seguidos dos/as técnicos/as-administrativos/as, com apenas 4% com 7 participações, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7 Coordenadores docentes, técnicos e discentes na Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPAC e SIGAA

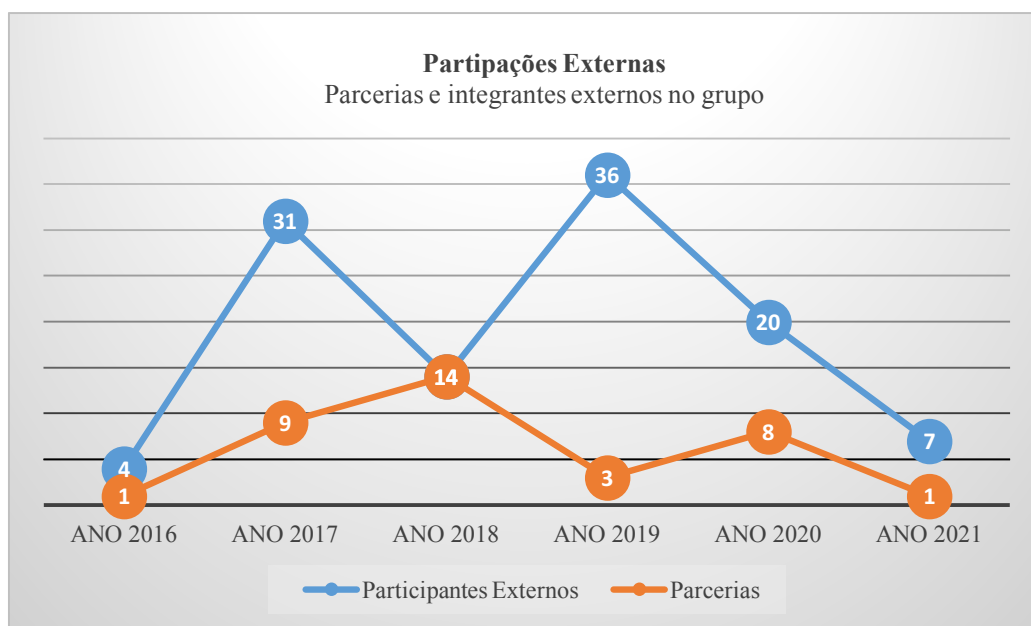
O Gráfico 7 demonstra que, mesmo com a prerrogativa institucional para que os/as discentes possam ser coordenadores/as, esse número ainda é baixo, refletindo a visão da sala de aula como espaço privilegiado de aprendizagem, devendo a universidade incentivar seus/as alunos/as à participação mais ativa nas atividades.

Dessa maneira, emerge um novo conceito de “sala de aula”, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. “Sala de aula” são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico “estudante- professor” é substituído pelo eixo “estudante - professor - comunidade”. (FORPROEX, 2012, p. 13)

A partir dessa compreensão, o/a discente deixa de ser mero/a receptor/ da informação para se tornar mais ativo/a no processo, tornando-se também um/a tutor/a que conduz o processo e aponta a direção da ação de extensão desenvolvida. Outro aspecto que deve ser analisado é o baixo número de coordenadores/as na função de técnico/a-administrativo/a, como sinalizado acima. Esses números devem servir como base para campanhas de conscientização sobre as atividades de extensão, que podem ser desenvolvidas pela PROEXT para incentivar a participação mais ativa desses dois públicos internos.

Para o incentivo à cidadania, é importante estimular o protagonismo estudantil e a participação das comunidades locais, sendo a extensão um mecanismo institucional voltado para a adesão das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmicos e populares. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem sujeitos ativos e participantes das equipes e grupos de ações extensionistas, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída nas décadas anteriores, antes dos anos 1980. É através desse diálogo que se cria a oportunidade de difundir os conhecimentos científicos gerados na universidade para a sociedade e envolver o conhecimento popular, pelo diálogo; para isso, as ações de Comunicação também procuraram parcerias com órgãos públicos e instituições privadas e envolveram participantes externos para formação das equipes; foram 100 participantes do público externo e 36 parceiras dos diversos setores da sociedade, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8: Participações externas em grupos e parcerias na Extensão em Comunicação no CAHL 2016-2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPAC e SIGAA

O Gráfico 8 evidencia que, em média, foram 6 (seis) parcerias por ano durante o período de 2016 a 2021, e uma participação média de 16 integrantes anuais em equipes de trabalho nas atividades de extensão. Essas participações e parcerias fortalecem a união entre as comunidades e a Universidade, além de outros setores. Quando se fala em integrar membros das comunidades externas às equipes significa dizer que eles/as pas-

sam de meros/as espectadores/as para participantes ativos na formulação da ideia e conceitos, introduzindo saberes populares nas atividades, além de promover aproximação maior com o público interno que, ao ver uma figura da comunidade participando ativamente das ações, reconhece a tentativa de superação das velhas práticas de conhecimento vertical, por meio da qual o conhecimento é sempre transmitido da universidade para a comunidade. Ressalte-se que, nos relatórios de gestão da UFRB<sup>14</sup>, encontram-se apenas dados gerais da extensão universitária, que serviram como base para a construção dos gráficos 6., 7. e 8. Porém, para a confecção dos gráficos, foi necessário analisar individualmente os relatórios de atividades de extensão registradas no Centro de Artes, Humanidades e Letras.

Outro ponto que deve ser destacado é a parceria com instituições públicas e privadas também reforçam o desejo de união para realização dessas atividades. Dentre elas, pode-se destacar a colaboração com o Colégio Estadual de Cachoeira que, durante o período de 2016 a 2018, esteve presente como parceiro de diversas atividades. Além dele, a Sociedade Musical Minerva Cachoeirana, Cinetheatro Cachoeirano, Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira, Fundação Hansen Bahia e Prefeitura Municipal de São Félix são exemplos de parcerias com instituições locais. Também foram estabelecidas parcerias com Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Escola Superior de Publicidade e Marketing - cooperação técnica, Aliança Francesa de Salvador, Movimentos sociais: Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Movimento da Soberania Popular na Mineração, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Conselho Nacional das Populações Extrativistas e Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória da Bahia, além de diversas instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil e no exterior, a exemplo das Universidades públicas brasileiras: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do ABC, Universidade de Brasília, Universidade Federal de São Paulo e as Universidades estrangeiras: Universidad Católica del Norte e a Universidade de Coimbra.

O *Programa Saberes Cruzados* também contou com diversos parceiros para construção dos cursos, produzidos e realizados por parcerias que permitiram aos/às membros/as da comunidade e seus ensinamentos ocuparem o centro das atenções. Na WebTV, essas parcerias foram essenciais para a elaboração dos roteiros e filmagens dos

---

<sup>14</sup> Os relatórios de gestão estão disponíveis no site: <<https://www.ufrb.edu.br/proplan/relatorios-de-gestao>> e são divulgados anualmente como forma de prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle, contemplando o planejamento, as realizações no ensino, pesquisa e extensão e as dificuldades da gestão no período.

programas, pois a comunidade sugeriu pautas e convidou a equipe da UFRB para a cobertura dos eventos. Essa aproximação foi um dos principais pilares para o crescimento do programa e a visibilidade que a WebTV tomou na sociedade.

Nesse contexto, a participação de membros externos e parcerias com instituições públicas e privadas configura-se como forma de sistematizar o diálogo entre os conhecimentos produzidos dentro e fora da universidade, com vistas a construir uma rede capaz de responder as necessidades de integração, desenvolvimento e cidadania, buscando responder a demandas nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, nas esferas local, regional, territorial e internacional, devendo esse ser um dos principais pilares para o desenvolvimento das comunidades locais em união com a universidade.

A participação da comunidade externa e as parcerias com instituições do Recôncavo Baiano ressaltam como características principais do *Programa Saberes Cruzados*: extensão universitária, formação e conhecimento tradicionais, o qual contou com essa participação desde a idealização do programa até o desenvolvimento das atividades realizadas e as parcerias com instituições locais como apoio para que essas ações se aproximassem das comunidades, sendo indispensáveis para que a WebTV Saberes Cruzados tivesse condições de realizar gravações, sugestões de pauta e, assim, valorizar as comunidades locais, conforme explicamos no próximo capítulo.



### 3. PROGRAMA SABERES CRUZADOS: PROPOSTA E PRÁTICAS

O *Saberes Cruzados*: extensão universitária, formação e conhecimento tradicionais é um Programa de Extensão que teve início em 2017 no Centro de Artes, Humanidade e Letras (CAHL) – UFRB, com registro no processo de nº: 23007.013909/2017-10, tendo sido idealizado e coordenado pela Professora Doutora Martha Rosa Queiroz.

O *Programa Saberes Cruzados*: extensão universitária, formação e conhecimentos tradicionais tem como objetivo principal a realização de atividades de extensão em parceria com os diferentes segmentos da comunidade do Recôncavo Baiano, estimulando a troca de saberes e conhecimentos entre os sujeitos das comunidades locais e a comunidade acadêmica, fazendo surgir novos conhecimentos. Partiu de iniciativa institucional do Núcleo de Extensão do CAHL, na época coordenado pela professora Martha Rosa, dando continuidade às atividades de articulação da universidade com a comunidade externa, promovendo ações de extensão em diversas áreas, sendo desenvolvido em etapas e por diferentes projetos.

Apesar de ter sido registrado em 2017, o *Programa Saberes Cruzados* teve seu planejamento realizado durante o ano de 2016, quando o Núcleo de Extensão promoveu alguns encontros com grupos do território. Foram realizadas reuniões com representantes de escolas públicas, grupos LGBTQIA+, grupos culturais e comunidades do candomblé, que resultaram em um levantamento de possibilidades para o desenvolvimento de ações de extensão em interação dialógica e participação ativa com a comunidade. Vale destacar que:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção. (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, p. 30)

O convite do Programa para o diálogo na produção das atividades constituiu ação importante para a superação da hegemonia do saber acadêmico e um exercício prático para a aproximação com os saberes populares. Esse movimento se torna ainda mais importante quando realizado na etapa inicial, de formulação da atividade, visto que as ideias podem se formar no coletivo, na horizontalidade. Logo após esses encontros, o

Núcleo de Extensão avaliou as demandas propostas pelas comunidades e analisou as possibilidades para atendê-las, de acordo com os aspectos estruturais, operacionais e considerando as necessidades dos grupos e pessoas que se envolveram. Assim consolidou-se a proposta do *Programa Saberes Cruzados*: Extensão Universitária, formação e conhecimentos tradicionais.

No ano de 2017, foram iniciadas as atividades, por meio de cursos e oficinas em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN – Cachoeira, Colégio Estadual Rômulo Galvão, Fundação Hansen Bahia, Irmandade da Boa Morte e Núcleo de Memória e Documentação (NUDOC)/UFRB. Inicialmente, as atividades foram executadas no período de maio a outubro de 2017, com realização de 15 cursos e oficinas gratuitas, abertas à comunidade interna da UFRB (estudantes, docentes, técnicos-administrativos/as e terceirizados/as) e a toda comunidade externa (público em geral). Essas primeiras atividades tiveram participação ativa de 6 membros da comunidade externa, 3 discentes de graduação, 3 discentes de pós-graduação e 6 docentes no planejamento, desenvolvimento e execução das atividades, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Atividades Saberes Cruzados 2017

Atividades	Local	Palestrante
<b>Pintura em tela</b>	Fundação Hansen	Rosana Soares
<b>Abordagens em torno das múltiplas formas de Gestão de Museus</b>	Casa do Patrimônio/IPHAN-Cachoeira	Antônio Marcos de Oliveira Passos
<b>Oficina de gravura: xilogravura; Litografia; Gravura em Metal; Monotipia</b>	Fundação Hansen Bahia	Zimaldo Melo - Fundação Hansen Bahia
<b>Formação de professores: ONDE ESTÁ A NOSSA SENSIBILIDADE? Uma busca entre os saberes</b>	NUDOC	Carla Carolina Costa Da Nova
<b>Temas para o ENEM</b>	Escola Estadual Rômulo Galvão (R. da Linha, 30, São Félix)	Diversos palestrantes
<b>Histórias do Recôncavo</b>	Irmandade da Boa Morte	Dalton do Acordeon (cantor, sanfoneiro), Dona Cadu (ceraminista, rezadeira e sambista) e Dona Anagilda Cerqueira (zeladora do terreiro cabloco Sultão das Matas e membro da Irmandade da Boa Morte)
<b>Photoshop: edição para redes sociais com ênfase no facebook</b>	Laboratório de Informática do CAHL MAC I	Everton Suzart

<b>Corpo e Criatividade (Teatro, Dança e Performance)</b>	Auditório do CAHL	Leandro Alex dos Santos da Silva
<b>Oficina de Acessibilidade em museus</b>	Casa do Patrimônio/IPHAN-Cachoeira	Moari Oliveira Alfredo
<b>A memória religiosa afro-brasileira e a salvaguarda dos seus bens imateriais– Do Tombamento ao Registro Especial.</b>	NUDOC	Rodrigo Paixão
<b>Elaboração de Projetos Culturais</b>	NUDOC	Daniela Abreu Matos
<b>Cachoeira e o mundo- A evolução da cidade e as contribuições de diferentes países na constituição do patrimônio urbano</b>	Casa do Patrimônio/IPHAN-Cachoeira	João Fonseca
<b>OFICINA DE ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS:Ensino de História da África nos anos iniciais do Ensino Fundamental</b>	NUDOC	Eliane Boa Morte: Mestre em História e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação/Salvador Antonia Alves: Especialista em História e Cultura Afro- brasileira e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação/Salvador
<b>OFICINA DE CONTATO DE HISTÓRIAS:Contos e Recontos africanos</b>	NUDOC	Eliane Boa Morte: Mestre em História e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação/Salvador  Antonia Alves: Especialista em História e Cultura Afro- brasileira e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação/Salvador

A importância de se nomear pessoas e atividades justifica-se em virtude de evitar a generalização e explicitar os desejos dos/as participantes e as atividades efetivamente desenvolvidas. Ao partilharmos esses detalhes, enfatizamos a memória, a identidade autoral e as práticas realizadas por cada palestrante que se dispôs a participar. Vale explicar que, no desenvolvimento das ações, houve mudanças em relação ao planejado, a fim de adequá-las às realidades, à carga horária de cada ação. Ao final, todos/as receberam certificados, emitido pela PROEXT da UFRB.

Imagem 1: Mosaico de fotos das ações realizadas pelo Saberes Cruzados.



Fonte: Saberes Cruzados, 2019.

No ano de 2018, foram realizadas 15 ações entre os meses de abril e outubro, conforme tabela 7.

Tabela 7 - Atividades Saberes Cruzados 2018

Atividades	Local	Palestrante
<b>Curso de conversação básica em inglês com foco em diálogos diários.</b>	CAHL	Amanda Brandão Cavalcante
<b>Técnicas de Bordado Livre inspiradas pelo texto “A moça tecelã”, de Marina Colasanti.</b>	Pátio do CAHL	Maria de Fátima Ferreira
<b>Oficina de Introdução à fotografia</b>	Filarmônica União Sãofelixta	Aristeu Moreira de Souza Júnior
<b>Oficina de Introdução à fotografia</b>	CAHL	Danilo Martins Marcos Vinicius
<b>Introdução à Meditação</b>	Centro Integrado de Promoção à Saúde de São Félix (Perto da quadra de esportes)	Ana Ricl, Denise Nóbrega e Marta Valois
<b>Oficina de Elaboração de Projetos Expográficos</b>	CAHL	Elane Santos Gonçalves
<b>Informática básica para pessoas com mais de 40 anos</b>	União Sãofelixta - São Félix	Lucilene Aparecida Muniz das Conceição

<b>Vídeo Debate</b>	Colégio Rômulo Galvão	Moisés Bonnick
<b>Oficina femista Negra</b>	CAHL	Wellington Pereira e Flávia Palha
<b>Escultura em Cachoeira: Histórias, artistas e obras</b>	Hansen	Lucilene Muniz
<b>Samba de Roda: Histórias, músicas e dança</b>	Casa de Samba de Dona Dalva	Samba de Dona Dalva; Filhos da Barragem; Esmola Cantada; Gegê Nago;
<b>Introdução a Meditação II</b>	Centro Integrado de Promoção à Saúde de São Félix	Nelma Marques
<b>Práticas de Meditação</b>	CAHL	Leodineia da Costa, Rocheane Maria da Silva
<b>Introdução à Fotografia</b>	Filarmônica São Felixta	Aristeu Moreira de Souza Júnior
<b>WebTV Saberes Cruzados</b>	CAHL	Éverton Leandro Lazaro Suzart

Essas atividades contaram com 11 membros da comunidade externa e 4 grupos de samba de roda local (comunidade externa), 4 técnicos-administrativos/as, 3 docentes e 32 discentes de graduação na execução. Além das ações oferecidas, em 2018, foi promovida uma exposição fotográfica com resultados dos dois cursos de fotografia desenvolvidos pelo Programa (Oficina de Introdução à fotografia I e Oficina de Introdução à fotografia II).

No ano de 2019, foram ofertadas 17 atividades, com a participação de 5 membros das comunidades externas, 2 grupos locais, 37 discentes da graduação, 1 docente e 2 técnicos-administrativos. Os cursos foram ofertados no período de abril a novembro, em diversas ênfases, articulando várias áreas, conforme tabela 8.

Tabela 8 - Atividades Saberes Cruzados 2019.

<b>Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Palestrante</b>
<b>Oficina Negra de Teatro - Etapa I</b>	Cine TeatroCachoeirano	Raimundo Moura
<b>Oficina de Elaboração de Projetos Culturais</b>	Auditório do Hansen	Daniela Abreu
<b>Oficina de projeto à preservação da Memória para comunidades de terreiro</b>	CAHL	Joana Flores
<b>Oficina de ferramentas de Gerenciamento de acervos Museológicos</b>	CAHL	Joana Flores
<b>Cotas e suas implicações na Academia: Feminismo negro e perlocução!</b>	Sala 05 do Hansen	Wellington Pereira e Flávia Palha
<b>Projeto Olhares Cachoeiranos - fotografia</b>	Filarmônica São Felixta	Aristeu Moreira de Souza Júnior

<b>Arteterapia</b>	CRAS – São Felix	Gabriela Fernandes
<b>Alongamento e dança</b>	CAHL	Grupo de Dança EX 13
<b>Escrita, leitura e interpretação de textos</b>	CAHL	Talita Miranda
<b>Oficina de teatro II</b>	Em frente ao Cine TheatroCachoeirano	Raimundo Moura
<b>Inglês instrumental</b>	CAHL	Janderson Santos
<b>Escrita, Leitura e Interpretação de textos</b>	CAHL	Talita Miranda
<b>Espetaculo ‘Revolutiox’ou ‘isto não é um espetáculo’</b>	Cine TheatroCachoeirano	Oficina Negra de Teatro
<b>Oficina de linguagens, música, corpo e sexualidade</b>	Hansen	Wellington Pereira
<b>Ciclos de Leituras: Em busca de um teatro Negro</b>	Cine TheatroCachoeirano	Raimundo Moura
<b>Aula Aberta</b>	Cine TheatroCachoeirano	Oficina Negra de Teatro
<b>WebTV Saberes Cruzados</b>	CAHL	Éverton Leandro Lazaro Suzart

No período de três anos foram realizadas, portanto, 44 ações de extensão pelo *Programa Saberes Cruzados*, com a participação de pessoas envolvidas nas atividades: 22 membros das comunidades externas, 9 técnicos-administrativos/as, 10 docentes da UFRB, 72 discentes da graduação e 3 discentes de mestrado, conforme tabela 9.

Tabela 9 - Participantes dos Saberes Cruzados 2017-2019

Classificação dos membros	Total de pessoas envolvidas na atividade
<b>Discentes de Graduação</b>	72 participantes
<b>Discentes de pós-graduação</b>	3 participantes
<b>Docentes</b>	10 participantes
<b>Técnicos administrativos</b>	9 participantes
<b>Comunidades externas</b>	22 participantes

Muitas das atividades realizadas tiveram membros das comunidades externas como palestrantes principais, a exemplo de Dalton do Acordeon (cantor, sanfoneiro), Dona Cadu (ceramista, rezadeira e sambista), Dona Anagilda Cerqueira (zeladora do terreiro Caboclo Sultão das Matas e membro da Irmandade da Boa Morte) e Dona Dalva (sambista). De acordo com Carvalho (2020), muitas vezes, a estratégia inicial para a abertura de um caminho institucional do ensino de saberes populares na academia ocor-

re por via da Extensão, que viabilizam a pessoas não diplomadas a possibilidade de lecionar no lugar dos/as professores/as doutores/as. Pode-se observar também que diversas ações foram desenvolvidas em ambientes externos ao acadêmico, o que aproxima a comunidade da universidade.

Durante o período de execução das ações, foram relatadas diversas dificuldades, desde ausência de bolsa para os/as monitores/as estudantes – durante o período apenas um estudante participante do Programa conseguiu bolsa –; a dificuldade para obtenção de equipamentos e materiais necessários para os cursos; dificuldade no agendamento de transporte para os/as palestrantes e pouca quantidade de inscritos/as em alguns cursos, dificuldade atribuída à precariedade na divulgação das ações ofertadas. Todas essas dificuldades foram destacadas nos relatórios de conclusão das atividades de cada ano e devem ser consideradas pela PROEXT para que outros Programas não encontrem as mesmas barreiras.

A fim de melhorar a comunicação e trazer mais conhecimento sobre os cursos e ampliar o número de participantes foi proposto, pelo Diretor de Programa, Everton Suzart, servidor do CAHL/UFRB, a criação de uma WebTV, em parceria com o *Programa Saberes Cruzados*. Assim, após algumas reuniões com a Coordenadora Martha Rosa, foi criada a WebTV Saberes Cruzados que, inicialmente, fazia gravações com os/as palestrantes para divulgação das atividades que seriam desenvolvidas no Programa, divulgação dos cursos ofertados, data e local para inscrição. A WebTV também fez diversos programas de cobertura dessas ações, a fim de divulgar as atividades oferecidas e incentivar a participação da comunidade nos futuros eventos.

Com o crescimento das visualizações dos programas e a aproximação com os/as palestrantes externos/as durante a cobertura fora do ambiente acadêmico, iniciou-se uma nova etapa para a WebTV Saberes Cruzados, ampliando suas atividades. Foi proposto novo formato, que buscou mostrar diversas atividades culturais que aconteciam no Recôncavo Baiano para além das ações acadêmicas.

### **3.1 WEBTV SABERES CRUZADOS: PERCURSOS DE PRODUÇÃO**

Conforme exposto, no mês de maio de 2018 foi idealizada, pelo Diretor de Programa, Everton Leandro Lazaro Suzart a WebTV Saberes Cruzados, atividade vinculada ao *Programa Saberes Cruzados*, que objetivou ser a vertente comunicacional do Pro-

grama, no qual a população local pudesse se ver representada pela cobertura de eventos, manifestações culturais, sugerir pautas, conhecer a estrutura do CAHL e participar dos cursos e ações de extensão desenvolvidas em âmbito acadêmico.

A WebTV é um tipo de televisão que disponibiliza seu conteúdo pela internet, por meio de uma tecnologia chamada *streaming*, capaz de enviar informações multimídia pela rede. Sua produção segue os mesmos padrões da TV convencional, sendo sua veiculação feita na rede por meio de *upload* em plataformas pré-estabelecidas pelos/as integrantes, o que amplia os meios em que esses vídeos podem ser consumidos pelo público. Vale destacar que existem duas formas de exibição das WebTV's: uma é pela exibição do vídeo quando o/a internauta escolher, estando disponível para acesso sempre que necessário; a outra é a transmissão *on-line*, como acontece na TV convencional, com a diferença de oferecer interação em tempo real com os/as participantes. Segundo Lemos (2002 *apud* PRIMO, 2008, p. 23), “A televisão interativa pode viabilizar, ao mesmo tempo, interações mecânico-analógica (com a máquina), eletrônico-digital (com o conteúdo) e social.”

Todas essas características, somadas ao notório crescimento de consumo de conteúdos digitais, tornaram a WebTV um relevante veículo para uso na extensão universitária, pois consegue transmitir informações e conteúdos contextualizados em diversas plataformas, sendo também um ambiente de aprendizagem e formação para os/as estudantes treinarem seus conhecimentos teóricos e produzirem conteúdo, possibilitando aos/às internautas acessarem os conteúdos de forma integral em qualquer momento do dia, favorecendo os conteúdos relacionados à memória dos acontecimentos (vídeos) e a interação (*chats*, fóruns, enquetes). Mesmo com limitações de velocidade e sinal de internet, aumenta-se consideravelmente o nível de participação da audiência se comparado aos meios convencionais de comunicação. Dessa forma, possibilita a visibilidade de questões locais e participação ativa na sugestão e criação de pautas que nem sempre encontram espaços em outros meios, porém que as comunidades têm interesse. Conforme Casadei,

Não é por acaso que muitos projetos de extensão universitária da área de comunicação se articulem e busquem justificativas exatamente em torno dessa premissa, seja a partir do fomento da cidadania ativa (ao incentivar uma participação do público-alvo na própria produção da informação), seja a partir da produção de veículos voltados a posicionamentos ideológicos contra-hegemônicos (articulando suas publicações em torno da defesa dos direitos das classes populares e dando visibilidade a determinadas demandas ligadas a estas classes). (CASADEI, 2016, p.16)



Durante o período de 2018 a 2020, a WebTV Saberes Cruzados buscou, ancorada nessas premissas, a aproximação com as comunidades, inicialmente a WebTV foi a vertente comunicacional do *Programa Saberes Cruzados*. Casadei (2016, p.25) explica que, “especificamente no que concerne aos projetos de extensão no campo da comunicação, existe sempre um apelo ao próprio direito à informação” e, como relatado nos formulários<sup>15</sup> do *Programa Saberes Cruzados*, um dos principais problemas era o número baixo de inscrições em algumas oficinas ofertadas. Isso acontecia, principalmente, pela falta de informação e divulgação para as comunidades externas e internas, as quais desconheciam as diversas atividades que estavam com inscrições abertas e de forma gratuita, visto que o material produzido não era devidamente divulgado principalmente para as comunidades externas, restringindo-se a um cartaz com divulgação no *site* da CAHL e exposição em alguns murais da instituição.

Atendendo a essa demanda inicial, a equipe da WebTV Saberes Cruzados passou a se aproximar das comunidades do Recôncavo visto que, em muitas ocasiões, essas oficinas eram ofertadas por pessoas dessas localidades, como exposto nas tabelas 1 2 e 3. Com essa aproximação das parcerias que já estavam consolidadas pelo Programa, a WebTV ouviu as demandas e sugestões das comunidades e iniciou uma nova vertente comunicacional, com a cobertura de personagens locais, eventos e lugares sugeridos pelas pessoas das comunidades externas e internas que participavam do Programa e/ou que com ele interagiram de alguma forma.

A produção da WebTV Saberes Cruzados seguia o roteiro de uma redação jornalística. Semanalmente, eram realizadas reuniões de pauta para discussão dos temas para os próximos programas; durante essas reuniões, era elaborado o calendário de gravações com propostas para futuras pautas, que consideravam eventos religiosos, pontos turísticos, personagens da região, instituições locais e as sugestões de pautas recebidas pelas nossas redes sociais. Castells (2003, p. 128 *apud* MAINIERI; RIBEIRO, 2011, p. 59) afirma que a internet é um uma ferramenta que se destaca pela interatividade e isso “torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes”. Nesse sentido, a WebTV Saberes Cruzados buscou explorar essa ferramenta ao máximo, utilizando de caixa de

---

<sup>15</sup> O Formulário do Núcleo de Gestão de Documentação (NUGEDOC) é o relatório final de atividades extensionistas, neste relatório deve ser feita a descrição da atividade desenvolvida, finalidade, resultados obtidos, avaliação das atividades, dificuldades encontradas e número de participantes para posteriormente ser enviado para o Núcleo de Gestão de Atividades de extensão do centro de lotação.

perguntas, *cards*, solicitando que os/as seguidores/as deixassem sugestões para as próximas gravações, enquetes e interagindo com os comentários postados. Buscou-se seguir a linha de extensão em mão dupla, com interação desde concepção da ideia até a produção do programa junto com as pessoas que optaram por interagir. Segundo Machado Filho e Ferreira (2016, p. 102):

[...] incluir comunidades na prática telejornalística, da pauta à reportagem, da edição à veiculação, garante uma proximidade do produto com seu público. Não uma proximidade necessariamente física, mas de interesses informacionais, troca de experiências e construção coletiva de conhecimento em um produto jornalístico, visto que o jornalismo deve ser entendido como prática de compromisso social, cidadão e (in)formativo, na qual há necessidade de identificações e personificações para que públicos e produtores de informação estejam em sintonia.

Essa orientação está presente em todas as produções de conteúdo do programa e sempre foi objeto de reflexão. Em cada pauta selecionada, composição do cenário de gravação, personagens e repórteres, houve sempre a preocupação com a abordagem sobre o território, em um exercício constante de promover uma representação mais próxima do contexto e das pessoas, ao invés de reproduzir um modelo de cobertura jornalística de referência para a mídia comercial. Na relação com a cidadania e, mais especificamente, com a cidadania comunicativa, entendemos que os caminhos adotados, mesmo que precisem ser aperfeiçoados, já expressam uma compreensão, pelos/as membros/as da equipe da WebTV, do público como constituído por “sujeitos comunicativos”, portanto, sujeito de direitos. Embora se reconheça estar mais centrado na perspectiva da interação, busca-se a participação, conforme aponta Costa Filho (2021, p. 9-10),

A inventividade criativa do receptor-usuário na construção dos sentidos dos textos e sua contribuição para existência e manutenção das estruturas de transmissão e de acesso exigem o reconhecimento de sua participação nos meios, ou seja, parte ativa e coproprietária do processo de comunicação. Para compreender esse direito, é necessário esclarecer uma confusão entre interação e participação, muitas vezes, criada para escamotear a concentração do controle e as assimetrias que persistem nos ambientes de redes digitais. Essa manobra discursiva confunde participação e engajamento com alinhamento ativo dos usuários aos endereçamentos e propostas dos produtores de conteúdo das mídias digitais (GROHMANN, 2017). A noção de resistência e apropriação é desprezada nesta perspectiva. Por isso, a diferenciação entre interação e participação é fundamental para não cair nesta armadilha conceitual.

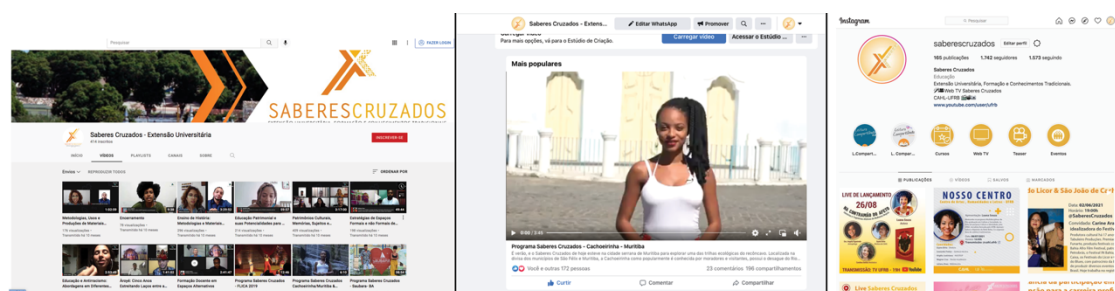
Os instrumentos adotados pela WebTV favorecem a interação entre o mundo acadêmico e o popular, norteadas por princípios orientados pela educação, cidadania e cultura, além de promover que essas interações deixassem o conteúdo mais interessante

e prendessem a atenção do público, que pode se identificar com os programas, por abordarem algo com que tem proximidade, despertando o desejo de compartilhar as informações com pessoas ligadas ao seu meio social.

Para obter maior alcance, a WebTV Saberes Cruzados é publicada em três plataformas, canal do YouTube<sup>16</sup> – Saberes Cruzados Extensão Universitária; página do Facebook<sup>17</sup> – Saberes Cruzados Extensão Universitária – UFRB e Instagram<sup>18</sup> @saberescruzados. Em todas essas plataformas os/as seguidores/as podem entrar em contato com a equipe do Programa, por ferramentas disponíveis nelas, como: curtir, descurtir, comentários e compartilhamento do conteúdo, o que dá *feedback* sobre as publicações e permite a interação com os/as usuários/as.

Os programas tem média de duração de 8 (oito) minutos e, para garantir melhor qualidade no processo audiovisual, foram utilizados equipamentos disponíveis no Centro de Artes, Humanidades e Letras do Estúdio de TV e do LACOM - Laboratório de Comunicação (Empréstimo de equipamentos), como câmera filmadora, microfone lapela, tripé, rebatedor e o computador do estúdio de TV, para edição e publicação do material nas redes sociais. Os resultados são disponibilizados de forma simultânea nas três plataformas citadas, em publicações quinzenais, nas quintas-feiras. São exibidos semanalmente, aos domingos, na TV Kirimurê, canal 10.1, às 12h45, desde o segundo semestre de 2019, primeira temporada na TV aberta.

Imagem 2: YouTube, Facebook e Instagram do Saberes Cruzados



Fonte: Arquivo Saberes Cruzados, 2019.

Até o ano de 2023, a WebTV Saberes Cruzados contabilizou mais de quarenta produções, que somam mais de 120 mil visualizações nas três plataformas. Desse per-

<sup>16</sup> O endereço de acesso é: <https://www.youtube.com/@saberescruzados-extensaoun4773>

<sup>17</sup> O endereço de acesso é: <https://www.facebook.com/SaberesCruzadosUFRB/>

<sup>18</sup> O endereço de acesso é: <https://www.instagram.com/saberescruzados/>

curso, é necessário destacar a importância da participação ativa das comunidades para a produção dos programas, com sugestões de pautas, *feedback* através das ferramentas disponíveis e participação nos programas como entrevistados/as. Destaca-se também a importância da atuação dos/as estudantes e sua participação na WebTV, assumindo cargos de repórter, redator/a, produtor/a, fotógrafo/a e *social media*, além de serem os/as principais interlocutores/as com as comunidades visto que, além de estudantes do CAHL/UFRB são, em sua maioria, moradores/as da região em diversos municípios como Cachoeira, São Félix, Muritiba, Saubara, Santo Amaro, Oliveira dos Campinhos e Cruz das Almas e trazem pautas de interesse das comunidades que não chegavam antes de maneira formal nas redes sociais do programa.

Essas contribuições favoreceram ao Programa ter significativa visibilidade e repercussão no Recôncavo baiano, provocando a realização de novas parcerias, propostas, sugestões de gravação e convites para participações de coberturas e eventos, fazendo com que o programa ganhasse destaque no território e ocupasse outros espaços.

### **3.2 PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS DA WEBTV SABERES CRUZADOS**

No começo, em 2018, a WebTV Saberes Cruzados tinha a participação de apenas duas pessoas, o servidor Everton Suzart, idealizador do programa e responsável pela produção de pautas, gravação, edição e publicação das matérias nas redes sociais, e o estudante Lucas Almeida, do curso de Jornalismo do Centro de Artes, Humanidades e Letras/UFRB, que desempenhava a função de repórter. Nesse primeiro período, os programas eram voltados para a divulgação dos cursos e oficinas oferecidos pelo *Programa Saberes Cruzados*, além da cobertura de outras atividades de extensão desenvolvidas no CAHL.

Devido ao crescimento da demanda por conta dos convites das comunidades externas e internas, foi necessário aumentar o número de participantes da equipe. Com isso, no início de 2019, foram convidados/as: Luana Souza, para a função de repórter; Dalila Brito, na função de produtora/roteirista, e Caique Fialho, como fotógrafo/*social media*, todos/as estudantes do curso de jornalismo do CAHL.

Imagem 3: Equipe da WebTV Saberes Cruzados 2019.1 (Caique Fialho, Luana Souza, Éverton Suzart, Lucas Almeida, Dalila Brito) da esquerda para a direita



Fonte: Arquivo Saberes Cruzados, 2019.

Com a equipe maior e a divisão das tarefas, foi possível atender as demandas que surgiam das comunidades externas e ampliar a cobertura de pautas solicitadas. É necessário destacar as dificuldades que surgiram no processo, pois as atividades da WebTV Saberes Cruzados eram conciliadas com outras demandas acadêmicas dos/as estudantes envolvidos/as, que não recebiam bolsas de incentivo para a participação, e a nova demanda do servidor técnico-administrativo, que agregou a WebTV a suas atividades laborais.

Devido ao crescimento constante das visualizações dos programas nas redes sociais, a demanda continuou aumentando e, com a proximidade da formação dos/as estudantes que participavam da WebTV, foi necessário reformular a equipe e, mais uma vez, foi ampliado o quadro de participantes. No início do mês de junho de 2019, foi aberta seleção para estudantes da UFRB que tivessem interesse em fazer parte da WebTV. Após a seleção, 6 (seis) estudantes passaram a fazer parte da WebTV Saberes Cruzados: Adailane dos Santos Souza e Eliana de Jesus Santos, no cargo de repórter; Emilly Hellen Almeida Chaves e Shagaly Ferreira, responsáveis pelo roteiro e produção; João Guilherme Rodrigues Arbex e Claudemir Barbosa Galvão, para fotografia e *social media*, e Nathália da Luz Lago como Assistente de Direção e montagem. Foi convidado também o servidor Carlos Messias Alves de Jesus, Tradutor e Intérprete de Libras da UFRB, para tornar os programas mais acessíveis para deficientes auditivos/as. No total, foram 12 participantes, conforme tabela 10.

Tabela 10 – Participantes da WebTV Saberes Cruzados.

Participante	Cargo na WebTV	Função na UFRB
<b>Lucas Santos de Almeida</b>	Repórter	Discente de Jornalismo
<b>Luana Franciele Miranda Souza</b>	Repórter	Discente de Jornalismo
<b>Adailane dos Santos Souza</b>	Repórter	Discente de Jornalismo
<b>Eliana de Jesus Santos</b>	Repórter	Discente de Jornalismo
<b>Dalila Grazielle dos Santos Brito</b>	Roteirista e produtora	Discente de Jornalismo
<b>Emilly Hellen Almeida Chaves</b>	Roteirista e produtora	Discente de Jornalismo
<b>Shagaly Ferreira</b>	Roteirista e produtora	Discente de Jornalismo
<b>Caique da Silva de Jesus</b>	Fotógrafo & Social Media	Discente de Jornalismo
<b>João Guilherme Rodrigues Arbex</b>	Fotógrafo & Social Media	Discente de Cinema e Audiovisual
<b>Claudemir Barbosa Galvão</b>	Fotógrafo & Social Media	Discente de Publicidade e Propaganda
<b>Nathália da Luz Lago</b>	Assistente de Direção e montagem	Discente de Cinema e Audiovisual
<b>Carlos Messias Alves de Jesus</b>	Tradutor e Intérprete de Libras	Servidor técnico administrativo da UFRB
<b>Everton Leandro Lázaro Suzart</b>	Direção	Servidor técnico administrativo da UFRB

Os/As discentes participaram ativamente de todo o processo de análise de propostas, desenvolvimento de calendário de gravação, reuniões de pautas e diversas atividades da pré-produção, produção e pós-produção, conforme imagem 3.

Imagem 4: mosaico da equipe em gravações com convidados.



Fonte: Saberes Cruzados, 2019.

Essas ações permitiram aos/às estudantes terem experiências práticas dos conteúdos que eram ensinados em sala de aula. Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária: “As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam.” (2012, p.34).

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) ainda destaca que essa participação permite o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abre espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira. Nesse sentido, destacamos também a proximidade deles/as com as comunidades do Recôncavo, visto que eram estudantes do CAHL e moradores/as do território, sendo todos/as os/as repórteres nativos/as da região. Essa convivência dos/as participantes com membros da comunidade também foi responsável pela aproximação da WebTV e da universidade com as comunidades externas, e, por essas coafinidades, surgiram parceiros/as que se identificaram com as propostas.

Inicialmente, a WebTV Saberes Cruzados contou com a parceria de instituições que o *Programa Saberes Cruzados* já tinha. Esses parceiros foram os primeiros a apoiar a WebTV Saberes Cruzados, disponibilizando seu espaço físico para gravação e cedendo colaboradores/as para serem entrevistados/as nos programas. Portanto, o primeiro contato com as comunidades externas foi essencial para o desenvolvimento dos programas, pois, durante a gravação, já surgiam sugestões de pautas, que eram encaminhadas para as reuniões do programa e, assim, foi sendo criado o *networking*, com indicação de outras fontes que poderiam gravar.

Pouco depois, em julho de 2019, o programa ultrapassou as barreiras da Web e foi convidado para entrar na grade da programação da TV Kirimurê, o canal da cidadania de Salvador, filiada a TTV – TV dos Trabalhadores, na TV aberta, que opera na transmissão digital 10.3 na Bahia. A primeira temporada na TV aberta iniciou no mês de julho e durou até dezembro de 2019, com programas semanais, todos os domingos, às 12h45h. Durante esse período, o programa teve média de duração de 15 minutos, e a visibilidade nas redes sociais foi ampliada, sendo notório o crescimento no número de seguidores/as e curtidas nos *posts*. Era o momento de buscar novas parcerias e ampliar ainda mais a aproximação com as comunidades locais.

Nessa época, a WebTV Saberes Cruzados estabeleceu parcerias com a Tabuleiro Produções, Cachoeira agosto do blues e São Felix Rock Festival, todas produtoras locais de eventos que movimentam as cidades do Recôncavo com festivais que valorizam a região. Teve também apoio da Rádio Pititinga para divulgação dos programas, além da União Filarmônica Sanfelista, Grupo de Dança EX13, Oficina Negra de Teatro, Secretaria de Turismo de Saubara/BA e o Cineteatro Cachoeirano, que, durante todo segundo semestre de 2019 e nos três primeiros meses de 2020, reproduziu os programas em todas as sessões do cinema, antes da exibição dos filmes. No início de 2020, quando a WebTV Saberes Cruzados se preparava para a segunda temporada na TV Kirimurê, iniciou a pandemia da COVID-19, suspendendo as gravações, mas as atividades remotas não pararam.

Imagem 5: mosaico de publicações no Instagram Saberes Cruzados no período da pandemia de COVID-19.



Fonte: Saberes Cruzados, 2019.

Para contribuir de alguma forma com as comunidades do Recôncavo no enfrentamento às dificuldades impostas pela pandemia, a WebTV Saberes Cruzados fez novas parcerias com a CESOL/ CEDITER Recôncavo, obras sociais da Paróquia de Cachoeira – OAPC e o Comitê de Solidariedade Popular – COVID19 de Cachoeira, utilizando as redes sociais para alcançar mais pessoas e incentivar doações de alimentos, roupas e outros materiais. Durante esse período, as redes sociais da WebTV Saberes Cruzados tornaram-se o veículo de comunicação oficial do CAHL, divulgando o material criado



pela comissão interna contra COVID-19 para conscientização das comunidades e precaução contra a doença. No total, foram feitas 14 parcerias entre os períodos de 2018 a 2020, conforme tabela 11.

Tabela 11 – Parceiros da WebTV Saberes Cruzados

<b>Parceiros WebTV Saberes Cruzados</b>
<b>Casa do Patrimônio IPHAN– Cachoeira</b>
<b>Colégio Estadual Romulo Galvão</b>
<b>Fundação Hansen</b>
<b>Irmandade da Boa Morte</b>
<b>TV Kirimurê</b>
<b>Rádio Pititinga</b>
<b>Tabuleiro Produções</b>
<b>Cachoeira agosto do blues</b>
<b>São Felix Rock Festival</b>
<b>União Filarmônica Sanfelista</b>
<b>Grupo de Dança EX13</b>
<b>Oficina negra de Teatro</b>
<b>Secretaria de turismo de Saubara/BA</b>
<b>Cinetatro Cachoeirano</b>
<b>CESOL/ CEDITER Recôncavo</b>
<b>Obras sociais da Paróquia de Cachoeira – OAPC</b>
<b>Comitê de solidariedade Popular – COVID19</b>

Esses/as parceiros/as apoiaram a pré-produção, produção e divulgação dos programas, dando visibilidade e aproximando as comunidades do material audiovisual produzido pela WebTV Saberes Cruzados. Essa visibilidade rendeu convites e abriu oportunidades para os/as participantes da WebTV. O repórter Lucas Santos Almeida e a re-

pórter Luana Franciele Miranda Souza foram vistos por produtores da TV Bahia, afiliada da TV Globo, e convidados/as para fazer parte do quadro de jornalistas da emissora. Caique da Silva de Jesus e Dalila Grazielle dos Santos Brito foram contratados como jornalistas na Fiocruz Bahia; Claudemir Barbosa Galvão atualmente [até junho de 2023] é agente de comunicação na Prefeitura Municipal de Saubara/BA; Shagaly Ferreira é repórter colaboradora na editoria de economia no Estadão; Adailane dos Santos Souza atua como jornalista na Diocese de Cruz das Almas; Nathália da Luz Lago trabalha em sets de filmagem como *Logger* e editora de vídeo para séries apresentadas no canal GNT; Eliana de Jesus Santos é mestranda em comunicação na UFRB e João Guilherme Rodrigues Arbex e Emilly Hellen Almeida Chaves ainda não concluíram a graduação. A prática na WebTV Saberes Cruzados facilitou a inserção de estudantes no mercado de trabalho, pois “quem sai dominando a linguagem do veículo se adapta muito mais facilmente tanto à expressão audiovisual quanto ao texto utilizado na internet” (MEDITSCH, 2001, p. 02). Percebe-se que a maioria dos/as ex-colaboradores/as já graduados/as está atuando na profissão, até inseridos/as em outros veículos, demonstrando que a participação na WebTV Saberes Cruzados constituiu um diferencial na sua formação e no fazer comunicação.

As parceiras com instituições locais e estudantes da UFRB resultaram benéficas para ambos os lados; para os/as estudantes, a WebTV permitiu que tivessem vivência prática em comunicação, tendo a oportunidade de exercitar em reuniões de pauta, da escrita de roteiro para TV, entrevistas, reportagem, edição e divulgação do material nas redes sociais, colocando em prática o olhar crítico e propositivo pensando sobre e com a sociedade local, por meio do envolvimento com as comunidades na produção dos conteúdos. Para os/as parceiros/as, trata-se de uma maneira de ver suas principais fontes, atividades e estruturas sendo divulgadas para além do Recôncavo baiano, com conteúdo produzido por estudantes que são moradores/as do Recôncavo e tendo espaço que dificilmente seria cedido pelos veículos hegemônicos.

### **3.3 ANÁLISE DA WEBTV SABERES CRUZADOS: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E CONTRIBUIÇÃO PARA A CIDADANIA**

A programação da WebTV Saberes Cruzados é formada por eixos e a utilização de #tbt - *Throwback Thursday* como forma de rememorar programas já reproduzidos

em outros momentos e a criação de chamadas para incentivar o público a assistir/conhecer/interagir.

Para realizar a pesquisa sobre a WebTV Saberes Cruzados, foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática/Categorial, desenvolvida em três fases: inicialmente, foi realizado o mapeamento dos programas e a leitura sistemática individual dos que consideramos como mais relevantes para compreender a lógica dos eixos e realizar a análise de acordo com a proposta comunicativa adotada, centrada na temática da cidadania. A partir desse mapeamento, desenvolveu-se a análise descritiva, realizada pela decupagem dos vídeos a fim de identificar e destacar *frames*, falas dos/as entrevistados/as e trechos que demonstram relação com a extensão, exercício da cidadania e cidadania comunicativa, tendo como aporte as definições utilizadas na dissertação. Por fim, foi realizada a categorização de atuação dos programas no exercício da cidadania, o que permitiu uma visão mais geral de dados temáticos/categoriais.

No mapeamento dos programas foi verificado que a WebTV Saberes Cruzados dá visibilidade a informações sobre personagens, lugares, cursos, oficinas e festas locais que não têm muita visibilidade ou são pouco conhecidas por falta de divulgação.

Ao escolher a cobertura de eventos, manifestações culturais e locais do Recôncavo, a WebTV Saberes Cruzados opta por possibilitar o acesso e a divulgação dessas informações que a maior parte da população dentro e fora do território não teria acesso pela grande mídia. Também são compartilhados conteúdos informativos e educativos que foram mapeados e separados em seis eixos, conforme informações detalhadas abaixo:

**Divulgação de cursos e oficinas Saberes Cruzados:** É um quadro de entrevistas que acontece de acordo com a programação de cursos e oficinas oferecidas pelo *Programa Saberes Cruzados*. As entrevistas são realizadas com os/as palestrantes e organizadores/sa da atividade, destacando as informações sobre a ação, público-alvo, período de inscrição, como realizar a inscrição, certificação, informações relevantes para divulgar o curso e atrair mais participantes, tabela 12.

Tabela 12 – Programas: Divulgação de cursos e oficinas Saberes Cruzados.

Programas: Divulgação de cursos e oficinas Saberes Cruzados
<b>Quem pode participar do programa e como funciona o Programa Saberes Cruzados</b>
<b>Oficina Vídeo Debate</b>
<b>Introdução à fotografia</b>
<b>Elaboração de Projetos expográficos</b>

Esses programas foram os primeiros a serem produzidos pela WebTV Saberes Cruzados. A primeira entrevista foi realizada com a professora Martha Rosa, idealizadora do *Programa Saberes Cruzados* e, na época, gestora de extensão do CAHL. Neste programa - Quem pode participar do programa e como funciona o *Programa Saberes Cruzados*, a coordenadora, professora Martha, destacou que “*O programa é uma resposta a demandas advindas das comunidades externa, fruto de reuniões do Núcleo de extensão do CAHL, que foram realizadas com alguns segmentos aqui do recôncavo, que apresentaram demandas, com isso foi pensado como a gente pode, não só ofertar algumas ações, mas construir coletivamente outras, propondo e estimulando também que os segmentos do CAHL: docentes, discentes e técnicos possam oferecer e construir ações de extensão em conjunto com as comunidades*” (Saberes Cruzados, 2018). Além disso, a ênfase da entrevista foi nas informações necessárias para a participação do público nas atividades do *Programa Saberes Cruzados*. Para Gentilli (2005), as atividades de extensão relacionadas à comunicação estão indubitavelmente ligadas ao direito à informação, que:

[...] pode ser entendido como uma porta de acesso a outros direitos, configura-se como um dispositivo que “fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania”. E, por isso, trata-se de um “direito que assegura outros direitos” [...]. (GENTILLI, 2005, p.128).

Os outros três programas do quadro foram entrevistas com ministrantes das oficinas, Moises Bonniak – técnico em assuntos educacionais da UFRB (Oficina Vídeo Debate); Arifrost – discente de artes visuais da UFRB (Introdução à fotografia) e Elane Gonçalves - técnica em museologia da UFRB/CAHL. Os programas tiveram o objetivo de anunciar as atividades que seriam desenvolvidas e informações sobre local, horário e inscrição para a participação nos projetos; o discente AriFrost enfatizou que é “*importante abrir as inscrições para o público externo para fazer a ligação entre a comunidade e a universidade, que essa seria a extensão ideal, onde existe uma troca esses dois*

*meios e fomentando a cultura aqui no recôncavo e na cidade de São Félix.”* (Saberes Cruzados, 2018). Destaca-se que ele é discente da UFRB, e os demais os/as palestrantes, técnicos-administrativos/as, o que inverte a ordem da sala de aula em universidades. Foi observado que, no programa Oficina Vídeo Debate, o qual foi gravado na Casa Hansen Bahia, em sua introdução, foi feito convite para as pessoas conhecerem o espaço. Lucas Almeida, repórter do Saberes Cruzados, falou sobre o Hansen, sua estrutura e período de visitação: *“A Fundação Hansen Bahia funciona em Cachoeira; para visitar de terça a sexta, das nove da manh a até as cinco da tarde e aos sábados das nove da manh a até uma da tarde; Fundação Hansen Bahia, venha visitar a vida e obra de Hansen, confira um pouquinho a !”*(Saberes Cruzados, 2018) informando o horário de visitação, dia de funcionamento e foi realizada uma imagem panorâmica do espaço, demonstrando o ambiente e algumas artes expostas no período e logo depois iniciando a entrevista.

Portanto, nesse quadro, o principal objetivo foi a divulgação das oficinas e cursos ofertados, na tentativa de despertar o desejo de participar das comunidades interna e externas e, dessa forma, ampliar o número de participantes.

**Espaços do CAHL:** informações sobre o espaço físico do Centro de Artes, Humanidades e Letras e como acessá-los, por meio de entrevistas com os/as chefes dos setores e responsáveis pelos diversos departamentos, mostrando o espaço físico e quais serviç es são oferecidos. Essas informações são importantes tanto para a comunidade interna que vivencia o ambiente da universidade, mas muitas vezes não sabe onde encontrar os serviç es, devido à quantidade de núcleos e departamentos, e também para a comunidade externa, que pode conhecer a estrutura da universidade e ter informações sobre serviç es disponíveis, conforme destacado na tabela 13.

Tabela 13 - Programas: Espaços do CAHL

Programas: Espaços do CAHL
<b>Auditórios e Foyer do CAHL</b>
<b>Laboratórios de informática avançada</b>
<b>Empréstimo de equipamentos do CAHL</b>
<b>Laboratório de história do CAHL</b>
<b>Laboratório de informática</b>

O quadro é composto por cinco programas gravados nas dependências do Centro de Artes, Humanidades e Letras e foi criado, inicialmente, para atender uma demanda do segmento discente, que sugeriu a gravação de vídeos nos núcleos do centro com a atuação de cada setor e suas atribuições. No programa – Empréstimo de equipamentos, Lucas Almeida informou que “*No início de semestre sempre surgem dúvidas sobre os espaços da universidade, o quadro espaços do CAHL, vai tirar alguma dessas dúvidas para vocês*” (Saberes Cruzados, 2019). Essas informações servem para orientação dos/das discentes durante sua formação acadêmica. Nessa ótica, podemos pensar que esse quadro amplia a possibilidade de uso dos espaços do CAHL, pois essas informações possibilitam às comunidades interna e externa a usufruir dos espaços e serviços oferecidos na instituição. Para atender essa demanda, foram realizadas entrevistas com os/as responsáveis pelos espaços, elucidando dúvidas sobre o uso, agendamento e quem pode utilizar. As entrevistas foram feitas com os técnicos de cada setor: Jeferson Parreira (Auditórios e Foyer do CAHL), Danilo Valverde (Laboratórios de informática avançada), Virgílio Justiniano (Empréstimo de equipamentos do CAHL), Danilo Fé (Laboratório de História do CAHL) e Tadeu Lima (Laboratório de informática), que orientaram sobre como acessar os espaços e equipamentos e quais públicos podem ter acesso aos serviços oferecidos.

**Cobertura das ações Saberes Cruzados e atividades de extensão do CAHL:** a proposta é valorizar as atividades desenvolvidas pelo *Programa Saberes Cruzados* e demais iniciativas de extensão desenvolvidas no CAHL. Para isso, o quadro faz a cobertura de eventos e entrevista organizadores e participantes. Desse modo, os/as seguidores/as têm a oportunidade de conhecer as atividades desenvolvidas na área de extensão e outras que vão além da sala de aula, conforme tabela 14.

Tabela 14 - Programas: Cobertura das oficinas saberes cruzados e atividades de extensão do CAHL.

Programas: Cobertura das oficinas saberes cruzados e atividades de extensão do CAHL
<b>Histórias do Recôncavo - Danton do Acordeon</b>
<b>Histórias do Recôncavo - Dona Cadu</b>
<b>Participação dos alunos na extensão universitária</b>
<b>Escola Internacional do pensamento Feminista negro decolonial.</b>
<b>Entrevista é com a equipe vencedora do INTERCOM – Nordeste</b>
<b>Amostra de Cinema 2018</b>
<b>Encontro de Publicidade e Propaganda; CAHL/UFRB</b>
<b>PET Cinema</b>
<b>Encontro de Roda de Samba</b>
<b>Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto</b>
<b>Nego Fugido: Luta e resistência no Recôncavo da Bahia</b>

As primeiras coberturas foram do projeto intitulado *História do Recôncavo*, um dos projetos do *Programa Saberes Cruzados*. As gravações ocorreram na igreja da irmandade da Boa Morte, em Cachoeira/BA, e teve como convidado Danton do Acordeon, forrozeiro da região e Dona Cadu, rezadeira, sambadeira e ceramista; Rosângela Cordaro ressaltou que “*O objetivo do encontro é falar sobre oralidade e memória, a intenção do projeto é o incentivo a oralidade e memória e que a cidade é rica nisso, então tudo que a gente poder fazer para que essa memória e oralidade seja divulgada e difundida como importância para a cidade faremos*”. (SABERES CRUZADOS, 2017). Essas ações tiveram como objetivo divulgar as histórias do Recôncavo, enfatizando a importância da oralidade e memória através desses personagens. A WebTV Saberes Cruzados estava presente para fazer o registro áudio/visual desse encontro de diálogos e conhecimentos, que muitas vezes é desconsiderado nas universidades. No documento do FORPROEX (2012):

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p.17).

A interação dialógica e a valorização dos conhecimentos não acadêmicos evidenciada pelo FORPOEX (2012) aconteceu nesses programas e em seu processo de produção, que tiveram duração de mais de uma hora. Martha Rosa, coordenadora da atividade destacou, que: “*através do projeto histórias do recôncavo, se busca fazer um trabalho, que já é feito pela universidade, de valorização da cultura negra, de cachoeira e da cultura da Bahia, entendendo que esses são os verdadeiros patrimônios que a gente tem que valorizar e preservar, a ideia é aprender e conhecer os conhecimentos do recôncavo por meio de relato de pessoas que viveram, vivem e constroem essa cultura tão rica que é essa cultura do recôncavo, aprendendo conhecimentos que não estão em livros e escolas.*” (Saberes Cruzados, 2017). Durante o programa, foi possível acompanhar cantorias de rezas e novenas com Dona Cadu e músicas de forró da região com Danton de Acordeon, uma oportunidade de conhecer e aprender a história do Recôncavo por meio de pessoas que vivem essa história, por relatos orais que não estão nos livros, mas que devem ser valorizados. De acordo com Casadei (2016), a extensão universitária, quando realizada em mão-dupla é uma das principais responsáveis por fazer

aliança das universidades com os movimentos, setores e organizações sociais; a produção de conhecimentos em interação com a sociedade (pressupondo que as práticas de extensão sejam concebidas como um exercício de mão-dupla); a incorporação de metodologias que viabilizem a democratização dos saberes, assim como da autoria quanto aos conhecimentos construídos; e a participação efetiva dos membros de diferentes segmentos sociais nos espaços da universidade pública. (CASADEI, 2016, p.38)

O protagonismo de personagens externos/as e a interação dialógica, com base na horizontalidade dos encontros e da troca de saberes, também foi o ponto de partida para o programa *Samba de Roda: Histórias, Músicas e Dança*, realizado na Casa do Samba de Dona Dalva, momento de muita conversa e partilha de conhecimentos entre os/as integrantes dos grupos de Samba de Roda e a plateia, destacando no programa mais uma vez a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais da região.

Nesse quadro, destaca-se também o protagonismo dos/as discentes nas atividades de extensão do CAHL, no programa *Entrevista*, com a equipe vencedora do INTERCOM – Nordeste; Nego Fugido: Luta e resistência no Recôncavo da Bahia e PET Cinema, em que foram entrevistados/as discentes referência nessas atividades extrasala. Dessa forma, esses programas incentivam a participação ativa de estudantes em atividades de extensão, um dos desafios citados pelo FORPROEX (2012, p. 33): “O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão,



deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo.”

Os programas relatam o percurso metodológico realizado pelos/as discentes e comunidade externa nas atividades de extensão e servem de incentivo para que outros/s estudantes participem de equipes de extensão e a comunidade externa se envolva em atividades que excedem o espaço da sala de aula.

A WebTV Saberes Cruzados está atenta ao que está acontecendo entre a comunidade e a universidade via extensão universitária e realizou cobertura em diversos eventos de extensão como: a segunda edição da Escola Internacional do Pensamento Feminista Negro Decolonial, que teve presença das professoras: Kimberlé Crenshaw (University of Wisconsin Law School - Estados Unidos); Karina Ochoa (Universidade do México); Angela Figueiredo - UFRB-Brasil) e Isis Aparecida (UNILAB); A II Semana de Pesquisa e Extensão no CAHL, com o tema: 10 anos do curso de Cinema e Audiovisual, que demonstrou o calendário do evento e as mostras de filmes, debates e as palestras; o II Encontro de Publicidade e Propaganda: Conquistas, Desafios, evento que reuniu estudantes e profissionais do mercado em um bate-papo sobre comunicação criativa, combate às *fake news*, público alvo, e o lançamento do livro *Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto*, de autoria da museóloga da UFRB, Joana Flores.

Além dos programas citados, foi realizado o programa *Participação dos alunos na extensão universitária*, que teve como objetivo apresentar informações sobre a extensão universitária e perguntar aos/às estudantes do CAHL se participam de ações de extensão, fazendo um convite para a participação de discentes pela partilha de experiências dos/as próprios/as estudantes.

**Nossa WebTV Saberes Cruzados** é um quadro direcionado para a divulgação da própria WebTV, demonstrando mudanças e alterações da equipe, alcance das publicações e demonstrando a direção que o programa está seguindo, a fim de divulgar a WebTV e, com isso, se aproximar das comunidades, conforme tabela 15.

Tabela 15 - Programas: Nossa WebTV Saberes Cruzados

Programas: Nossa WebTV Saberes Cruzados
-----------------------------------------

<b>Apresentação - Programa Saberes Cruzados</b>
<b>Luana - Nova Repórter</b>
<b>Apresentação Feliz ano novo 2019</b>
<b>Apresentação da nova equipe</b>
<b>Um Ano da Web Tv Saberes Cruzados</b>
<b>Estreia Saberes Cruzados - TV Kirimure</b>

O quadro tem como objetivo estabelecer um vínculo entre o programa e os/as seguidores/s. No primeiro programa de apresentação, Lucas Almeida, informou que: “*O programa tem o objetivo de realizar atividades de extensão, estimulando sempre uma partilha de troca, entre a UFRB, Cachoeira e você.*” (Saberes Cruzados, 2018), apresentando a WebTV Saberes cruzados e quais informações podem ser encontradas, além da realização de convites para participação nas atividades, sugestão de pautas e interação nas redes sociais do *Programa Saberes Cruzados*.

Analisando os programas desse quadro, foi identificada a utilização de frases como: “A universidade e a comunidade cada vez mais próximos”; “Saberes Cruzados, o Recôncavo e você, cada vez mais perto”, “Juntos vamos aproximar você do nosso Recôncavo“ e “Aproximando a comunidade da universidade”. Essas frases reforçam o posicionamento da WebTV Saberes Cruzados na aproximação entre a universidade e o território, destacando também a aparição de todos/as os/as integrantes da equipe, que são moradores/as do Recôncavo baiano, e suas funções na WebTV como meio de aproximar o público externo do programa.

No programa “Um ano da WebTV Saberes Cruzados”, foram exibidos dados quantitativos, com a divulgação do número de programas, visualizações, seguidores/as, para evidenciar o quanto a WebTV Saberes Cruzados tem produzido. Foi anunciada também a acessibilidade do programa. O apresentador Lucas Almeida destacou que “*em breve todos os programas contaram com a janela de Libras e as publicações com a #PraCegoVer, aumentando ainda mais a inclusão da nossa comunicação, é o Saberes Cruzados o Recôncavo e você cada vez mais perto.*” (Saberes Cruzados, 2019). A utilização desses recursos trouxe mais inclusão na comunicação na WebTV.

O objetivo do quadro é elucidar a proposta da WebTV Saberes Cruzados, enfatizando o conteúdo é produzido, sua equipe e criar um posicionamento no seu público-alvo para a maior identificação, ampliando a conexão com a universidade.

**Gravações externas sazonais:** são dicas para promover a cultura local e incentivar a participação da população. O quadro exhibe dicas de exposições, apresentações musicais, culturais e outras performances que estão dentro e fora do circuito comercial. As indicações priorizam eventos regionais e agendas culturais da região, conforme revela a tabela 16.

Tabela 16 - Programas: Gravações externas sazonais

Programas: Gravações externas sazonais
<b>Festa Literária Internacional de Cachoeira - Flica 2018</b>
<b>Festa de Santa Bárbara 2018</b>
<b>Nego Fugido 2019</b>
<b>Isso não é um espetáculo</b>
<b>Festa Literária Internacional de Cachoeira - Flica 2019</b>
<b>Festival Agosto do Blues</b>
<b>Irmandade Boa Morte 2019</b>
<b>Festival do Licor 2019</b>
<b>Exposição Rota da Independência</b>
<b>Julho das Pretas - Dia da mulher negra latino-americana e caribenha</b>

O primeiro programa a ser realizado nesse formato foi a cobertura da Festa Literária Internacional de Cachoeira - FLICA 2018, quando foi feita a divulgação da programação e realizadas diversas entrevistas com turistas que visitavam a cidade. O mesmo aconteceu no programa Festa Literária Internacional de Cachoeira - FLICA 2019, cuja cobertura, além de demonstrar as atividades da programação oficial, também cobriu as atividades paralelas que acontecem na região, como a feira de artesanato e produtos da agricultura familiar, dando destaque também às diversas atrações promovidas pelos/as artistas de rua, que se apresentaram no entorno do evento e não têm visibilidade nos meios hegemônicos. O programa do Nego Fugido, em Acupe/Ba, distrito de Santo Amaro, também é exemplo de manifestação cultural que não está presente nos meios de comunicação. O destaque para esse programa se deu pelo fato de ser o primeiro a ser incluído na grade da TV Kirimurê, o que deu mais visibilidade para essa manifestação cultural e para a WebTV Saberes Cruzados, como demonstrado nos frames dos programas abaixo:

Imagem 6: mosaico de frames do Programa Saberes Cruzados sazonais

Quadro: Gravações externas sazonais



Fonte: Saberes Cruzados, 2019.

Outro ponto de destaque desse quadro refere-se às coberturas de eventos religiosos da região, como a Festa de Santa Bárbara - 2018, na cidade de São Félix/BA. Além da cobertura da celebração católica, abordou-se o sincretismo religioso, acrescido do samba de Iansã, que acontece defronte à igreja. O programa sobre a Irmandade da Boa Morte (2019), considerada Patrimônio Imaterial da Bahia desde 2010, na cidade de Cachoeira, centrou na cobertura do cortejo e no detalhamento da história de criação da irmandade até os dias atuais.

Além da cobertura de eventos mais tradicionais, a WebTV também divulga eventos culturais da cidade de Cachoeira, a exemplo do Festival do Licor, que não é um espetáculo, o Festival Agosto do Blues e a Exposição Rota da Independência. Esses programas tiveram como ênfase a divulgação das atividades desenvolvidas nos eventos, seu local e atrações, incentivando a participação do público e atraindo mais pessoas para a cidade. Esse quadro teve a participação de Pan Batista, agente cultural de Santiago do Iguape (Cachoeira), que se tornou a primeira mulher quilombola a assumir a presidência do Conselho de Cultura do Estado da Bahia e a primeira estudante a receber a bolsa quilombola no CAHL. O programa foi realizado em comemoração ao Julho das Pretas -

Dia da mulher negra latino-americana e caribenha, e Pan foi a personagem para representar essa data, falando sobre sua trajetória como mobilizadora cultural em sua comunidade, sua passagem pela UFRB como discente até chegar ao Conselho de Cultura do Estado da Bahia.

**Gravações externas atemporais:** informações interessantes e/ou incomuns que, muitas vezes, o público não conhece, mas que estão presentes no território do Recôncavo baiano, sendo muitas vezes algo presente no dia-a-dia da cidade, mas que, em geral, não se percebe claramente como funciona. O quadro registra locais de visitação que não são muito divulgados e instituições importantes da região, destacando suas atividades e serviços, conforme a tabela 17.

Tabela 17 - Programas: Gravações externas atemporais

Programas: Gravações externas atemporais
<b>Cachoeirinha, Muritiba</b>
<b>CineTheatro Cachoeirano</b>
<b>Município de Saubara</b>
<b>Filarmônica UniãoSanFelixta</b>
<b>Baiana do sax</b>
<b>Empreendedorismo no CAHL</b>
<b>Museu Casa Hansen Bahia</b>

As pautas desses programas se orientam pelo registro de instituições, locais e personagens do Recôncavo baiano; procura-se a interação com o público, tendo sido todos os programas sugestões de seguidores/as, técnica que está alinhada ao conceito de cidadania comunicativa.

Na perspectiva de cidadania comunicativa, as relações, que geram a isergonia, devem ter o predomínio de interações dialógicas. Isso significa que os agentes que interagem num processo comunicativo precisam buscar as trocas de informações, ideias, opiniões e argumentos, respeitando-se reciprocamente. (COSTA FILHO, 2020, p.9)

As pautas foram construídas por meio do diálogo e co-participação com as pessoas, aproximando-se da participação ativa. Com a temática da valorização das instituições locais, os programas: CineTheatro Cachoeirano, Filarmônica UniãoSanFelixta e Museu Casa Hansen Bahia, contaram as histórias dessas instituições, localizadas nas

cidades de Cachoeira e São Félix e a sua importância histórica para a cidade. Foi realizada a divulgação das oficinas que acontecem nesses ambientes, horário de visitação e demonstração de suas atividades e serviços oferecidos.

São destaques desse quadro também personagens que fazem parte do Recôncavo baiano, a exemplo do programa Baiana do sax e Empreendedorismo no CAHL, que relatam o cotidiano da cidade, dando protagonismo a personagens que moram no território e são vistos corriqueiramente na cidade.

Os programas com pauta relacionada a lugares do Recôncavo buscam a valorização desses ambientes e o incentivo ao turismo, como no Cachoeirinha, localizada na divisa dos municípios de São Félix e Muritiba. Nele, se explorou uma cachoeira pouco conhecida na região e o programa Município de Saubara, localizado na região, a 94 km de Salvador, foi o último programa da primeira temporada na TV Kirimurê e faz uma vasta cobertura sobre as manifestações culturais da cidade em visitas à Igreja de São Domingos, Marujada de Saubara, rendeiras de bilro, as artesãs do trançado de palha, até a demonstração das belezas naturais da cidade e suas praias.

Imagem 7: mosaico de frames do Programa Saberes Cruzados atemporais



Fonte: Saberes Cruzados, 2019.

Vale ressaltar que todos os programas do eixo gravações externas sazonais e gravação externa atemporal foram exibidos na TV Kirimurê, o que aumentou o alcance dessas pautas, ampliando a divulgação das manifestações culturais, instituições, personagens e locais que colaboraram.

Realizadas as descrições dos programas, pode-se categorizar a maneira de atuação da WebTV Saberes Cruzados no exercício da cidadania, seguindo os critérios das temáticas do programa, abordagem do conteúdo publicado, fontes utilizadas e o referencial teórico trazido ao longo desta pesquisa, apoiando-se nos conceitos de cidadania e a sua prática pela extensão universitária em comunicação.

A partir da descrição dos programas, foi realizada a terceira etapa da análise temática/categorial; para isso, os programas foram separados em três categorias: valorização e proximidade com o território, protagonismo estudantil e o direito à informação. Essas categorias foram escolhidas porque relacionam a extensão universitária com a cidadania, afinando-se a concepções de Casadei (2019), Freire (1983) e do FORPROEX (2012). Para essa divisão, foram analisadas as duas etapas anteriores, considerando a temática do programa e sua descrição.

Os programas categorizados por proximidade com o território apresentam como temática principal a valorização de personagens e da cultura local. Foram contabilizados 19 programas nessa categoria. A categorização se deu pelo fato de que a pauta mais frequente dos programas estava relacionada à cobertura de eventos, personagens, lugares turísticos da região e envolverem interação dialógica e o desenvolvimento da extensão em mão-dupla, com protagonismo das fontes locais.

Tabela 18 - Programas: Valorização e Proximidade com o território

<b>Categoria: Valorização e Proximidade com o território</b>
<b>Cachoeirinha, Muritiba</b>
<b>CineTheatro Cachoeirano</b>
<b>Município de Saubara</b>
<b>Filarmônica UniãoSanFelixta</b>
<b>Baiana do sax</b>
<b>Museu Casa Hansen Bahia</b>
<b>Festa Literária Internacional de Cachoeira - Flica 2018</b>
<b>Festa de Santa Bárbara 2018</b>
<b>Nego Fugido 2019</b>

<b>Isso não é um espetáculo</b>
<b>Festa Literária Internacional de Cachoeira - Flica 2019</b>
<b>Festival Agosto do Blues</b>
<b>Irmandade Boa Morte 2019</b>
<b>Festival do Licor 2019</b>
<b>Exposição Rota da Independência</b>
<b>Julho das Pretas - Dia da mulher negra latino-americana e caribenha</b>
<b>Histórias do Recôncavo - Danton do Acordeon</b>
<b>Histórias do Recôncavo - Dona Cadu</b>
<b>Encontro de Roda de Samba</b>

Percebeu-se que todos esses programas tiveram como protagonistas personagens locais, a exemplo de Samir Suzart - Diretor do CineTheatro Cachoeirano (*Programa: CineTheatro Cachoeirano*), Dona Suely do Acarájé (*Programa Baiana do sax*); Jomar Lima - Gerente da Fundação Hansen Bahia (*Programa Museu Casa Hansen Bahia*) Hadson Santos - presidente da Filarmonica UniãoSanFelixta (*Programa: Filarmônica UniãoSanFelixta*); Marcos Moura – Produtor e idealizador do Cachoeira Agosto do Blues (*Programa: Festival Agosto do Blues*); Carine Araújo – Idealizadora do Festival do Licor (*Programa: Festival do Licor 2019*); Danton do Acordeon (*Programa: Histórias do Recôncavo - Danton do Acordeon*); Dona Cadu - Doutora Honoris Causa outorgado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (*Programa: Histórias do Recôncavo - Dona Cadu*), Dona Dalva – Doutora Honoris Causa outorgado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e grupos de samba de roda ( *Programa: Encontro de Roda de Samba*). A proposta de Paulo Freire (1983) de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nessa linha, pois “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. (FREIRE, 1983, p. 42).

Ao enfatizar a relevância da relação dialógica, Freire não tinha uma visão mecânica da extensão, mas dialética, que fosse desenvolvida de forma não assistencialista, em mão-dupla. Para além dessa relação dialógica destacada nos programas, pela inserção de fontes do Recôncavo baiano que foram protagonistas, pode-se perceber que os programas trouxeram informações de diversas instituições locais, demonstrando servi-



ços oferecidos, estrutura, as práticas das atividades desenvolvidas e divulgando eventos culturais e suas programações.

Já os programas *Município de Saubara, FLICA 2018, Festa de Santa Bárbara, FLICA 2019, Irmandade da Boa Morte, Exposição Rota da Independência e Cachoeirinha de Muritiba* tiveram como foco a visibilidade de locais turísticos e eventos culturais, a fim de que, com a divulgação e exposição desses locais, se tenha uma valorização dos pontos turísticos e movimentos culturais que acontecem nessas cidades do Recôncavo baiano.

Os programas categorizados como protagonismo estudantil tiveram como fonte principal discentes do CAHL e suas atividades no Centro; foram identificados 6 programas nessa categoria.

Tabela 19 - Programas: Protagonismo Estudantil

<b>Categoria: Protagonismo Estudantil</b>
<b>Introdução à fotografia</b>
<b>Participação dos alunos na extensão universitária</b>
<b>PET Cinema</b>
<b>Empreendedorismo no CAHL</b>
<b>Nego Fugido: Luta e resistência no Recôncavo da Bahia</b>
<b>Entrevista é com a equipe vencedora do INTERCOM – Nordeste</b>

Os programas dessa categoria têm como destaque as/os discentes do Centro de Artes, Humanidades e Letras. As entrevistas foram realizadas levando em consideração suas atividades na extensão universitária e/ou atividades realizadas no Centro. Para isso, foram entrevistados AriFrost, estudante de Artes Visuais e idealizador do curso Introdução à fotografia (*Programa: Introdução à fotografia*); Taís Moreira e Hanna Vasconcelos, discentes do curso de Cinema e participantes do grupo PET (*Programa: PET Cinema*) e diversos/as outros/as alunos/as, para saber se participam de ações de extensão (*Programa: Participação dos alunos na extensão universitária*). Esses programas foram realizados com foco na atividade de extensão desenvolvida por discentes e sua partici-

pação na extensão do CAHL.

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira. (FORPROEX. 2012, p. 34)

O FORPROEX (2012) ainda conclui dizendo que a participação do/a estudante em atividades de extensão deve ser incentivada, pois é um instrumento que traz qualidade a formação do/a estudante. Outros programas selecionados para essa categoria demonstram protagonismo estudantil, porém, em outras vertentes, como a entrevista com Dalila Brita, estudante de Jornalismo (*programas: Nego Fugido: Luta e resistência no Recôncavo da Bahia*, que destacaram a inserção do projeto de TCC na grade da TVE Bahia). O programa: *Entrevista com a equipe vencedora do INTERCOM – Nordeste* entrevistou: Lucas Mascarenhas, Tamires Jesus e Cícero Berna, discentes de Jornalismo, que foram ganhadores do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste ( INTERCOM – Nordeste), demonstrando todo percurso de montagem do produto até a conquista do prêmio O programa: *Empreendedorismo no CAHL* entrevistou: Sued Nunes, Yago e Renata, contando a história desses/as estudantes no empreendedorismo dentro do Centro, como forma de conseguir renda extra e assegurar a permanência estudantil.

Diferentemente das outras categorias de programas, *direito à informação* tem como foco informar as comunidades internas e externas sobre os cursos e oficinas do Saberes Cruzados, atividades de extensão no CAHL e serviços ofertados no Centro de Artes, Humanidades e Letras. Esses programas oferecem informações que facilitam o encontro dessas atividades e serviços, num total de 18 programas.

Tabela 20 - Programas: Direito à Informação

Programas: Direito à Informação
<b>Auditórios e Foyer do CAHL</b>
<b>Laboratórios de informática avançada</b>

<b>Empréstimo de equipamentos do CAHL</b>
<b>Laboratório de história do CAHL</b>
<b>Laboratório de informática</b>
<b>Quem pode participar do programa e como funciona o Programa Saberes Cruzados</b>
<b>Oficina Vídeo Debate</b>
<b>Elaboração de Projetos expográficos</b>
<b>Amostra de Cinema 2018</b>
<b>Encontro de Publicidade e Propaganda; CAHL/UFRB</b>
<b>Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto</b>
<b>Apresentação - Programa Saberes Cruzados</b>
<b>Luana - Nova Repórter</b>
<b>Apresentação Feliz ano novo 2019</b>
<b>Apresentação da nova equipe</b>
<b>Um Ano da Web Tv Saberes Cruzados</b>
<b>Estreia Saberes Cruzados - TV Kirimure</b>
<b>Escola Internacional do pensamento Feminista negro decolonial.</b>

Nos programas: *Auditórios e Foyer do CAHL*, entrevista com Jefferson Parreira - Técnico de audiovisual da UFRB; *Laboratórios de informática avançada*, entrevista com Danilo Valverde – assistente administrativo da UFRB; *Laboratório de Informática*, entrevista com Tadeu Lima – Analista de TI da UFRB; *Empréstimo de equipamentos do CAHL*, entrevista com Virgílio Justiniano – assistente administrativo da UFRB; *Laboratório de história do CAHL*, entrevista com Danilo Fé – Técnico de assuntos educacionais da UFRB, foram divulgadas informações sobre esses ambientes por meio de entrevistas com os/as técnicos/as responsáveis, que compartilharam informações de como ter acesso aos serviços oferecidos em cada setor. Para Casadei (2012, p.25), “Especificamente no que concerne aos projetos de extensão no campo da comunicação, existe sempre um apelo ao próprio direito à informação”, que pode ser considerado a porta de entrada para outros direitos, visto que a comunicação dá visibilidade aos serviços oferecidos.

O mesmo aconteceu com os programas: *Quem pode participar do programa e Como funciona o Programa Saberes Cruzados*, entrevista com Martha Rosa, na época coordenadora do NUGEX e idealizadora do programa Saberes Cruzados; *Programa Oficina Vídeo Debate*, entrevista com Moises Bonniek - técnico em assuntos educacionais da UFRB e o *Programa Elaboração de Projetos expográficos*, que entrevistou Elaine Gonçalves, técnica em museologia da UFRB. Esses programas tiveram como principal abordagem a divulgação dos cursos oferecidos pelo programa Saberes Cruzados, como realizar a inscrição e os benefícios.

Além dos programas com a temática de informações sobre serviços oferecidos no CAHL e cursos, essa categoria se destaca pelas coberturas de eventos de extensão, a exemplo dos programas: *Amostra de Cinema 2018*, *Encontro de Publicidade e Propaganda*; *CAHL/UFRB*, *Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogo em Branco e Preto* e *Escola Internacional do pensamento Feminista negro decolonial*. Além da cobertura do evento, foram realizadas entrevistas com os/as palestrantes e, ao ouvi-los, nessa perspectiva informacional, a WebTV também promoveu programas para reforçar o seu caráter de proximidade com as comunidades externas. Sobre as pautas abordadas nos programas, tem-se: *Apresentação - Programa Saberes Cruzados*, *Luana - Nova Repórter*, *Apresentação Feliz ano novo 2019*, *Um Ano da Web Tv Saberes Cruzados*, *Estreia Saberes Cruzados - TV Kirimurê*. Esses são exemplos de programas que buscam a promoção e divulgação da WebTV Saberes Cruzados para as comunidades interna e externa.

A partir desse apanhado, entende-se que os programas da WebTV Saberes Cruzados atuam no exercício da cidadania local ao conferir visibilidade e valorizar pautas do Recôncavo baiano que, muitas vezes, não têm espaço nos meios hegemônicos, incentivando o protagonismo discente por meio de programas que destacam atividades de extensão e ações que tiveram repercussão para além da universidade e trouxeram conquista de premiações e visibilidade para o/a discente, atuando também no direito à informação, com pautas direcionadas para os serviços oferecidos no CAHL, divulgação de cursos e oficinas, além da promoção das ações de extensão e da WebTV Saberes Cruzados.

Destaca-se também a participação e interatividade com o público desde a pré-produção até a finalização dos programas Saberes Cruzados, incentivando o diálogo e a realização da extensão em mão-dupla.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da cidadania presume a participação efetiva da vida em sociedade, cumprindo-se deveres e usufruindo de direitos. Na revisão de literatura, pode-se verificar os diversos conceitos que o termo cidadania teve ao longo do tempo até os dias atuais, observando-se também as mudanças e discursões sobre o papel da universidade pública nas comunidades, o modo de utilizar a extensão universitária e sua influência sobre a cidadania.

Nesse cenário, a participação da sociedade foi fundamental para a conquista da democracia e dos direitos do cidadão e essa participação mais efetiva se estendeu para a cobrança de Universidades Públicas mais atuantes na área da cidadania e relacionadas com as comunidades que estão a sua volta, sendo a extensão universitária o lugar dessa atuação, devido ao seu caráter.

A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB é fruto dessa luta da sociedade civil por uma educação pública, gratuita, superior e de qualidade no interior do estado da Bahia. Ela fez parte do plano de interiorização do ensino superior, assim como os seus *campi* nas cidade de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro, Feira de Santana e Cachoeira/São Felix, sendo uma das maiores universidade ensino superior federal no interior da Bahia em número de *campi*.

O Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, *campus* da UFRB localizado em Cachoeira/São Felix, foi implantado devido à luta política de populares, que exigiam a UFRB na região, e ela vem apresentando números consideráveis, se tratando de ofertas de cursos. Atualmente são ofertados dez cursos de graduação: Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Licenciatura em História, Museologia, Cinema e Audiovisual, Artes Visuais, Serviço Social, Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Ciências Sociais e o Tecnológico em Gestão Pública; três Programas de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Mestrado em Ciências Sociais e o Mestrado em Comunicação e um Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER), firmado com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à extensão universitária realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras no período de 2016-2021, foram contabilizadas 725 ações de extensão, distribuídas entre as áreas 9 áreas temáticas, que são: Comunicação, Cultura, Desporto, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e

Produção e Trabalho, média de 121 atividades desenvolvidas por ano, o que corresponde a mais de 10 ações por mês, demonstrando que o CAHL é um centro atuante em produções de extensão. Na temática Comunicação, foram realizadas 129 ações, destacando o tipo evento que, com 100 atividades realizadas, correspondeu a 77,51%; em seguida, estão os cursos somam 12, correspondendo a 9,30%; já os projetos são 10, representando 7,75%; 4 programas representam 3,10%, enquanto publicação ou produção somam 2,32% e prestação de serviço não houve ações. A hipótese levantada para a alta porcentagem de eventos deve-se a suas características, por ser uma ação pontual e poder ser relacionada a diversos temas, como apresentação cultural, artística, esportiva, científica e tecnológica.

Dando prosseguimento ao panorama das ações de extensão realizadas na temática de comunicação, destaca-se a participação discente, com 569 participações, 65% do total de participação. Essa participação permite que os/as estudantes se preparem para o futuro de maneira crítica, sendo capazes de reconhecer os desafios sociais e enfrentá-los a partir do aprendizado permanente fora da sala de aula. Os/As docentes representaram 30%, com um total de 267 participações e os/as técnicos/as-administrativos tiveram a menor participação entre as três categorias, com o total de 43 participações, representando apenas 5%. Mas esse cenário se inverte quando analisamos os/as coordenadores/as das ações, pois professores/as representam 86% das coordenações, com 148 participações, enquanto os/as discentes foram coordenadores/as 18 vezes, representando 10%, seguidos dos/as técnicos/as-administrativos/as, com apenas 4% com 7 participações; este cenário ainda reflete a sala de aula e deve ser incentivado por parte da PRO-EXT a participação de discentes e técnicos nessa função.

No cenário das resoluções e propostas políticas da UFRB, verificamos consonância com o FORPROEX (2012), demonstrando conceitos e objetivos que seguem as orientações da Política Nacional de Extensão, o que reafirma a extensão universitária como parte integrante da formação discente e como instrumento de intercâmbio entre a universidade e sociedade, sendo um mecanismo transformador entre ambas.

A presente pesquisa também teve como foco principal a WebTV Saberes Cruzados e sua contribuição para o exercício da cidadania. A realização desse programa semanal numa universidade pública durante 2 (dois) anos não foi tarefa fácil, além do calendário, que obedece à lógica acadêmica, com férias, recesso e feriados. Ainda houve a instabilidade político-econômico, que leva a ocupações, paralisações e greves.

Os recursos limitados trouxeram ainda mais dificuldade para esse processo, tor-

nando desde o deslocamento da equipe até a falta de aquisição de novos equipamentos empecilhos para o desenvolvimento da WebTV e o crescimento prático para os estudantes que participam do projeto. Foram muitas as adversidades, mas a equipe continuou produzindo conteúdo e promovendo a cidadania através da comunicação produzida na WebTV, contribuindo para a valorização local e de suas manifestações culturais.

A partir da revisão bibliográfica realizada e da Análise de Conteúdo Temática/Categorial desenvolvida, entendemos que os programas visam à informação, pois divulgaram os cursos e oficinas realizados pelo programa Saberes Cruzados e demais atividades de extensão realizadas pelo CAHL. Os programas apresentaram as principais informações sobre o conteúdo que seria ministrado, local, data e período de inscrição, informações essenciais para que as comunidades participassem. Outro aspecto foi a divulgação dos espaços do CAHL, aos quais muitas pessoas da comunidade externa não sabem que podem ter acesso. Além disso, foram demonstrados quais serviços oferecidos e como as pessoas e as comunidades, mesmo sem vínculo com a universidade, podem usufruir dos espaços que o centro propõe.

O segundo aspecto relacionado à cidadania refere-se à valorização e proximidade com o território, sendo essa característica percebida em dois pontos: o primeiro relacionado à interação dialógica com as comunidades e o desenvolvimento de atividades de extensão em via de mão-dupla, com destaque para fontes locais e possibilitando a veiculação de matérias para divulgação de eventos, manifestações culturais, pontos turísticos, personagens locais e instituições. Outro ponto está relacionado à ampliação da visibilidade desses programas e na divulgação das manifestações do Recôncavo pela TV aberta, TV Kirimurê, exibição do programa no CineTeatro Cachoeirano e divulgação dos programas na Rádio Pititinga, dando mais visibilidade e valorizando as ações que acontecem no Recôncavo baiano para todo estado da Bahia.

O terceiro aspecto foi relativo à participação e interatividade com os/as seguidores/as, seja pelas redes sociais ou pessoalmente, para sugestão de pauta e gravação dos próximos programas. Essa prática está relacionada ao jornalismo participativo e à cidadania ativa. Nesses espaços, foram disponibilizadas enquetes e caixas de sugestões para que os/as seguidores/as entrassem em contato com os/as profissionais e dessem sugestões, que eram levadas para a reunião de pauta e analisadas para serem viabilizadas a possibilidade de gravação.

O quarto aspecto refere-se ao protagonismo discente nas atividades práticas de uma redação jornalística, sendo oportunidade para praticar as atividades desenvolvidas

em sala de aula e exercitar o trabalho jornalístico. Não à toa que todos/as os/as que se formaram estão atuando ou estudando na área; para além disso, a experiência na WebTV Saberes Cruzados foi a oportunidade de uma formação mais cidadã, pela aproximação com as comunidades externas.

Diante do exposto ao longo desse trabalho, aponta-se também para a necessidade de incentivo de maior participação discente na coordenação de atividades e membros das comunidades externas na participação das equipes de extensão, além do necessário aumento do número de programas e projetos, pois seu caráter temporal maior incentiva ações com ligação com a cidadania. Poucas bolsas estudantis, dificuldades no agendamento de transporte e equipamentos também devem ser observados pela PROEXT para que as ações de extensão consigam obter melhor desempenho e alcançar seus objetivos.

A apresentação do panorama das atividades de extensão relacionadas à temática da comunicação e a análise da WebTV Saberes Cruzados relacionando-as com o exercício da cidadania, pretende contribuir para que a UFRB/CAHL verifique a importância dessa dimensão e aprimore a extensão universitária com foco na cidadania, seja equilibrando a realização entre os tipos de ações, fomentando ações de extensão de acordo com a realidade e cultura local ou na escuta das comunidades externas para atender a suas demandas e transformá-las em atividade junto com as comunidades para a superação da extensão assistencialista.

A pesquisa também pretende contribuir para que outras instituições de ensino superior reflitam sobre suas atividades na dimensão da extensão e suas atividades relacionadas à cidadania. Deseja-se ainda que esta pesquisa incentive novas investigações a respeito da extensão universitária na temática da Comunicação, relacionando-a com o exercício da cidadania e da cidadania comunicativa e valorização de pessoas, grupos e manifestações culturais locais.



## REFERÊNCIAS

AROSO, Inês M. M. As redes sociais como ferramentas de jornalismo participativo nos meios de comunicação regionais: um estudo de caso. **BOCC - Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, Portugal, 2013. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/aroso-ines-2013-redes-sociais-ferramenta-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL (1961) Decreto n 19.851, de 11 de abril de 1931. Estabelece o Estatuto das Universidades BRASILEIRAS. Brasil. Lei n 4.024, de 20 de dezembro. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano Nacional de Educação. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 de ago. de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 jan. 2023. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional n.9394. Ministério da Educação: Brasília, 1996.

Brasil.(2010). Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/>

Brasil. **Ministério da Educação**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext-apresentacao](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext-apresentacao)>. Acesso: 8 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação 2001-2011. Ministério da Educação: Brasília, 2000.

CARVALHO, J. J. de; VIANNA, L. C. R. O Encontro de Saberes nas universidades. Uma síntese dos dez primeiros anos. Mundaú, n. 9, p. 23-49, 2020.

CARVALHO, Jos. Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civiliza..o Brasileira, 2006.

CASADEI, Eliza Bachega. A extensão universitária e as demandas por justiça: cidadania e comunicação como questão de endereçamento. In: \_\_\_\_\_. **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2016. p. 101-114. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zhy4d/pdf/casadei-9788579837463.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A UNIVERSIDADE, A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EMANCIPADORES1. **Política de Educação Superior**, ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, v. 11, 2004.

DE MELLO, Alex Fiuza; DE ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. POR UMA UNIVERSIDADE SOCIALMENTE RELEVANTE. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 292-302, mar. 2010. ISSN 1809-0354. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1718>>. Acesso em: 10 set. 2022.

ESB. (2015). Encontro de Saberes nas Universidades. Bases para um Diálogo Interepistêmico. Documento técnico produzido pelo INCTI, no âmbito da realização do Seminário Encontro de Saberes nas Universidades. Brasília, 16 e 17 de junho de 2015.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária**. (Documento de trabalho 2000/2001). Disponível em: <<http://www.renex.org.br/arquivos/avaliacao.doc>>. Acesso em 1/08/2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sistema de Dados e Informações**: Base Operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.2)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária**: Brasília: MEC/SESu; Curitiba: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade Ensino–Pesquisa–Extensão e a Flexibilização Curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006. (Coleção Extensão Universitária; v.4)

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras – estudo comparativo 1993/2004**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Brasília: MEC/SESu, 2006. 97 p. (Coleção Extensão Universitária; v.5)

FORPROEX, 2001. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SEB/UFPR/UESC-BA.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão Universitária: organização e sistematização. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. 112p. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

FORPROEX, 2001a. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus.

FORPROEX, 2012. Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS.

FORPROEX, 2016. Carta de São Bernardo. São Bernardo: FORPROEX.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07--13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. **Instituto Paulo Freire**, 2017. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

GENTILLI, V. Democracia de massas: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPU-CRS, 2005.

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, p. 1-6, 2004.

LARANJEIRAS, C.D; JUNIOR, O.G; VICENTE. Encontro dos Saberes na UFPB: Entrevista com o professor José Jorge de Carvalho. Revista Mundaú, v.2, número especial, p.190-198, 2021.

LIMA, HF de; AMARAL, JA; SACRAMENTO, RAL; COSTA, EF da. Reflexões sobre o “Projeto Encontro de Saberes” como experiência e vivência teórico-metodológica pós-colonial e a Ecologia do Saber no ensino superior. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 7, pág. e650974525, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4525. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4525>. Acesso em: 25 jan. 2023

MACHADO FILHO, Francisco; FERREIRA, Mayra Fernanda. Jornalismo colaborativo: a comunidade na prática jornalística de televisão. In: CASADEI, Eliza Bachega. **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2016. p. 101-114. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zhy4d/pdf/casadei-9788579837463.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

MACHADO, Verônica Moreno. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000035, 14/08/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/algumas-reflexoes-sobre-concepcoes-de-extensao-universitaria>. Acessado em: 31/08/2022.

MAINIERI, Tiago. RIBEIRO, Eva Márcia A.O. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Organicom**, São Paulo, ano 8, n. 14, p.50-61, 1º semestre de 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139084/134433>. Acesso em: 18 out. 2022.

MATA, M. C. Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa. Córdoba: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005.

\_\_\_\_\_. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos-políticos de su articulación. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, São Leopoldo, v.8, n.1, jan./abr., p. 5-15, 2006.

MEDITSCH, E. O ensino do radiojornalismo em tempos de internet. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). **Anais...** Campo Grande/MS, 2001.

MONTEIRO, Elaine; SACRAMENTO, Mônica. Para repensar a extensão universitária: contribuição do diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos. **Revista +E**, [s. l.], v. 01, ed. 01, 2011.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org), 2005. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: UFMG.

PERUZZO, Maria Cicilia K. Comunicação nos movimentos populares: a participação

na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 1998.

PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensoesociedade/article/view/22491>. Acesso em: 15 set. 2022.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura, cognição. 2.ed. Porto Alegre :Sulina, 2008. (Coleção Cibercultura).

RENEX - Rede Nacional de Extensão. Disponível em: [http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34&Itemid=18](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18)>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Escola de Agronomia. **Subsídios para criação e implantação da UFRB**. [Dispõe sobre] subsídios para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2003. Documento disponível no SIPAC/UFBA sob nº 23066.018578/2003-33.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Pró Reitoria de Extensão**, c2021. Política Nacional de Extensão. Disponível em: <http://www.proex.ufpb.br/proex/contents/menu/diretrizes-da-extensao/politica-nacional-da-extensao>>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Portal de Eventos**, c2022. 49º Encontro Nacional do FORPROEX. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/49forproex>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Pró Reitora de Extensão**. Pró Reitoria. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/proext/a-pro-reitoria>>. Acesso em : 05 de jul. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos. **Disponível em**: <https://sistemas.ufrb.edu.br/public/jsp/portal.jsf> >. Acesso em : 05 de jul. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. **Disponível em**: <https://sistemas.ufrb.edu.br/sigaa/verTelaLogin.do> >. Acesso em : 06 de jul. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **RENEX Rede Nacional de Extensão**. c2022. 49º Encontro Nacional FORPROEX - 07,08 e 09 de junho de 2022 49. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/230-49-encontro-nacional-forproex-07-08-e-09-de-junho-de-2022>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Revista Ensino Superior**. c2011. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto. Disponível em:< <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>>. Acesso em: 31 de ago. de 2022.

## ANEXO

### Anexo I – Formulário de Extensão UFRB (SIPAC)



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
Núcleo de Gestão de Documentação - NUGEDOC

#### FORMULÁRIO NUGEDOC 01 SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

#### 1. Título da Atividade

#### 2. Caracterização da Atividade (Marcar uma das alternativas listadas)

<b>GRUPO 1</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Programa</b>
	<input type="checkbox"/>	<b>Projeto</b>
	<input type="checkbox"/>	<b>Prestação de Serviço e Consultoria</b>
		Tipo: ( <input type="checkbox"/> ) Empresa/Consultoria Junior    ( <input type="checkbox"/> ) Treinamento/ Capacitação ( <input type="checkbox"/> ) Emissão de parecer e laudos        ( <input type="checkbox"/> ) Análises técnicas específicas ( <input type="checkbox"/> ) Outros (especificar): _____
<b>GRUPO 2</b>		<b>Curso</b> (Carga horária mínima de 08 horas)
	<input type="checkbox"/>	<b>Evento</b>
	<input type="checkbox"/>	<b>Publicação ou Produções Didáticas</b>
		Tipo: ( <input type="checkbox"/> ) Congresso    ( <input type="checkbox"/> ) Seminário    ( <input type="checkbox"/> ) Ciclo de Debates    ( <input type="checkbox"/> ) Exposição ( <input type="checkbox"/> ) Espetáculo    ( <input type="checkbox"/> ) Evento esportivo    ( <input type="checkbox"/> ) Festival ( <input type="checkbox"/> ) Outros (especificar): _____

*Especificar a modalidade de acordo com a Resolução Nº. 003/2014 do CONAC, Anexo II. – **fazer o link com o arquivo que está no site.***

#### 3. Coordenador(a) da Atividade

Nome	(matricula)	Telefone de Contato	E-mail	Categoria <sup>1</sup>	Carga Horária de Dedicção Semanal(h) a Atividade

#### 4. Equipe de Trabalho

Nome/Instituição	(matricula)	Categoria <sup>1</sup>	Função na Atividade	Carga Horária de Dedicção Semanal(h) a



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
Núcleo de Gestão de Documentação - NUGEDOC

**FORMULÁRIO NUGEDOC 01**  
**SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

				Atividade

1 Docente: **D** Técnico-administrativo: **T** Discente: **DI** Outros: **O**: Especificar \_\_\_\_\_

**5. Área Temática Principal**

<input type="checkbox"/> <b>( 1 ) Comunicação</b>	<input type="checkbox"/> <b>( ) Cultura e Arte</b>	<input type="checkbox"/> <b>( ) Direitos Humanos e Justiça</b>	<input type="checkbox"/> <b>( ) Educação</b>
<input type="checkbox"/> <b>( ) Meio Ambiente</b>	<input type="checkbox"/> <b>( ) Saúde</b>	<input type="checkbox"/> <b>( 2 ) Tecnologia e Produção</b>	<input type="checkbox"/> <b>( ) Trabalho</b>

**6. Vinculação**

Programa  Projeto

Especificar: \_\_\_\_\_

**7. Período de Realização, Carga Horária Total e Local de Realização**

**8. Período de Inscrição** \*Caso a atividade seja Evento ou Curso

**9. Resumo da Atividade**

**10. Palavras-Chave** \* Facultativo ao GRUPO 2

**11. Contextualização e Justificativa da Proposta**





PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
Núcleo de Gestão de Documentação - NUGEDOC

**FORMULÁRIO NUGEDOC 01**  
**SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**12. Objetivo(s) da Atividade**

**13. Metodologia de Execução** \* Facultativo ao GRUPO 2

**14. Cronograma de Atividades** \* Facultativo ao GRUPO 2

Ação	Estratégia para Ação	Mês de Execução

**15. Resultados Esperados**

**16. Indicadores de Avaliação** \* Facultativo ao GRUPO 2

**17. Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão** \* Facultativo ao GRUPO 2

**18. Referência Bibliográfica**

**19. Contra-partida institucional requerida** (Ex: uso de salas, transporte, Datashow, caixa de som, diárias, passagens etc.)

**20. Fonte de Recursos**

<input type="checkbox"/> UFRB	<input type="checkbox"/> Parcerias	<input type="checkbox"/> Financiamento de Programa/Projeto	<input type="checkbox"/> Sem financiamento

**FORMULÁRIO NUGEDOC 01**  
**SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Técnico (..)**  
**Tipo (especificar):**

**24. Área de Conhecimento a qual a Atividade será submetida.** (Apenas para o GRUPO 1: Programa, Projeto, Prestação de Serviço e Consultoria)


**25. Público Alvo e Estimativa de Público**

**Público Alvo** (Especifique o tipo de público a que se destina a ação. Ex: Alunos das Escolas Municipais):  
 (Previsão do número de participantes da ação):

**Obs.: O formulário impresso devidamente assinado deverá ser enviado ao Núcleo de Gestão de Documentação da PROEXT, e a versão digital impreterivelmente para o e-mail: [nugedoc@ufrb.edu.br](mailto:nugedoc@ufrb.edu.br)**

Em / / **Assinatura do Proponente:**

**Para uso exclusivo do Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão**







**Processo nº:**

**FORMULÁRIO NUGEDOC 01**  
**SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO**

**Data de Aprovação junto ao Centro/Câmara de Extensão:**

## Anexo II – Formulário de Extensão UFRB (SIGAA)

EXTENSÃO > SUBMISSÃO DE PROPOSTA DE AÇÕES DE EXTENSÃO

SELECIONE O TIPO DE AÇÃO - GRUPO 1	
 <b>PROGRAMA</b>	 <b>PROJETO</b>
<p>Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, evidência de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.</p>	<p>Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode ser vinculado a um programa (forma preferencial - o projeto faz parte de uma nucleação de ações), ou não vinculado a programa (projeto isolado).</p>
 <b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CONSULTORIA</b>	
<p>Realização de trabalho oferecido pela UFRB ou contratado por terceiros (comunidade, empresas, órgão público, etc.). A prestação de serviços caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.</p>	
GRUPO 2	
 <b>CURSO</b>	 <b>EVENTO</b>
<p>Aquele que, ofertado à comunidade acadêmica ou não, objetive a socialização do conhecimento acadêmico, potencializando o processo de interação Universidade-sociedade, através de execução de calendário próprio e conteúdo programático, com carga horária de, no mínimo 08 (oito) horas de duração.</p>	<p>Entende-se por Evento a atividade realizada, no cumprimento de programações específicas, oferecidas com propósito de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação.</p>
 <b>PRODUÇÃO DE PUBLICAÇÃO OU PRODUÇÕES DIDÁTICAS (PRODUÇÃO DE PUBLICAÇÃO OU OUTROS PRODUTOS ACADÊMICOS)</b>	
<p>Atividades de extensão realizadas visando difusão e divulgação cultural, artística, científica e tecnológica.</p>	

EXTENSÃO > INFORMAÇÕES GERAIS DO PROGRAMA

Nesta tela devem ser informados os dados gerais.

**1. Dados gerais**  
 2. Dados do programa  
 3. Atividades vinculadas  
 4. Membros da equipe  
 5. Equipe Executora  
 6. Orçamento detalhado  
 7. Orçamento consolidado  
 8. Anexar arquivos  
 9. Anexar fotos  
 10. Resumo

**OBSERVAÇÃO:** Os dados informados só são cadastrados na base de dados quando clica-se em "Avançar >>".

INFORME OS DADOS GERAIS

Modalidade: PROGRAMA

Título:

Ano:

Período de Realização:  a

Área de Conhecimento CNPQ:

Abrangência:

Área Temática de Extensão:

Categoria do Coordenador:

Coordenador:

O programa de extensão já foi aprovado em órgão externo:

O programa de extensão a ser realizado irá lidar com o uso de animais vertebrados:

Programa vinculado a atividade de ensino:  SIM  NÃO